

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

BRANCA ZILBERLEIB

***A mulher* como problema de pesquisa em História: emergência de estudos sobre
mulheres e gênero na historiografia brasileira recente (1973-2001)**

Versão Corrigida

São Paulo

2022

BRANCA ZILBERLEIB

***A mulher* como problema de pesquisa em História: emergência de estudos sobre
mulheres e gênero na historiografia brasileira recente (1973-2001)**

Versão Corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Soares Palmeira

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Z069m Zilberleib, Branca
A mulher como problema de pesquisa em História:
emergência de estudos sobre mulheres e gênero na
historiografia brasileira recente (1973-2001) /
Branca Zilberleib; orientador Miguel Palmeira - São
Paulo, 2022.
151 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Social.

1. Historiografia. 2. Mulheres na ciência. 3.
Intelectuais. 4. Relações de gênero. I. Palmeira,
Miguel, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Branca Zilberleib

Data da defesa: 04/11/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Miguel Soares Palmeira

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 28/12/2022



(Assinatura do (a) orientador (a))

RESUMO

A presente pesquisa investiga o processo de formação de estudos específicos sobre as mulheres e, posteriormente, sobre as relações de gênero na historiografia brasileira das décadas finais do século XX. Para tanto, foi produzido um levantamento de dissertações e teses de História que tematizavam mulheres, concluídas entre 1973 e 2001. A partir dele, foram analisadas as relações de orientação e participação em bancas de defesa, a inserção institucional das autoras e orientadoras, assim como outras relações que entretiveram. Dessa forma, buscou-se reconstruir o espaço social em que foram realizadas as primeiras pesquisas sobre mulheres. A tentativa expressa neste trabalho foi sair das interpretações exclusivamente teóricas para explicar a emergência de uma agenda de pesquisas e associá-la a questões práticas, a disputas práticas entre produtores de pesquisas em História.

Palavras-chave: História das Mulheres, História das Relações de Gênero, intelectuais, campo de estudos.

ABSTRACT

The present research investigates the process of formation of specific studies on women and, later, on gender relations in the Brazilian historiography of the final decades of the 20th century. To this end, a survey of dissertations and theses of History that dealt with women and were concluded between 1973 and 2001, was produced. From this, the orientation relationships and participation in defense panels, the institutional insertion of the authors and advisors, as well as other relationships they entertained are analyzed. In this way, we sought to reconstruct the social space in which the first research on women was carried out. The attempt expressed in this work was to leave the exclusively theoretical interpretations to explain the emergence of a research agenda and associate it with practical questions, with practical disputes between producers of research in History.

Keywords: Women's History, History of Gender Relations, intellectuals, field of study.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	12
LISTA DE ABREVIATURAS.....	14
INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1. A historiografia das mulheres segundo suas praticantes: os balanços e as definições de um campo de estudos	27
<i>A História chega atrasada – Adversários simbólicos.....</i>	<i>28</i>
<i>O Feminismo chega primeiro – Aliados simbólicos</i>	<i>38</i>
<i>Enunciação de uma alteração na forma de se fazer História.....</i>	<i>45</i>
<i>Luta por reconhecimento, uma disputa profissional.....</i>	<i>51</i>
Capítulo 2. A mulher como interesse difuso de pesquisas de História (ou Nasce o interesse) 1973 – 1984	55
<i>Antecedentes.....</i>	<i>55</i>
<i>Primeiras dissertações e teses de História sobre mulheres</i>	<i>59</i>
<i>Autoras</i>	<i>61</i>
<i>Primeiras orientadoras</i>	<i>72</i>
<i>Um estímulo extra-acadêmico.....</i>	<i>81</i>
Capítulo 3. A história das mulheres brasileira antes do nome (ou Nasce o objeto) 1985 – 1993	86
<i>Dissertações e teses sobre mulheres na História.....</i>	<i>89</i>
<i>Programas de Pós-Graduação em História da USP, UFF e PUC-SP</i>	<i>90</i>
<i>Dossiê “A Mulher e o Espaço Público”, Revista Brasileira de História</i>	<i>109</i>
Capítulo 4. A conquista de um teto todo seu (ou Nasce a área) 1994 – 2001.....	117
<i>Dissertações e teses sobre mulheres e relações de gênero na História.....</i>	<i>119</i>
<i>Mulheres e gênero como temas de apresentações em SNHs da ANPUH</i>	<i>124</i>
<i>Revistas temáticas especializadas.....</i>	<i>125</i>
<i>Postos institucionais.....</i>	<i>127</i>
<i>GT de gênero na ANPUH.....</i>	<i>129</i>

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
Anexo 1: Levantamento de teses e dissertações de História sobre mulheres	136
Fontes e Bibliografia.....	147
<i>Fontes</i>	147
<i>Bibliografia</i>	148

AGRADECIMENTOS

O trabalho aqui apresentado é o resultado de uma pesquisa realizada de março de 2019 a julho de 2022 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. Durante esse período, que abrangeu a pandemia de COVID-19 e a quase integralidade do atual mandato presidencial – ambos eventos que impactaram profundamente as pesquisas de Pós-Graduação no Brasil – pude contar com apoios inestimáveis, que me ajudaram a contornar as dificuldades e construir esta dissertação.

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, Miguel Soares Palmeira, pela interlocução, estímulo e generosidade contínuos. Miguel não mediu esforços para contribuir com este trabalho mesmo nos momentos mais difíceis em que passamos coletivamente e que ele passou pessoalmente. Junto a ele, agradeço aos colegas de orientação, hoje amigos queridos, Adriana Salay Leme, Bruno Galeano, Franco Della Valle, Isabela Mouradian Amatucci, Júlio César Pereira da Silva, Lívia Maria Orsati e Mariana Ladeira Osés. Aprender, trocar impressões e construir a pesquisa com vocês foi uma das partes mais prazerosas deste trabalho.

Agradeço imensamente as contribuições de Lidiane Soares Rodrigues e Stella Maris Scatena Franco no Exame de Qualificação, cujas sugestões me possibilitaram adensar a análise que então se desenhava e me arriscar por novos caminhos. O formato que a dissertação adquiriu deve muito aos seus apontamentos.

Agradeço aos muitos colegas e amigos com quem dividi ideias e versões de textos, do projeto inicial aos capítulos finais deste trabalho: Thomáz Fortunato, Jean Gomes, Laura Stocco, Isabela Rodrigues de Souza, João Gabriel Covolan Silva, Luís Otávio Vieira, Alberto Portella, Camilla Guelli, Anita Fattoti, Maria Carolina Rodrigues, Jonatas Pantoja, João Paulo Martins, Leila Rangel Silva, Marcus Vinicius Assis da Costa, Verônica Fernandes, Beatrice Marcelino, Bruno Zorek, Daiane Vaiz Machado, Octávio Erberelli, Alexandra Tedesco e os muitos outros que encontrei em eventos acadêmicos e cuja menção não caberia aqui.

Agradeço em especial ao João Ohara, que compartilhou comigo sua base de dados de mestrados e doutorados em História quando ainda a estava construindo. Sua planilha e depois o Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da Área de História foram cruciais para a criação do levantamento a partir do qual construí minha argumentação. Além dele, agradeço à Regina Celi Sant'Ana, funcionária da Secretaria da Comissão

de Pós-Graduação da FFLCH-USP; à Bete Martinez, secretária do Centro de Apoio à Pesquisa Histórica “Sérgio Buarque de Holanda” (CAPH-FFLCH-USP); e às bibliotecárias de diferentes bibliotecas universitárias por possibilitarem meu acesso físico ou remoto aos documentos usados nesta dissertação.

Agradeço às colegas do GRUPEGH a partir dos nomes da já mencionada Stella Maris Scatena Franco e demais coordenadoras, Júlia Glaciela Oliveira, Marcela Boni Evangelista e Ana Beatriz Mauá Nunes. Foi nesse grupo que tive os primeiros contatos com os estudos de História das Mulheres e Relações de Gênero e onde me encantei pelo assunto.

Agradeço também aos colegas do GEBU, Grupo de Estudos em Bourdieu da Unicamp, no nome do coordenador Fábio Ribeiro. Refletir sobre as classificações do mundo intelectual virtualmente ao lado de vocês foi um exercício muito instigante.

Agradeço, por fim, às amigas e amigos do peito que com leituras, conversas e apoios diferentes contribuíram com esse trabalho: Tali Firer, Julia Gurgel do Amaral Freire de Carvalho, Lenna Guimarães, Maria Clara Martins Cavalcanti, Isabel Ávila, Júlia Kumpera, Rafael Dias Scarelli, Tiago Couto Porto, Daniel Fogo, André Flexa e Andreza Galli, assim como meus irmãos, Flora e Jonas Zilberleib. Sem vocês eu não chegaria nem ao começo desta aventura.

Devo, ainda, um agradecimento especial à Carolina Adamy Raspanti e aos meus pais, Carlota Maria Oswald Vieira Zilberleib e Bernardo Zilberleib, que em momentos diferentes viveram as delícias e agruras cotidianas da pesquisa ao meu lado.

Ao CNPq, agradeço a concessão da bolsa de mestrado (processo nº 130151/ 2020-3) com a qual pude dedicar-me integralmente à pesquisa durante dois anos.

A cada um dos nomes citados e aos demais que porventura esqueci, meu mais sincero “muito obrigada”.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ANPUH: Associação Nacional de História
- CAPH/USP: Centro de Apoio à Pesquisa Histórica “Sérgio Buarque de Holanda” da USP
- CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
- CEDHAL/USP: Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina da USP
- IEB: Instituto de Estudos Brasileiros
- IES: Instituição de Ensino Superior
- IUPERJ: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
- FCC: Fundação Carlos Chagas
- FF: Fundação Ford
- FFCL/USP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP
- GT: Grupo de Trabalho
- NEIM/UFBA: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da UFBA
- NEM/PUC-SP: Núcleo de Estudos da Mulher da PUC/SP
- NEMGE/USP: Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da USP
- NUPEHC/UFF: Núcleo de Pesquisas em História Cultural da UFF
- PAGU: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da UNICAMP
- PPGH: Programa de Pós-Graduação em História
- PPGHE: Programa de Pós-Graduação em História Econômica
- PPGHS: Programa de Pós-Graduação em História Social
- PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- RBH: Revista Brasileira de História
- REF: Revista de Estudos Feministas
- SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- SNH/ANPUH: Seminário Nacional de História da ANPUH
- UERJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro
- UFBA: Universidade Federal da Bahia
- UFF: Universidade Federal Fluminense
- UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais
- UFPR: Universidade Federal do Paraná

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

UFU: Universidade Federal de Uberlândia

UNESP: Universidade Estadual Paulista

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

USP: Universidade de São Paulo

UFF: Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO

Para não se ser objeto dos problemas que se tomam para objeto, é preciso fazer história social da *emergência* desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo - frequentemente realizado na concorrência e na luta - o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como *problemas legítimos*, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais: podemos pensar nos problemas da família, do divórcio, da delinquência, da droga, do trabalho feminino, etc. Em todos os casos, descobrir-se-á que o problema, aceite como evidente pelo positivismo vulgar (que é a primeira tendência de qualquer investigador), foi *socialmente produzido*, num trabalho coletivo de construção da realidade social e por meio desse trabalho; e foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, ligas de defesa, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projetos, programas, resoluções, etc. para que aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema *privado*, particular, singular, se tornasse um *problema social*, num problema público, de que se pode falar *publicamente*.

Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, p. 37-38.

A intenção da pesquisa cujo resultado se apresenta nesta dissertação foi entender como a mulher se tornou um objeto de pesquisas de História¹, como esse objeto se transformou em uma abordagem de pesquisa chamado de estudos de gênero e, como ambos, objeto e abordagem, ganharam espaço na agenda de pesquisas em História de universidades brasileiras, passando a ser identificados como um campo de estudos².

Trata-se, portanto, de uma investigação a respeito das condições históricas de formulação de um problema de pesquisas em torno do qual se formou uma agenda e um campo de pesquisas. Isto é, da formação de um espaço que dispõe de especialistas, congressos, revistas, ferramentas heurísticas, entre outros recursos, voltados especificamente para o estudo do tema das *mulheres* na historiografia brasileira³.

¹ História virá grafado com letra maiúscula quando se tratar da disciplina para evitar ambiguidades na leitura.

² O termo campo de estudos é usado aqui de maneira ampla e genérica e designa um espaço social e intelectual de pesquisas dentro dos estudos de História. Como sinônimo, são usados também os termos campo de pesquisas, domínio e área. O conceito de *campo intelectual* de Pierre Bourdieu foi uma importante referência para a escolha de procedimentos de pesquisa seguidos neste trabalho, no entanto, não usamos o conceito do autor por compreendermos que o caso sob análise não configura um campo nos termos pensados por ele.

³ Há um grande debate nos estudos de gênero sobre a grafia de mulher no singular ou plural. Aqui optou-se por tomá-los como termos intercambiáveis por uma questão de fluidez do texto e para não tomarmos como dados os debates cuja trajetória pretendemos recompor. Cf. PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila; PISCITELLI, Adriana; GOLDANI, Ana Maria (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH, Unicamp, 2002.

A despeito da grande quantidade de áreas do saber nas quais se desenvolveram os estudos de gênero, áreas muitas vezes pioneiras em relação à História, como a Antropologia e Sociologia, este trabalho tematiza os estudos sobre mulheres e relações de gênero exclusivamente no âmbito da História disciplinar, pois compreende que a emergência de tais estudos teve uma trajetória particular no interior dela. Trajetória particular que se refletiu nas tensões específicas desse meio, suas hierarquias, poderes e referências, assim como suas discussões a respeito do que é de competência da História.

Situa-se assim, no âmbito da história intelectual, que pode ser resumida como a recuperação de contextos, significações e ideias oscilantes, quando elas ainda não eram o que são hoje. Seu objetivo é entender a gênese e o desenvolvimento de uma questão de pesquisa, associando-se a outras que tomaram a produção de conhecimento acadêmico e as lógicas sociais particulares nas quais ele se dá, como objeto de investigação⁴. Além disso, se inscreve também no âmbito da história da historiografia brasileira, tomando como objeto a constituição da História das Mulheres e Relações de Gênero e as trajetórias de intelectuais mulheres, assuntos pouco explorados pela área até o presente⁵.

Como período de abrangência, detém-se entre as décadas em que a *mulher* passou a ser alvo de pesquisas de História e o primeiro indício de institucionalização de tais estudos como uma área, em nível nacional. Isto é, do lançamento da tese de Wanda Rosa Borges, *Siminário de Mininas Orphãos e Educandas e Nossa Senhora da Gloria (Primeiros Ensaio para a Profissionalização Feminina em São Paulo - 1825-1935)*, concluída em 1973, até a criação de um grupo de trabalho (GT) de estudos de gênero na Associação Nacional de História (ANPUH), em 2001.

Tais marcos não são o início e fim estritos da constituição desse espaço social. Eles são apenas referências usadas como balizas para a análise de um processo em curso. A tese de Borges foi o primeiro estudo lançado com a temática nos anos 1970, e o GT de Gênero marca a construção de um espaço de discussão das relações de gênero na historiografia em âmbito nacional, com o respaldo institucional da ANPUH.

⁴ Alguns trabalhos que nos servem de referência nesse sentido são: BEN-DAVID, Joseph e COLLINS, Randall. "Social Factors in the Origins of a New Science: The Case of Psychology", *American Sociological Review*, vol. 31, n. 4, 1966, pp. 451-465; GRYSZPAN, Mário. Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 255p.; ELIAS, Norbert. "Scientific establishments". In: ELIAS, Norbert; MARTINS, Erminio; WHITLEY, Richard D. (orgs.). *Scientific Establishments and Hierarchies*. Dordrecht: D. Rieder, 1982, pp. 3-69.; BOURDIEU, Pierre. "O campo científico" [1976]. In: *Pierre Bourdieu: Sociologia* (org. de Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.

⁵ OLIVEIRA, Maria da Glória. "Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia". *História da Historiografia*, v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 104-140.

Se hoje é possível falar em um campo de estudos de *mulheres* e gênero na historiografia brasileira, uma área da História, com uma vasta produção, com especialistas associados a ela e autorizados a falar sobre e em nome dela (seu passado, presente e até futuro), o desenvolvimento de tais estudos dentro da disciplina não foi sempre evidente. Como as especialistas da temática não cansam de afirmar, foi necessário alçar a *mulher* à condição de objeto historiográfico pois isso não foi sempre evidente⁶. Parte desse processo de alçamento foi feito no desenvolvimento de pesquisas e publicações, mas não só. Também o foi na criação de uma infraestrutura institucional voltada para o tema das mulheres e gênero. Quer dizer, a criação de grupos de pesquisa, revistas temáticas especializadas, projetos coletivos, eventos, GT na ANPUH, entre outros. Além disso, foi necessário investir na aquisição de postos de poder em relação ao saber historiográfico. Esses serão os movimentos analisados ao longo do trabalho.

O presente estudo trata, portanto, da emergência da *mulher* como objeto e problema de pesquisa da História, e das estratégias para que, de um “problema privado”, este se tornasse um “problema público”. Trata-se de uma tentativa de fazer uma “história social da emergência desse problema”, como aponta Pierre Bourdieu na epígrafe desta dissertação.

Durante o processo de construção e legitimação dessa área de estudos, as pesquisadoras a ela vinculadas se ocuparam da emergência desse objeto e problema de pesquisas sobretudo na forma de balanços historiográficos. Maria Izilda dos Santos Matos, por exemplo, publicou um artigo em 1996, cujas intenções manifestas eram “rastrear a emergência dos estudos de gênero na historiografia”⁷. Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, onze anos depois, em 2007, afirmavam querer reconstituir “a trajetória da formação do campo historiográfico intitulado ‘História das Mulheres e das Relações de Gênero’ no Brasil”⁸. Esses são apenas dois exemplos dentre outros disponíveis.

A pergunta de como a *mulher* se tornou um problema de pesquisa em História, e como esse problema se desdobrou em um campo de estudos – a mesma que se faz nesta

⁶ Cf. SOIHET, Rachel. “História das mulheres e história de gênero: um depoimento”. *Cadernos Pagu*, nº 11, Campinas, 1998, pp.77-87; SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da história das mulheres”. *Revista Brasileira de História*. v. 27, nº 54, São Paulo, 2007, p. 281-300; MATOS, Maria Izilda Santos. “História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas”. *Caderno Espaço Feminino*. Vol. 3, nº1/2, Uberlândia, 1996.

⁷ MATOS, Maria Izilda Santos de. “História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas”. *Caderno Espaço Feminino*. Vol. 3, nº1/2, Uberlândia, 1996. p. 35.

⁸ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da história das mulheres”. *Revista Brasileira de História*, v. 27, nº 54, São Paulo, 2007, p. 281.

dissertação –, é respondida em tais textos na forma de uma sucessão de debates teóricos que o tema das mulheres suscitou e que suas pesquisadoras desenvolveram. Diversamente, compreendemos que além dos debates teóricos, a *mulher* se tornou um objeto de estudos de História por conta de diferentes questões práticas que estavam sendo colocadas no período, no meio historiográfico. Além de questões teóricas, havia questões práticas relativas à concorrência profissional em jogo.

Somado a isso, na medida em que tais textos propõem uma genealogia para os estudos sobre mulheres e relações de gênero na historiografia brasileira, e nomeiam a área, eles também a constituem. É importante frisar que tais textos foram escritos a posteriori, quando o tema *mulheres* já estava colocado no horizonte cognitivo dos pesquisadores de História, mas suas autoras lutavam então pela construção de um espaço próprio em torno deles. Ou seja, o fato de tais explicações terem sido elaboradas e estarem em circulação faz parte do processo de constituição do campo de estudos sobre mulheres e relações de gênero na historiografia brasileira.

Assim sendo, o que particulariza esta pesquisa em relação às leituras propostas nos balanços reunidos, é, primeiro, tomar os balanços como parte do processo de construção dessa especialidade, e, segundo, a tentativa de associar a História das Mulheres e Relações de Gênero, um desenvolvimento teórico, a questões práticas, a disputas práticas entre produtores de pesquisas em História. A tentativa expressa neste trabalho foi sair das interpretações exclusivamente teóricas para explicar a emergência dessa agenda de pesquisas.

Em muitos casos, as historiadoras e autoras de balanços também se remeteram a questões práticas, mas em geral associando tais estudos a movimentos maiores, como o feminismo, a mudança no papel desempenhado pelas mulheres na sociedade a partir dos anos 1960 em diante etc. Apesar de concordar com a maior parte dessas interpretações, o que esta pesquisa pretendeu fazer seguiu outra direção: ajustar o foco às lutas específicas entre pesquisadores de História para se estabelecerem no campo historiográfico; as relações, hierarquias e capitais com os quais contaram e contra os quais lutaram para emplacar a temática e construir a especialidade.

Isto posto, umas das primeiras frentes de trabalho realizadas foi reunir e sistematizar os balanços historiográficos. Alguns deles já haviam sido lidos para a formulação do projeto de pesquisa, então como bibliografia, e passaram a figurar entre as fontes para análise. Uma vez lidos e compilados, foi possível identificar pontos comuns a todos os textos. São eles: 1. Constatar a ausência de mulheres retratadas na historiografia

brasileira até os anos 1970; 2. Afirmar que houve um atraso da historiografia em comparação a outras disciplinas no tratamento das *mulheres*; 3. Tratar das relações entre a História das Mulheres e o feminismo, em geral vistos como influenciados um pelo outro; 4. Tratar das relações entre a História das Mulheres com diferentes correntes historiográficas; 5. Afirmar como os estudos contidos nessa alcunha, História das Mulheres, assim como na alcunha História das Relações de Gênero, haviam alterado as formas de se fazer História; e, por fim, 6. Denunciar o não-reconhecimento dos estudos sobre *mulheres* e gênero entre os estudos de História.

Apesar das nuances particulares a cada texto, o conjunto de balanços apresenta um protocolo de questões que delimitam uma sociodiceia para esse espaço social. Isto é, mostram sua origem, dificuldades e destino. Por trás desses pontos, no entanto, existem omissões e confissões involuntárias que revelam alguns dos desafios e estratégias elaboradas pelas autoras de tais pesquisa para tornarem seu objeto e abordagem legítimos entre as pesquisas da disciplina⁹.

Os balanços revelam aliados e adversários simbólicos escolhidos pelas “historiadoras das mulheres” em suas investidas. São o “com quem” e “contra quem” tais estudos foram realizados. Os aliados simbólicos foram muitos: o feminismo, a História Social, a história vista de baixo, a História Cultural, a Nova História, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo¹⁰. Quer dizer, as novidades epistemológicas progressistas de cada período que questionavam um suposto marxismo ortodoxo foram identificadas como aliados. Já o marxismo ortodoxo e às vezes o marxismo de maneira geral foi identificado como adversário simbólico, juntamente ao positivismo.

Tais textos também revelam aliados e adversários práticos, porém não abertamente. Eles aparecem sob confissões involuntárias que revelam disputas profissionais por espaço, assim como certas deferências. Ao longo deste trabalho, confrontamos tais confissões involuntárias com o espaço social, reconstituído a partir das relações de orientação e filiação institucional das pesquisadoras.

Para a construção do espaço social, seguimos outra frente de trabalho: a realização de um levantamento de teses e dissertações sobre mulheres ou gênero, realizadas nos programas de pós-graduação em História brasileiros, entre 1973 e 2000. A construção do

⁹ Agradeço a Lidiane Soares Rodrigues pela indicação desta chave de análise no Exame de Qualificação.

¹⁰ As grafias em maiúsculas e minúsculas seguiram os formatos encontrados com mais frequência nos textos lidos.

levantamento foi feita a partir das coletâneas *A História no Brasil (1980-1989)*¹¹, *Produção histórica no Brasil: 1985 -1994: catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história*¹², o Catálogo de Teses & Dissertações da Capes¹³ e o Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da Área de História¹⁴.

Nelas, foram selecionadas as dissertações e teses que mencionaram em seus títulos, resumos ou palavras-chave os termos mulher, feminino, condição feminina, feminismo, diferença sexual ou gênero, assim como nomes próprios femininos (como Ana Rois, Anna Gertrude Jesus, Maria Lacerda de Moura, Maria Graham, entre outros) e profissões ou funções historicamente representadas como de mulheres (como meretriz, parteira e esposa, alguns dos exemplos encontrados).

O levantamento conta com 161 dissertações e teses. Elas foram dispostas retendo-se o ano de defesa do trabalho, a instituição onde foi realizado, a autoria, o título, o grau (mestrado ou doutorado), a orientação, os membros das bancas, o tema e os conceitos usados no título e resumo. As dissertações e teses foram realizadas em 17 instituições de ensino superior, sob autoria de 148 pesquisadores e orientação de 98 docentes.

A partir dessas informações, foi possível reconstruir o espaço social em que tais pesquisas foram realizadas e compará-lo com as informações presentes nos balanços historiográficos. Em alguns casos, elas foram confirmadas e em outros não, casos que sugerem disputas narrativas sobre a constituição desse campo de pesquisas. Por exemplo, ao contrário da afirmação reiterada nos balanços de que o marxismo foi um adversário simbólico, encontramos importantes historiadores marxistas como orientadores de pesquisas que trataram de mulheres, como por exemplo, Fernando Novais (USP) e Ciro Flamarion Cardoso (UFF)¹⁵. Além disso, nos balanços de 1995 em diante¹⁶, há raras menções aos estudos sobre História da Família, estudos baseados em análises quantitativas de documentos seriais, Demografia Histórica ou História Econômica. No entanto, como se verá no primeiro capítulo, historiadoras vinculadas a essas vertentes foram importantes aliadas dos primeiros estudos sobre mulheres realizados em História.

¹¹ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*. Série Dados. Ouro Preto: UFOP, 1994. (v. 2).

¹² CAPELATO, M. H. R (Coord.) *Produção histórica no Brasil: 1985 -1994: catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história*. São Paulo: xamã, 1995.

¹³ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>;

¹⁴ OHARA, João Rodolfo Munhoz (Org.). *Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da Área de História*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/>.

¹⁵ Cf. Anexo 1 desta dissertação.

¹⁶ Período em que, como argumentarei no capítulo 4, se deu a definição atualmente vigente sobre os contornos da História das Mulheres e Relações de Gênero.

Além da comparação com os balanços, a opção pelas teses e dissertações como caminho de construção do espaço social se deveu à intenção de visualizar a incorporação paulatina da *mulher* como objeto do conjunto de pesquisas de pós-graduação em História. A intenção foi verificar como e quando a *mulher* começou a ser tema do conjunto de pesquisas realizadas na disciplina. Fazendo esse movimento e comparando as informações com os balanços, foi possível perceber que o objeto de estudos *mulher* é anterior ao que se costuma datar, começa a aparecer nos anos 1970 e não 1980 no Brasil. Entretanto, a constituição de uma área em torno desse objeto, com especialistas, conceitos e marcos próprios, é mais tardia do que os balanços sugerem: data de fins dos anos 1990.

Em relação às produtoras de estudos sobre *mulheres*, os balanços reduzem-nos a menos historiadoras do que as que foram encontradas na pesquisa das teses e dissertações, assim como nas publicações de artigos e textos nos anais dos Simpósios Nacionais de História (SNH) da ANPUH. Isso se deve, em parte, ao fato de muitas autoras de monografias ou trabalhos específicos sobre *mulheres* não terem seguido pesquisando o tema; em parte, ao tamanho de um balanço; e, também, às escolhas das autoras, que optaram por mencionar certos trabalhos em detrimento de outros. Como afirmado anteriormente, os trabalhos de Demografia Histórica, por exemplo, foram pouco mencionados, apesar de existir uma produção bastante significativa ainda nos anos 1980. Em se tratando de um campo em constituição, com escassas chances de as pesquisadoras trilharem uma carreira estável, reduzir o número de historiadoras associadas a ele e relacionar o conjunto de estudos do tema às suas próprias perspectivas de análise foi uma questão prática de sobrevivência dessas acadêmicas.

Isto posto, o primeiro capítulo *A historiografia das mulheres segundo suas praticantes* reconstitui e examina doze balanços historiográficos sobre a História das Mulheres e/ou Relações de Gênero. Para tanto, percorre os principais *topoi* evocados nesses textos e suas confissões involuntárias. O objetivo do capítulo é recompor e analisar o quadro que os balanços constroem para a História das Mulheres e Relações de Gênero em sua dimensão descritiva e performativa.

Tais textos foram também a grade de leitura a partir da qual foi montada a estrutura de capítulos subsequente. Foi em diálogo e em contraposição a alguns *topoi* expressados nos balanços e cotejados com os dados morfológicos do espaço social que propus a divisão e periodização dos demais trechos desta dissertação como: *Capítulo 2. A mulher como interesse difuso de pesquisas de história (ou Nasce o interesse) 1973 – 1984;* *Capítulo 3. A história das mulheres brasileira antes do nome (ou Nasce o objeto) 1985 –*

1993 e Capítulo 4. *A conquista de um teto todo seu (ou Nasce a área) 1994 – 2001*). Ao apresentar, logo no capítulo 1, a grade de leitura a partir da qual foram trabalhados os dados dos capítulos 2, 3 e 4, pretendeu-se tornar explícita a análise subjacente às descrições.

O segundo capítulo *A mulher como interesse difuso de pesquisas de História (ou Nasce o interesse) 1973 – 1984*, trata do período em que aparecem as primeiras pesquisas de História sobre mulheres, ainda como um objeto difuso e esporádico. Entre 1973 e 1984, foram realizadas cinco monografias de mestrado ou doutorado que tratavam de mulheres na História. A maioria delas contou com orientação e perspectiva de análise distintas. Neste capítulo, são tratadas brevemente as monografias, autoras, orientadoras e relações que entretiveram com historiadores e demais intelectuais do período, que importaram para o desenvolvimento de tais estudos. Como foram poucas monografias, foi possível seguir de perto os passos da maioria das autoras e suas orientadoras, na ocasião, pesquisadoras ainda pouco conhecidas.

O terceiro capítulo *A história das mulheres brasileira antes do nome (ou Nasce o objeto) 1985 – 1993* abarca os anos de 1985 a 1993, período em que a mulher foi objeto de pesquisas de pós-graduação em História com mais regularidade do que no período anterior e em que começou a haver algumas repetições de orientadores. Quando se ia pesquisar mulheres, já havia algumas docentes versadas no assunto, apesar das muitas que orientaram apenas uma pesquisa sobre o tema. Nos primeiros anos, as pesquisas foram esporádicas e nos anos finais, cada vez mais frequentes. Nesse período, algumas universidades se tornaram lócus principais de produção de estudos sobre mulheres. Portanto, a análise se centrou nessas instituições. Também houve, no período, publicações de coletâneas, formação de núcleos de estudos e a publicação de um dossiê inteiramente dedicado às mulheres na Revista Brasileira de História. O terceiro capítulo trata, assim, do adensamento de um espaço.

O quarto capítulo *A conquista de um teto todo seu (ou Nasce a área) 1994 – 2001* evidencia a criação de um espaço específico para o estudo de História das Mulheres e História das Relações de Gênero no Brasil. Trata-se do período em que tais estudos adquiriram nome próprio. O capítulo abarca os anos de 1994 a 2001, período em que a mulher se tornou um objeto frequente de pesquisas de pós-graduação de História e que passou a ter uma repetição acentuada de orientadores e avaliadores de teses. Entre esses anos, nota-se também que gênero passou a designar uma abordagem de pesquisas, ou seja, não se referia mais somente ao objeto de estudos *mulheres*, mas também a um

enquadramento analítico a outros objetos. A publicação da maioria dos balanços historiográficos analisados no capítulo 1 se deu nesse período, coincidindo com o momento em que se constituiu uma área da historiografia dedicada ao tema. As historiadoras que já o pesquisavam, e se tornaram especialistas incontestes dele, passaram a ser mais requisitadas para orientar e avaliar pesquisas sobre *mulheres* ou relações de gênero, e a ser mais requisitadas para apresentar a historiografia das mulheres em coletâneas sobre tendências historiográficas. Assim elas se tornaram, elas mesmas, pesquisadoras-instituições. Nesse período, se afunilaram os agentes autorizados a falar em nome da História das Mulheres e das Relações de Gênero e de determinar quais estudos estavam dentro de seus contornos.

Como se vê a partir do exposto, este trabalho foi inteiro centrado na trajetória de mulheres intelectuais que fundaram uma nova área da pesquisa histórica. O percurso de fundação dessa área de estudos não significa que sua sobrevivência está garantida, mas mostra que se trata de um empreendimento coletivo de bases sólidas e diversificadas.

A origem social das autoras das primeiras pesquisas, nos anos 1970, até os dias atuais variou muito, assim como variou a composição da universidade brasileira de maneira geral. A maioria das autoras cujas trajetórias foram reconstruídas, no entanto, se formou e se doutorou até meados dos anos 1990, quando não antes, o que significa dizer que boa parte delas pertencia às classes dominantes, algumas até a ramos das elites dirigentes. Todas as historiadoras que ao final do processo analisado neste trabalho se tornaram autorizadas a falar em nome da História das Mulheres e Relações de Gênero, são mulheres brancas.

Com o desenvolvimento desse campo de pesquisas e sua institucionalização, sua composição também se alterou e pode se alterar ainda mais. Adquirir formas de viabilizar grandes projetos de pesquisas e financiar um conjunto maior de pesquisadores é também uma maneira tornar os estudos sobre mulheres e relações de gênero mais acessíveis e abrangentes em termos de quem os produz e o que é produzido. A atual ampliação dos estudos presentes na alcunha História das Mulheres e Relações de Gênero é patente, em grande medida devido aos aportes do feminismo decolonial e da afirmação da categoria interseccionalidade, assim como da produção intelectual de mulheres negras brasileiras e estrangeiras.

Ao reconstruir o percurso através do qual a *mulher* se tornou o centro de uma agenda de pesquisas que alterou significativamente a produção historiográfica brasileira,

esta dissertação pretendeu contribuir para a reflexividade e enriquecimento dessa produção.

Capítulo 1

A historiografia das mulheres segundo suas praticantes: os balanços e as definições de um campo de estudos

Balanço, no mundo acadêmico, é um gênero de texto que tem por função manifesta apresentar e avaliar uma determinada área do conhecimento: seus pressupostos, conceitos e autores principais, as pesquisas já feitas e os caminhos em aberto. Em geral, são escritos por autoridades da área descrita, ou, no mínimo, por membros bastante informados dessa área. Trata-se, assim, de textos descritivos e avaliativos, que articulam o repertório de conhecimentos de uma determinada área¹⁷.

Nas orientações de submissão de trabalhos para a Revista de História da Historiografia, o que se espera de um balanço historiográfico é

A apresentação de um panorama crítico exaustivo, preciso, atualizado e amplo das diversas contribuições para um tema de pesquisa (dentro do escopo editorial da revista), em espaço temporal amplo da produção recente. Além da resenha das contribuições, espera-se que o autor ou autora aponte tendências, brechas e posicione-se acerca dos principais debates em curso. O levantamento, além de artigos, deve incluir livros, teses e dissertações e capítulos de coletâneas.¹⁸

Ou seja, de maneira geral, espera-se que um balanço seja “isento” e generosamente didático, embora ele seja também um recurso de controle, de estabelecimento de terreno e socialização dos postulantes a uma determinada área. Os balanços estabelecem marcos que são tanto textos, debates, como pesquisadores; elencam agentes que contribuíram para a emergência de determinados estudos, assim como obstáculos para o seu desenvolvimento. Eles organizam e dão inteligibilidade a estudos distintos e, às vezes, dispersos, e os aproximam através de suas tentativas de interpretá-los como parte de um mesmo conjunto. Eles identificam e nomeiam o conjunto,

¹⁷ Roberto Manoel Andreoni Adolfo afirma que, além das funções de apresentação e avaliação que exercem os balanços, eles são também a expressão do “lugar político” e um “procedimento de controle do discurso”. ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. *A produção de balanços historiográficos no Brasil: entre o poder político e o poder discursivo (1990-2011)*. Revista História Unisinos, Vol. 22 Nº 3 - setembro/outubro de 2018. No presente texto analisamos os desdobramentos da função avaliativa dos balanços, que, em partes se aproximam da divisão proposta por Roberto Manoel Andreoni Adolfo.

¹⁸ *História da Historiografia*. Submissões – Condições para submissão. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/about/submissions>. Acesso em: 19/11/2020.

descrevem e qualificam-no. Assim, os balanços instituem junto às pesquisas agrupadas, a unidade descrita e nomeada.

No caso dos balanços sobre a História das Mulheres e Relações de Gênero, eles foram escritos por historiadoras importantes para a constituição desse campo de estudos. Refiro-me a Maria Odila Leite da Silva Dias, Rachel Soihet, Margareth Rago, Maria Izilda Santos de Matos e Joana Maria Pedro, nomes canônicos dessa historiografia. Assim como a outras historiadoras renomadas, porém de outras áreas da historiografia e pouco lembradas em relação à História das Mulheres, como Maria Beatriz Nizza da Silva e Eni de Mesquita Samara.¹⁹

Como mencionado na introdução, de maneira geral os balanços apresentam um protocolo de questões que delimitam uma sociodidécia para esta área de estudos, quer dizer, retomam as origens de tais estudos, as dificuldades encontradas e indicam seu destino. As origens se referem às décadas de 1970 e 1980, quando começa a se constatar a ausência das mulheres como objeto de estudos da História, e, posteriormente, quando as mulheres se tornam objeto de pesquisas de outras disciplinas e é notado um “atraso” da historiografia. As dificuldades estão associadas à “natureza da História tradicional”, ou, em outros termos, a adversários simbólicos que tais estudos enfrentaram. O destino é relativamente diferente no conjunto de balanços, sobretudo quando considerados os primeiros deles, escritos ainda em fins dos anos 1980. A partir de fins dos anos 1990, contudo, eles vão convergindo para a compreensão de uma superação da abordagem das relações de gênero sobre à História das Mulheres.

A História chega atrasada – Adversários simbólicos

Um dos primeiros artigos acadêmicos dedicados a refletir sobre as mulheres na História e historiografia brasileiras foi o texto *Mulheres sem história*, de Maria Odila Leite da Silva Dias, publicado na Revista de História, em 1983. O texto é um pequeno artigo que surgiu a partir das questões que a autora investigou em sua tese de livre docência, intitulada *Anna Gertrudes Jesus, mulher da terra (quotidiano e poder em São Paulo no século XIX)*. Ele trata de mulheres que fizeram parte da história da urbanização da cidade de São Paulo mas que não foram objeto de registros documentais e de pesquisas de História subsequentes ou que o foram de maneira preconceituosa. Em razão de estarem

¹⁹ A participação delas na constituição da área de estudos será tratada nos capítulos seguintes.

ausentes do discurso ou “aprisionadas por ele”²⁰, como afirma a autora, o artigo se intitula “Mulheres sem história”.

A urbanização incipiente da cidade de São Paulo, a partir do último quartel do século XVIII até as vésperas da Abolição, envolvia uma população majoritariamente feminina e, no entanto, poucas mulheres aparecem nas histórias da cidade.²¹

Não admira muito o preconceituoso das fontes relativas ao espaço urbano, onde proliferava a pobreza e certa autonomia dos desqualificados sociais bastante incômoda para as autoridades. Era justamente este o espaço social das mulheres pobres, livres, forras e escravas e o palco de improvisação de sua sobrevivência precária.²²

O assunto não se esgota ao nível das fontes oficiais e dos testemunhos literários. Vários historiadores revelam a mesma incapacidade de tratar da participação de mulheres no processo de formação da sociedade brasileira. Perderam-se em juízos de valor e não conseguiram se desfazer de idealidades e estereótipos.²³

Sempre é mais forte o ideal feminino abstrato do que a individualidade das personagens.²⁴

Como os trechos acima mostram, Mario Odila Leite da Silva Dias chamava a atenção para o fato de que mulheres pobres, livres, forras e escravas, “presença ostensiva”²⁵ durante a urbanização de São Paulo, não foram recuperadas nas narrativas históricas sobre o período. Para a autora, compreender o processo de urbanização de São Paulo deveria passar por entender as circunstâncias em que vivia essa parcela da população, que fazia parte do “fenômeno amplo e bem conhecido” da “história do desemprego estrutural”²⁶. Recuperar as vivências de tais mulheres colaboraria assim com os estudos preocupados com as desigualdades econômicas, dimensão então preponderante nas análises históricas.

²⁰ Dias afirma que as mulheres estavam ausentes do discurso ou aprisionadas por ele, uma vez que ou não foram retratadas ou que foram retratadas ideias de mulher que não correspondiam às suas vivências. A formulação entre aspas aparece em balanço posterior, de 1992, apesar de já ser referida no texto sob análise. DIAS, M. O. L. S. “Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano”. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. (orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 39.

²¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Mulheres sem história”. *Revista de História*, nº 114, São Paulo, 1983. Pp. 31.

²² *Ibidem*.

²³ *Ibidem*, p. 39-40.

²⁴ *Ibidem*, p. 40.

²⁵ *Ibidem*, p. 35.

²⁶ *Ibidem*, p. 45.

Além disso, para a autora, conhecer as vivências específicas de tais mulheres, permitiria reconstituir

papéis femininos propriamente históricos, de improvisação, mudança e vir a ser, dificilmente adaptáveis aos padrões hegemônicos de comportamento das mulheres das classes dominantes, e que pouco têm a ver com a identidade abstrata do conceito de "condição feminina", como se pudesse existir, universal e fixa.²⁷

Ou seja, também teria grande valor para quem estivesse preocupado com as experiências históricas de mulheres, e, sobretudo, para as mulheres contemporâneas à Maria Odila Dias, sobre as quais também pesavam as “identidades abstratas” que reforçavam “padrões hegemônicos de comportamento”. Revelar as experiências específicas de mulheres no passado seria também uma forma de abrir novos horizontes em termos de vivências, que “projeta-se para o futuro como esperança de transformação”²⁸.

Silva Dias foi a única historiadora a escrever um texto voltado à ausência das mulheres na historiografia brasileira antes de efetivamente existir um conjunto de pesquisas sobre o assunto. Os demais artigos, posteriores aos primeiros estudos sobre mulheres, identificam que houve uma ausência, mas afirmam que ela estava sendo suplantada e passam a dar mais ênfase ao que consideram um atraso e desinteresse da historiografia com relação ao assunto.

A História, campo potencialmente fértil, tem sido pouco cultivado. A mulher suscitou pouco interesse por parte dos historiadores. Embora estudos interessantes tenham sido feitos nos últimos anos, são grandes as lacunas.²⁹

É certo que a produção histórica sobre a mulher tem sido mais escassa do que aquela que se observa em Ciências Sociais ou mesmo em Letras: na Universidade de São Paulo, entre 1970 e 1984, foram apresentadas apenas 4 teses (Mestrado e Doutorado), para 33 e 9, respectivamente, naquelas duas áreas.³⁰

²⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Mulheres sem história”. *Op. Cit.* Pp. 32.

²⁸ DIAS, M. O. L. S. Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. (orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 39.

²⁹ O trecho citado não é de um balanço historiográfico, mas parte de um balanço realizado pelas pesquisadoras responsáveis pelo Coletivo Mulher da Fundação Carlos Chagas. O texto se propunha a mapear e qualificar os estudos sobre mulheres de maneira interdisciplinar. Optei por fazer referência a ele, pois além de corroborar com o que disseram as historiadoras em seus balanços, em alguns casos elas reproduziram o trecho para afirmar seu argumento. COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmem; SARTI, Cynthia. “Pesquisas sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto”. *Cadernos de Pesquisa*, nº 54, São Paulo, agosto 1985, p. 8.

³⁰ SILVA, Maria B. Nizza da. “A História da Mulher no Brasil: tendências e perspectivas”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, nº27, p. 75-91, 1987. Pp. 81.

Os estudos históricos foram mais lentos que os psicológicos, sociológicos e antropológicos, na contribuição para os estudos sobre a mulher.³¹

Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria [gênero], assim como da própria inclusão de ‘mulher’ ou de ‘mulheres’ como categoria analítica na pesquisa histórica.³²

Tais textos compartilham da ideia de que a historiografia começou a investigar as mulheres tardiamente e elencam razões desse atraso. Elas giram em torno de uma questão principal: o que era compreendido como História até então, e, conseqüentemente, a forma privilegiada de se fazer pesquisa a partir dessa compreensão.

Segundo as autoras, os estudos de História privilegiavam as fontes oficiais, assim como instituições oficiais, que eram regidas por homens. Elas remetem o atraso da História às perguntas que as e os historiadores faziam para o passado e às formas que buscavam para respondê-las. Ambas, de pouca serventia para uma compreensão das vivências de mulheres no passado, pois suas vivências não eram documentadas nos registros analisados e elas tampouco estiveram presentes nas instituições examinadas. Compreendem, assim, que o atraso da História se devia a algo que era particular da disciplina, uma espécie de “natureza” dela, que difere do passado ele mesmo. June Hahner, historiadora norte americana, e uma das primeiras a investigar as mulheres no passado brasileiro, assim se refere ao problema, ainda em 1978:

Uma vez que qualquer estudo das obras de história em qualquer parte do mundo indica claramente que, de modo geral, as mulheres estiveram ou ausentes ou mal interpretadas nesses estudos históricos, cabe-nos perguntar por quê. (...) Uma razão importante para essa desatenção diz respeito à natureza da história tradicional assim como àqueles que a escrevem.³³

Joana Maria Pedro e Rachel Soihet, no balanço que publicaram juntas em 2007, quase trinta anos depois, sugerem causas similares em outros termos: o “domínio do campo”, o sujeito privilegiado pelas investigações históricas, e a “modalidade histórica que se praticava”.

³¹ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. “História das Mulheres”. *Revista USP*, n. 23, São Paulo, 1994. Pp. 58.

³² SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da história das mulheres”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n° 54, p. 281-300 – 2007. Pp. 284.

³³ HAHNER, June Edith. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas, 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Pp. 13-14.

A trajetória, costumeiramente ‘cautelosa’, dessa disciplina, e o domínio do campo [historiográfico] por determinadas perspectivas de abordagem, retardaram significativamente o avanço das discussões. Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade. Mas, também, não eram todos os homens que estavam representados nesse termo: via de regra, era o homem branco ocidental. Tal se devia à modalidade de história que se praticava, herdeira do Iluminismo. Genericamente conhecida como positivista, centrava o seu interesse na história política e no domínio público, e predominou no século XIX e inícios do XX. Esta privilegiava fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco apareciam.³⁴

As autoras afirmam genericamente que o atraso considerado se deveu às perspectivas teóricas dominantes associadas ao positivismo e à prevalência institucional delas. Chama a atenção, no entanto, esse grande recuo no tempo – Iluminismo e século XIX – para justificar um fenômeno em curso nos anos 1970. Quer dizer, elas estão acusando de positivistas aqueles que estavam fazendo a crítica ao positivismo por manterem a invisibilidade das mulheres. Não há, contudo, referência a nenhum nome de historiador ou historiadora que fosse associado nominalmente a isso e a crítica permanece difusa, sem alvo preciso.

Como elas, outras autoras atribuem a causa de um atraso da historiografia no tratamento das mulheres a uma abordagem “herdeira do iluminismo”, e a preponderância que dava ao espaço público.

No pensamento ilustrado dominava ainda o conceito de um sujeito humano universal, o que equivalia a excluir as mulheres da história; de fato, o jusnaturalismo e o pensamento liberal após a Revolução Francesa garantiram a cidadania masculina e suspenderam as conquistas já significativas de liderança política que as mulheres tinham conquistado nas últimas décadas do Antigo Regime (Landes, 1988; Duhet, 1974). Retomando posturas da Idade Clássica, principalmente dos greco-romanos, os liberais trabalharam no sentido de redefinir o público e o particular, enfatizando e delimitando com nitidez renovada, senão drasticamente exagerada, a dualidade das esferas do homem e da mulher, desta vez incorporada nas constituições liberais que suprimiram direitos da cidadania feminina.³⁵

Um apego e uma confiança positivista no documento oficial, onde a mulher só aparecia quando se exacerbava nas virtudes consagradas ou quando transgredia

³⁴ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da história das mulheres”. *Op. Cit.* Pp. 284.

³⁵ DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças”. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1994. Pp. 43.

as regras do ‘bem viver’, estabelecidas para o desempenho de seu papel biológico, respondem por essa lentidão.³⁶

Novamente se faz um grande recuo no tempo para achar as raízes do atraso historiográfico. De um lado, esse expediente explicativo parece uma maneira de denunciar uma herança que poucos reivindicavam, mas, segundo elas, muitos exerciam. E, de outro, como dito a respeito do trecho anterior, uma maneira de tocar na questão sem questionar nominalmente historiadores em atuação ou criar brigas abertas³⁷.

Ainda que concordemos com as críticas feitas à historiografia tradicional, acreditamos que esta questão deveria ser colocada de outra maneira. A historiografia não foi retardatária, as Ciências Sociais, tomadas como referência para se afirmar esse suposto atraso, é que foram precoces. Essa precocidade se explica, em grande medida, pelos vultuosos recursos destinados pela Fundação Ford para o desenvolvimento do tema. Como veremos no capítulo seguinte, a Fundação Ford, uma fundação privada norte-americana, financiou uma série de iniciativas de estudos sobre mulheres, sobretudo através dos Concursos de Dotações para Pesquisas sobre Mulheres, organizados pela Fundação Carlos Chagas a partir de 1978. Como estudos recentes atestam, durante o período da Guerra Fria a Fundação Ford investiu maciçamente contra o marxismo. A FF pretendia, assim, fortalecer teorias progressistas não marxistas e enfraquecer estas últimas. Os estudos sobre mulheres e raça foram importantes caminhos para atingir tal objetivo³⁸.

Por vias diversas, as historiadoras autoras de balanços criticaram o marxismo, atacando principalmente o que consideravam uma compreensão estreita da dimensão política ou do que seria digno de reconstituição histórica.

Nem na filosofia liberal, nem na crítica marxista – matrizes essencialmente totalizantes – abriam-se parâmetros para apreensão do cotidiano, ou da história

³⁶ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. “História das Mulheres”. *Op. Cit.* Pp. 58.

³⁷ Não se trata aqui de reduzir a importância da herança do iluminismo nos discursos historiográficos, apenas aventar a hipótese de que existiam impedimentos de outras ordens, relativos ao cruzamento de hierarquias epistêmicas com hierarquias político-institucionais.

³⁸ MIRANDA, Karolliny Joally das Neves; CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. “Filantropia corporativa a serviço do capital: uma visão histórico-crítica do fomento da Fundação Ford à produção feminista acadêmica brasileira (1978-1998)”. *Revista Angelus Novus*, USP – ano XII, n. 17, 2021; CHAVES, Wanderson. *O Brasil e a questão da recriação racial no pós-guerra: um percurso através da história da Fundação Ford*, Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011; CHAVES, Wanderson. “As agendas culturais da Guerra Fria e o ‘Programa Ideológico’: a CIA e a Fundação Ford na atração às elites intelectuais”. *Revista Angelus Novus*, USP – Ano VI, n. 9, pp. 123-152, 2015. Agradeço à Lidiane Soares Rodrigues pela sugestão dessa conexão.

social das mulheres enquanto historicidade, concretude e espaço de transformação ou resistência.³⁹

Além de pouca atenção ao espaço doméstico ou à apreensão da vida cotidiana, algumas autoras afirmam que “o marxismo” preteriu conscientemente a dimensão das “relações entre os sexos”, para evocar a expressão corrente nos anos 1980. Nas palavras de Rachel Soihet

O marxismo considerou secundária a problemática que opõe homens e mulheres. Essa contradição se resolveria com o fim da contradição principal: a instauração da sociedade sem classes. Não se justificava, portanto, uma atenção especial do historiador para a questão feminina.⁴⁰

Ou seja, mais do que não dedicar atenção aos espaços nos quais as experiências de mulheres pretéritas poderiam ser apreendidas e esmiuçadas, a autora afirma que não havia interesse da parte de historiadores marxistas de investigar a vida das mulheres. Como a “questão feminina” não contribuía para o desvendamento da contradição social principal, a busca por esses sujeitos não se justificava. Margareth Rago, concordando com Rachel Soihet, afirma que

O predomínio prolongado da história social, de tradição marxista, secundarizou demais o campo da subjetividade e da dimensão simbólica. Exceção feita a E. P. Thompson, que se tornou extremamente famoso apenas na década de 1980, a verdade é que grande parte dos estudos históricos de tendência marxista mantinham-se presos ao campo da política e da economia, este considerado o “lugar do real” e da inteligibilidade da história.⁴¹

Há, nessas afirmações, não só uma crítica ao que a abordagem marxista dava foco, senão também sua compreensão de História. Na visão delas, reduzida. Não à toa, muitos balanços falam em “ampliação” ou “alargamento” do escopo da disciplina com a emergência da mulher enquanto objeto de pesquisa. Assim como, em um “deslocamento epistemológico”, ou “crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história”⁴².

³⁹ DIAS, M. O. L. S. “Teoria e Método dos Estudos Feministas”. *Op. Cit.* p. 49-50.

⁴⁰ SOIHET, Rachel. “História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate”. In: AGUIAR, Neuma (org.) *Gênero e Ciências Humanas. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. Pp. 98.

⁴¹ RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO: Joana e GROSSI, Miriam. (orgs.). *Masculino e, feminino e plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998. Pp. 15.

⁴² Maria Izilda dos Santos Matos usa os termos “alargamento” e “crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história” (p. 37 e p. 35, respectivamente), e Margareth Rago usa os termos “alargamento” e “deslocamento epistemológico” (p. 81 e p. 87, respectivamente).

Entretanto, enquanto a “abordagem marxista” aparece em diferentes balanços como uma adversária à reconstituição de histórias de mulheres, a “corrente neomarxista da história social”, os “marxistas existencialistas”, “fenomenologistas” ou “os estudos como os de E. P. Thompson”, aparecem como aliados⁴³. Em 1992, Dias afirma

Os marxistas existencialistas, por exemplo, deram um passo decisivo para introduzir a categoria feminina na análise marxista: Sartre, ao incorporar conceitos de subjetividade e de totalização à crítica da dialética estritamente racional e objetiva, possibilitou uma nova interpretação do processo dialético, capaz de abarcar o processo social e, dentro dele, as subjetividades dos seres humanos enquanto indivíduos (Sartre, 1960; Sartre et al., 1962). Merleau-Ponty e os marxistas fenomenologistas levariam adiante a crítica da racionalidade e a interpretação cultural do processo econômico.⁴⁴

Em 1995, afirma Margareth Rago

É inegável que a produção historiográfica sobre as mulheres toma como ponto de partida uma referência teórico-metodológica assentada nas premissas epistemológicas da história social, fortemente marcada pelo marxismo.⁴⁵

Assim, se num primeiro momento a liberação das mulheres se inscreve de uma maneira intrínseca à mudança estrutural das formas da organização capitalista do trabalho, nesta segunda vertente, muito marcada pelas formulações thompsonianas, sua emancipação depende muito mais da reapropriação de sua diferença enquanto mulher. Sobretudo, desde os inícios da década de 1980, uma contundente crítica ao marxismo aparecia nos textos de E. P. Thompson, apontando, ao historiador, os perigos de se trabalhar com estruturas prontas, a exemplo das classes sociais, consideradas “coisas” e ausentes em sua capacidade de criação histórica.⁴⁶

Portanto, se a história das mulheres, no Brasil, nasce no interior de uma historiografia do trabalho, em 1970, é importante lembrar que esta sofre profundas mudanças ao longo desta década, abandonando o interesse exclusivo pela história dos partidos políticos e sindicatos, para incorporar outros temas que abrangem desde o cotidiano das fábricas até a vida no interior da família, passando pelos valores, crenças e hábitos que marcaram a classe trabalhadora.⁴⁷

Miriam Lifchitz Moreira Leite manifesta compreensão similar em seu balanço e enfatiza a importância da história social para desmascarar as “armadilhas da visão masculina” impregnadas nas fontes. Para a autora foi “dentro da história social [que]

⁴³ As primeiras três citações são de Dias: DIAS, M. O. L. S. “Teoria e Método dos Estudos Feministas...” *Op. Cit.* p. 50. E a última de Matos: MATOS, Maria Izilda Santos. “História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas”. *Op. Cit.* p. 39.

⁴⁴ DIAS, M. O. L. S. “Teoria e Método dos Estudos Feministas”. *Op. Cit.* p. 49.

⁴⁵ RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. In: LOPES, Zélia (org.) *A história em debate*. São Paulo: Marco Zero/SEEC, 1995. Pp. 82.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 84.

⁴⁷ *Ibidem*.

começou-se a dar às mulheres a posição de agentes históricos, a partir de suas atuações nas camadas sociais, no grupo familiar e nas culturas”⁴⁸.

Estamos diante, assim, de compreensões diversas acerca do “marxismo”. De maneira geral, eles compreendem o marxismo atrapalhou os estudos sobre mulheres na História. Entretanto, alguns fazem a ressalva de que o marxismo “heterodoxo”, “revisado” ou da “história vista de baixo”, foi a vertente que tornou possível transformar as experiências de mulheres pretéritas em experiências dignas de História. Como veremos no terceiro capítulo, esta não era apenas uma divergência teórica, mas uma divergência prática, que dizia respeito a uma disputa entre a historiografia produzida na USP e na Unicamp. Nesta leitura, o marxismo da USP (associado a ortodoxia) era o inimigo, enquanto o marxismo da Unicamp (associado a “história vista de baixo” e os estudos de E. P. Thompson), aliado.

Maria Beatriz Nizza da Silva discorda da segunda compreensão, sobre a contribuição do marxismo heterodoxo, ou, em todo caso, não a evoca. Em um dos artigos mais destoantes do conjunto aqui reunido, a autora faz uma crítica ferrenha a abordagem marxista⁴⁹, no sentido das críticas vistas anteriormente, mas acrescenta a ela uma dimensão institucional. Afirma que o “atraso” de estudos sobre mulheres ou gênero nas pesquisas de história realizados na USP, onde lecionava, em comparação com os estudos sobre mulheres realizados nas Ciências Sociais da mesma universidade, ou em relação à Fundação Carlos Chagas – “uma fundação privada”, lembra a autora – se devem a uma suposta hegemonia de historiadores marxistas em seu departamento:

Constituiu-se então o Núcleo Mulher [nas Ciências Sociais, da USP] que lançou o seu primeiro Boletim em maio de 1986, com informações sobre os seminários organizados nesse ano (‘A mulher em sociedades negro-africanas’, ‘A violência contra a mulher’, ‘O aborto’, ‘Igreja, concubinato, bastardos e mães solteiras’) e também sobre cursos ministrados no Departamento de Ciências Sociais especificamente sobre a mulher (‘Mulher, trabalho e participação política’ e ‘Mulher, sexualidade e trabalho’).

E o que está acontecendo no Departamento de História? Ainda é difícil pensar-se em cursos de graduação sobre a história da Mulher, quer como disciplina obrigatória, quer como optativa. Torna-se mais fácil aos especialistas nessa área oferecer aos alunos de Pós-Graduação algumas disciplinas com ela relacionadas inseridas na área mais ampla denominada História Social.

A História da Mulher ainda é encarada como ‘coisa de feminista’ ou então como simples curiosidade fútil num leque de disciplinas que se propõe transmitir o essencial do saber histórico. Mesmo áreas mais claramente delimitadas e mais amplamente cultivadas, como a Demografia Histórica ou a

⁴⁸ LEITE, Miriam L. M. “História das Mulheres” *Op. Cit.* p. 58.

⁴⁹ Sem distingui-la entre ortodoxa, heterodoxa ou revisada.

História da Família, têm dificuldade em se impor num Departamento de tendência marxista-esquerdizante que não vê salvação fora da História política ou da análise dos movimentos e lutas sociais. Nem mesmo uma História da Mulher que fosse concebida fundamentalmente como um estudo das lutas femininas pela igualdade de direitos políticos, sociais ou econômicos seria bem aceita na medida em que não estamos perante uma verdadeira classe social.⁵⁰

Maria Beatriz Nizza da Silva tece duras críticas aos pressupostos teóricos do marxismo e o que a vertente considera importante em termos de saber histórico. Ela considera que a maioria das e dos docentes do Departamento de História da USP, ou pelo menos aqueles em posição de decidir sobre os rumos da pesquisa naquele ambiente, adotavam a perspectiva marxista. Segundo ela, uma perspectiva que impedia um olhar mais atento às experiências de mulheres no passado. Para a autora, o atraso da História em relação ao tratamento das mulheres como objetos de pesquisa repousava no fato de o Departamento ser marxista. Repousava na concepção teórica priorizada pelos membros da instituição. A autora estabelece assim, uma vinculação entre a teoria e disputas institucionais, que terminavam por promover pesquisas informadas pela teoria dominante e inviabilizar pesquisas com outros enquadramentos. Ou seja, na argumentação dela, teoria, poder político-institucional e viabilização de pesquisas se sobrepõem, e essa sobreposição é reelaborada em seu texto de modo a participar daquelas mesmas disputas.

O que se pretendeu evidenciar neste trecho é que as diferentes explicações do atraso da historiografia no tratamento das mulheres, seja através da referência a uma natureza da disciplina histórica, ao iluminismo que por muito tempo informou seus pressupostos, ou à adesão de historiadoras e historiadores ao marxismo, remetem ao encontro entre perspectivas teóricas e lógicas institucionais – estrutural no mundo universitário⁵¹ – ainda quando não o fazem abertamente. Todas as afirmações que explicam o descompasso da produção historiográfica com a agenda das mulheres remetem a práticas, que são gestadas, valorizadas e atualizadas nas instituições que sediam e legislam a produção de pesquisas.

⁵⁰ SILVA, Maria B. Nizza da. “A História da Mulher no Brasil.” *Op. Cit.* P. 76, grifos meus.

⁵¹ Cf. ELIAS, Norbert. “Scientific establishments”. In: ELIAS, Norbert; MARTINS, Erminio; WHITLEY, Richard D. (orgs.). *Scientific Establishments and Hierarchies*. Dordrecht: D. Rieder, 1982, pp. 3-69.; BOURDIEU, Pierre. “O campo científico” [1976]. In: *Pierre Bourdieu: Sociologia* (org. de Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983. pp. 122-155.

À exceção do texto de Maria Beatriz Nizza da Silva, todos os demais concebem o feminismo como um importante aliado dos estudos sobre mulheres. Eles não definem precisamente o que compreendem por feminismo, mas lendo-os em conjunto fica evidente que se trata de um termo abrangente e plástico, que se refere tanto a ideias quanto a práticas, que podem estar vinculadas à esfera política e científica. A depender da intérprete, feminismo designa o movimento de mulheres, uma forma de compreender a realidade ou ainda uma teoria.

Assim, o termo *feminista* adjetiva diferentes predicados. “Movimento feminista”⁵², “movimentos feministas”⁵³, “militância feminista”⁵⁴, “pensamento feminista”⁵⁵, “estudos feministas”⁵⁶, “história feminista”⁵⁷, “historiografia feminista”⁵⁸, “epistemologia feminista”⁵⁹, “teoria feminista”⁶⁰, “crítica feminista”⁶¹, “feminismo pós-estruturalista”⁶², “explosão do feminismo”⁶³, “posturas feministas”⁶⁴, “inquietações feministas”⁶⁵, “consciência feminista”⁶⁶, “estudiosas feministas”⁶⁷. “historiadoras feministas”⁶⁸, “projeto feminista”⁶⁹, são alguns deles.

O feminismo aparece em todos os balanços historiográficos como um dos elementos fundamentais para a constituição dos estudos de História das Mulheres e/ou Relações de Gênero. Para a maioria das autoras, há uma forte vinculação “entre produção acadêmica e a emergência dos movimentos feministas e de mulheres”⁷⁰, ou seja, uma

⁵² RAGO, “As mulheres na historiografia brasileira” *Op. Cit.* p. 86. SILVA, Maria Beatriz Nizza., *Op. Cit.* p. 75, p. 82; SOIHET, “História, mulheres, gênero: contribuições para um debate”, *Op. Cit.* p. 97.

⁵³ MATOS, *Op. Cit.* p. 38.

⁵⁴ LEITE, “História das mulheres”, *Op. Cit.* p. 57, p. 60; SILVA, Maria Beatriz Nizza., *Op. Cit.*, p. 85, 86.

⁵⁵ DIAS, “Teoria e método”, *Op. Cit.*, p. 39.

⁵⁶ DIAS, “Teoria e método”, *Op. Cit.*, p. 41, 42; RAGO, “As mulheres na historiografia brasileira”, *Op. Cit.* p. 88.; SAMARA, Eni. “A mulher e a família na historiografia latino-americana recente”. *Anos 90*, v. 1, n. 1, Porto Alegre, 1993. p. 27.

⁵⁷ PEDRO; SOIHET, *Op. Cit.*, p. 290.

⁵⁸ DIAS, “Teoria e método”, *Op. Cit.*, p. 48.

⁵⁹ RAGO, “Epistemologia feminista...”, *Op. Cit.*, p. 371

⁶⁰ DIAS, “Teoria e método”, *Op. Cit.*, p. 51; RAGO, “Epistemologia feminista...” p. 372.

⁶¹ DIAS, “Teoria e método”, *Op. Cit.*, p. 41.

⁶² DIAS, “Teoria e método”, *Op. Cit.*, p. 40.

⁶³ PEDRO; SOIHET, p. *Op. Cit.*, 285.

⁶⁴ DIAS, “Teoria e método”, *Op. Cit.*, p. 41.

⁶⁵ DIAS, “Teoria e método”, *Op. Cit.*, p. 43.

⁶⁶ DIAS, “Teoria e método”, *Op. Cit.*, p. 43

⁶⁷ DIAS, “Teoria e método”, *Op. Cit.*, p. 43

⁶⁸ PEDRO; SOIHET, *Op. Cit.*, p. 289.; SOIHET, “História, mulheres, gênero: contribuições para um debate”, *Op. Cit.*, p. 95.

⁶⁹ RAGO, “Epistemologia feminista...”, *Op. Cit.*, p. 374.

⁷⁰ MATOS, Maria Izilda, *Op. Cit.*, p. 38.

vinculação entre a produção de conhecimento realizada nas universidades e a militância política realizada em movimentos sociais feministas. Algumas avançam essa compreensão afirmando que os estudos sobre mulheres eram parte integrante e produtora do feminismo⁷¹, e outras recuam, afirmando que existem fronteiras intransponíveis entre o feminismo e a História das Mulheres ou a qualquer outra área da produção científica que tematize as mulheres.

Para Maria Izilda dos Santos Matos

Um primeiro fator [para o aumento da presença de mulheres nos escritos acadêmicos] seria a maior presença feminina no mercado de trabalho, inclusive nas universidades, conjugada à luta das mulheres pela igualdade de direitos e pela liberdade, numa conquista do espaço público que derivou da afirmação dos movimentos feministas.⁷²

Assim, a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho formal, entre eles o universitário, e a conseqüente reivindicação delas por direitos iguais aos de seus colegas homens, explicariam o fato de as mulheres passarem a ser tematizadas em pesquisas acadêmicas. Margareth Rago concorda com a afirmação, mas faz uma ponderação. Para a autora

se esta produção não se caracteriza como feminista, nem significou um questionamento prático das relações de poder entre os sexos na academia, ela carrega traços evidentes de uma vontade feminina de emancipação.⁷³

Feministas assumidas ou não, as mulheres forçam a inclusão dos temas que falam sobre si.⁷⁴

Tanto para uma autora, quanto para a outra, o feminismo possibilitou a emergência de estudos sobre mulheres ainda que as mulheres que os promoveram não se compreendessem a si mesmas como feministas. Na visão delas, mesmo quando o feminismo não era reivindicado, ele estava lá.

Eni de Mesquita Samara, por outro lado, menciona o feminismo uma única vez e não para se referir a ele enquanto um movimento político, mas enquanto área do saber. Os “estudos feministas”, como ela os chamou, estavam preocupados com a constituição dos papéis esperados para cada sexo, o que convergia com as pesquisas de História das

⁷¹ DIAS, “Teoria e método”, *Op. Cit.*, p. 48 e 49 fala em uma “historiografia feminista”.

⁷² MATOS, Maria Izilda, *Op. Cit.*, p. 36.

⁷³ RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. *Op. Cit.* p. 81.

⁷⁴ RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. *Op. Cit.* p. 13.

Mulheres que investigavam os padrões de moralidade e os processos de socialização diferenciais para meninos e meninas⁷⁵.

A autora não inscreve explicitamente a História das Mulheres entre os “estudos feministas recentes”, mas tampouco deixa de conectá-los. Além disso, convergindo com a ideia afirmada por Margareth Rago, de que as pesquisas de História das Mulheres expressavam uma “vontade feminina de emancipação”, ela afirma que por trás dos estudos históricos sobre as personagens femininas, havia uma vontade de liberar as mulheres dos estereótipos machistas e “mostrar a sua presença no processo de tomada de decisões”⁷⁶.

A ideia é justamente a de recuperar uma mulher mais ativa e participante, apontando para as variações nos padrões de comportamento. Rever imagens e revelar outras é romper com os enraizamentos impostos pela historiografia ao longo do tempo.⁷⁷

Maria Beatriz Nizza da Silva, por sua vez, entende a militância feminista como algo completamente separado da prática historiográfica. Aliás, entende o feminismo como militância e não ciência. Para a autora, nos anos 1970 as pesquisas sobre mulheres realizadas em áreas diversas, foram mais denúncias da “desigualdade entre os sexos” do que pesquisas a respeito dela. E, no âmbito das pesquisas em História, a autora via uma tendência a “reduzir a História da Mulher a história da mulher feminista”⁷⁸. Para ela, ambas as posturas operavam em chave interpretativa estreita, que começou a se ampliar e complexificar nos anos 1980, quando se distanciou tanto da “linha marxista-esquerdizante”, mencionada anteriormente, quanto da “linha feminista-militante”⁷⁹.

Ainda que a autora defendesse uma “História da Mulher” que se distanciasse de uma perspectiva militante e que reforçasse a ideia de existem limites formais precisos entre “uma abordagem militante e científica”⁸⁰, ela compreende que o movimento feminista esteve na origem de seus esforços.

A História da Mulher é um campo novo de estudo no Brasil. Ela se inicia nos finais dos anos 70 e tem duas origens diferentes: o movimento feminista e sua

⁷⁵ SAMARA, Eni. “A mulher e a família na historiografia latino-americana recente”. *Anos 90*, v. 1, n. 1, Porto Alegre, 1993. p. 26-27.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 25.

⁷⁷ SAMARA, Eni. *Op. Cit.* p. 26.

⁷⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. Cit.*, p. 85.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 86.

⁸⁰ *Ibidem*.

influência nas Ciências Sociais; e uma dinâmica específica da pesquisa histórica.⁸¹

Para a autora, a possibilidade de se estudar mulheres na História tem a ver com um desenvolvimento da produção intelectual, poderíamos dizer, uma complexificação dela. Mas também, com o impacto do movimento social na produção intelectual. Campo da política e campo intelectual se apoiam e se chocam no discurso da autora.

Maria Odila Leite da Silva Dias também compreende que o feminismo está por trás dos estudos sobre mulheres. Contudo, mais do que isso, para a autora, é a vinculação entre esses dois universos o que dá à historiografia das mulheres sua força e capacidade de alterar a realidade, na medida em que altera a compreensão sobre a realidade. Ou seja, para Maria Odila Dias é essa vinculação que particulariza tais estudos e confere seu vigor.

No texto *Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano*, Silva Dias sugere o caminho que compreende como o mais promissor para tais estudos: a busca pela “concretude” das experiências femininas no passado. A autora defende a investigação dos papéis sociais que as mulheres efetivamente desempenharam, de modo a não incorrer em caracterizações genéricas de toda a experiência social feminina. As generalizações, alerta Dias, se tornam conceitos ideológicos e, conseqüentemente, sistemas próprios de dominação.

Os estudos feministas, fronteira e vanguarda, partem da aceitação de um desafio drástico, que consiste na busca de novas balizas do conhecimento que não reproduzam, como espelho distorcido, as próprias categorias do sistema de dominação que pretendem criticar. (Gergen, 1987; Malson et al., 1989; Griffith e Whitford, 1988). Trata-se, sem dúvida, de opor uma contrapartida a enfoques excessivamente preocupados com universalidades e permanências do universo simbólico, da linguagem ou do discurso, núcleo de um sistema de dominação de que justamente se pretende fazer a crítica. Esta perspectiva historista oferece um panorama mais amplo do que os excessivamente fragmentados temas de negação da temporalidade, de certas correntes feministas pós-estruturalistas ou essencialistas, preocupadas com o erotismo, o corpo ou a histeria feminina do prisma um tanto segregado da demarcação de uma cultura feminina (Alcoff, 1988).⁸²

Feminismo, para ela, é tanto a matriz de um pensamento quanto de uma prática, e “o engajamento é um pressuposto da crítica feminista”⁸³. Contudo, retomando os

⁸¹ *Ibidem*, p. 85.

⁸² DIAS, M. O. L., “Teoria e método...” *Op. Cit.*, 1992, p. 41.

⁸³ *Ibidem*.

objetivos da “perspectiva feminista” e relacionando-os com as tendências então em voga na historiografia, ela propõe precaução e uma discussão interna para as historiadoras feministas.

Já Miriam Lifchitz Moreira Leite se refere ao feminismo como militância, parte do campo da política e, portanto, separado do campo intelectual. Ainda assim, considera que esta militância pode se associar e interferir nos caminhos da produção historiográfica:

A heterogeneidade [da História das Mulheres] não se refere apenas à postura teórica dos trabalhos. Refere-se ao objeto de pesquisa, às abordagens críticas ou descritivas, às influências predominantes da bibliografia de língua francesa ou inglesa. Mas refere-se, ainda, a sua integração em Programas Acadêmicos, que coincide ou se contrapõe a uma militância feminista.⁸⁴

Nota-se, portanto, que a “militância feminista” impacta a agenda da produção de conhecimento histórico tanto quanto as teorias, as abordagens analíticas e a bibliografia utilizada. A autora caracteriza a História das Mulheres de modo a tornar igualmente importantes os desenvolvimentos propriamente científicos e os processos sociais que presidiram à instauração da mulher como ator político de peso.

Além disso, é fora da universidade que a autora identifica que o feminismo tem sua maior força, visto que dentro dessa instituição as “hierarquia de gêneros” se sobrepõem aos estudos sobre elas:

Os trabalhos das feministas militantes avançam mais que os estudos sobre a mulher. Os conselhos da Condição Feminina, as delegacias da Mulher, os serviços de saúde especializados têm se difundido e oficializado. Quanto aos trabalhos acadêmicos, muitos trabalhos sobre a mulher deslizam para as áreas correlatas, aproveitando as brechas e contornando a hierarquia de gêneros que se estabelece entre as ciências.⁸⁵

A autora acrescenta um novo elemento para se pensar o desenvolvimento dos estudos sobre mulheres nas universidades: as hierarquias dos objetos científicos, hierarquias da produção de conhecimento acadêmico, que impediam o desenvolvimento do tema⁸⁶. Tais hierarquias não eram relativas somente ao tema, mas também aos

⁸⁴ LEITE, “História das mulheres”, *Op. Cit.* p. 57.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 60.

⁸⁶ Para este ponto, a definição de Pierre Bourdieu é elucidativa: “A única maneira de se escapar da relação ingênua de absolutização ou contrabsolutização [dos objetos de estudo] consiste em apreender como uma estrutura objetiva comanda essas disposições. A ciência não toma partido na luta pela manutenção ou subversão do sistema de classificação dominante, toma-o como seu objeto. (...) Ela toma nota do fato de

proponentes de estudos vinculados à temática – proponentes em sua maioria, mulheres. Em trecho citado anteriormente, retirado do balanço de Margareth Rago, a autora afirma que a historiografia das mulheres “não significou um questionamento prático das relações de poder entre os sexos na academia”. Quer dizer, há uma disputa profissional entre homens e mulheres, disputa que também impulsiona a inovação em questão. A “hierarquia de gêneros” aparece assim em camadas diferentes que se atualizam, se fazendo presente tanto na legitimidade do tema, quanto da pesquisadora.

Voltando à questão das fronteiras da produção de conhecimento, aliás, da diluição de fronteiras, da heteronomia desse conjunto de pesquisas, Maria Izilda dos Santos Matos, Rachel Soihet e Joana Maria Pedro também tecem argumentações que vão nesse sentido. Para as três autoras, o feminismo enquanto movimento político e forma de compreender a realidade, esteve nas origens da História das Mulheres:

as transformações na historiografia, articuladas à explosão do feminismo, a partir de fins da década de 1960, tiveram papel decisivo no processo em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres.⁸⁷

O feminismo esteve presente no lançamento da problemática, assim como, afirmam elas e outras autoras, esteve presente na definição de rumos que a historiografia sobre mulheres tomaria, inclusive no desenvolvimento dos estudos das relações de gênero. Embora algumas autoras afirmem que a reorientação de foco das mulheres para as Relações de Gênero colocasse problemas para a mobilização política das mulheres⁸⁸ – uma vez que esta categoria estava sendo questionada – elas entendem que esse foi um debate pelo qual tanto a academia quanto a militância atravessaram.

(...) Foram fundamentais as contribuições recíprocas entre a história das mulheres e o movimento feminista. Os historiadores sociais, por exemplo, supuseram as "mulheres" como uma categoria homogênea;(...). Essa leitura contribuiu para o discurso da identidade coletiva que favoreceu o movimento das mulheres nos anos 70. Firmou-se o antagonismo homem versus mulher como um foco central

que a referência a uma hierarquia de valores é registrada objetivamente em práticas e especialmente na luta na qual esta hierarquia é performatizada e que se expressa em juízos de valor antagônicos”. BOURDIEU, Pierre. « Méthode scientifique et hiérarchie sociale des objets ». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Vol. 1 - n. 1, 1975, p. 5-6 (Tradução livre). Ou seja, hierarquias não científicas conferem hierarquias de valor aos objetos científicos. Miriam L. M. Leite, Margareth Rago, entre outras autoras, estavam chamando atenção para como as “hierarquias de gênero” também fazem parte desse processo de estabelecimento de valor dos objetos científicos.

⁸⁷ PEDRO; SOIHET, *Op. Cit.*, p. 285.

⁸⁸ PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila; PISCITELLI, Adriana; GOLDANI, Ana Maria (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH, Unicamp, 2002.

na política e na história que favoreceu uma mobilização política importante e disseminada.⁸⁹

(...) o trabalho histórico permite subsidiar o movimento feminista, respaldando suas reivindicações e demandas, tanto quanto reforçando o delineamento da dimensão de uma cultura específica das mulheres, que não data de duas décadas apenas. Trata-se de um acerto de contas com o passado como meio de garantir uma maior combatividade no presente.⁹⁰

Assim, ao retirar as mulheres do silêncio produzido por um discurso historiográfico centrado no homem, a história social das mulheres conflui com as demandas do feminismo que buscava uma maior visibilidade no espaço público, e com a desconstrução de mitologias misóginas que obstaculizavam nosso crescimento pessoal e profissional.⁹¹

Não podemos esquecer que a partir dos anos 80 o feminismo passa por toda uma autocrítica: antigas plataformas, como a busca pela igualdade de condições e direitos em relação aos homens e a procura de construção de uma identidade feminina única, são em parte questionadas, pontuadas pela diversidade dentro das lutas femininas. As mulheres penetravam nos movimentos sociais, expressando suas reivindicações no interior dos partidos, sindicatos e inúmeras outras associações, além de se descobrirem a diversidade dentro do próprio movimento feminista, que deixava de ser uma luta localizada.⁹²

(...) É em função dessas críticas e das próprias transformações nas reivindicações dos movimentos feministas que surge o gênero enquanto categoria de análise histórica.⁹³

O que se pretendeu argumentar através desse compilado de visões é que a despeito das nuances a respeito do que as autoras compreendiam como feminismo, ele foi compreendido como um importante aliado de tais estudos, mesmo que nenhuma delas tivesse sido militante⁹⁴. Além disso, pretendeu-se lançar luz para a importância dos movimentos sociais na proposição de questões para o mundo acadêmico de maneira geral, e para a agenda de pesquisas em História, mais especificamente. Destacamos essa dimensão a partir de como ela é reivindicada ou preterida nos balanços historiográficos. No texto de uma única autora, Maria Beatriz Nizza da Silva, aparece a sugestão de que tais estudos deviam se afastar do feminismo. No texto de Eni M. Samara, essa relação

⁸⁹ SOIHET, Rachel. “História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate”, *Op. Cit.*, 1997, p. 96.

⁹⁰ RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. *Op. Cit.* 1995, p. 86.

⁹¹ *Ibidem.*

⁹² MATOS, Maria Izilda Santos de. p. 42.

⁹³ *Ibidem.*

⁹⁴ A mais próxima de sê-lo foi Maria Odila Leite da Silva Dias, que fez parte dos grupos de consciência nos anos 1970. PEDRO, Joana Maria. “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272, 2006.

não é esmiuçada, e no de Miriam L. M. Leite, essa relação é referida, mas não é valorizada. Entre as demais autoras, Maria Odila Leite da Silva Dias, Margareth Rago, Maria Izilda dos Santos Matos, Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, há uma defesa do estreitamento dessa relação. Uma relação que, para elas, pode ser cultivada em paralelo com o cultivo de pesquisas rigorosas. O aprofundamento do conhecimento não estaria em xeque a partir dessa relação, mas do apego a uma ciência que parte delas considera como caduca, como veremos adiante.

Enunciação de uma alteração na forma de se fazer História

A partir de finais dos anos 1980, como referido na introdução, gênero passou a ser a categoria que respondeu a certos limites encontrados nas pesquisas centradas nas mulheres. Gênero fazia referência aos processos diferenciais que constituem homens e mulheres, portanto não se tratava mais de tomar as mulheres como pontos de partida, mas como pontos de chegada.

Essa mudança de postura, que associamos a uma mudança de foco do objeto para a abordagem, é referida em todos os artigos posteriores à circulação do conceito como um marco. Alguns deles afirmam que foi precisamente essa mudança que fez o campo de estudos reformular a forma de se fazer História. Outros afirmam que os estudos de História centrados na mulher já operavam um “deslocamento” em relação ao saber disciplinar. De maneira geral, essa passagem é formulada nos balanços como uma superação de gênero em relação a *mulheres*.

Além dos balanços historiográficos, é corrente também entre análises realizadas em outras disciplinas a afirmação de que os estudos sobre mulheres, feminismo ou relações de gênero, alteraram as formas de se fazer pesquisa⁹⁵. Para as autoras das avaliações sobre a produção historiográfica, os trabalhos de História das Mulheres e as Relações de Gênero, ainda que marginais, produziram pesquisas de valor inestimável. Isso ocorreu tanto quando estiveram mais voltados à recuperação de experiências até

⁹⁵ AGUIAR, Neuma, (org.). *Gênero e Ciências Humanas, desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro, Record/Rosa dos Tempos, 1997; BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*. vol. 16, n.º 1, p. 207-228, jan.-abr. 2008; SCHIENBINGER, L. *O Feminismo Mudou a Ciência?* Bauru/SP: EDUSC, 2001. LÖWY, Ilana. “Ciências e gênero”. In: HIRATA, Helena et al (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 40-44.

então incógnitas, como quando operaram uma reformulação nas maneiras de conhecer e compreender o mundo de que a ciência dispunha e proclamava como as mais adequadas até então.

O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera.⁹⁶

(...) pensávamos o discurso como reflexo de um suposto real e não como prática instituinte. O deslocamento epistemológico em curso é: evidentemente enorme.⁹⁷

Os estudos feministas participam em cheio deste processo de reelaboração do conhecimento e de crítica dos métodos das Ciências Humanas, no qual parece indiscutível a necessidade de precisar novos métodos e de tentar teorias mais condizentes (...) o enfoque feminista se torna uma frente crítica do conhecimento contemporâneo.⁹⁸

A história das mulheres usufruiu e contribuiu para as transformações da História Nova, que diversificou os objetos de estudo e trouxe à tona a vida privada e a vida cotidiana de cidades e aldeias, como focos de interesse historiográfico.⁹⁹

A expansão dos estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano. (...) Essas novas perspectivas e influências emergentes nesse momento possibilitaram a reorientação do enfoque histórico, com o desmoronamento da continuidade, o questionamento de abordagens globalizantes do real, também de uma história política ‘événémentielle’, de corte neopositivista e em geral centrada nos estudos das elites e dos heróis masculinos, permitindo também o questionamento da universalidade do discurso histórico.¹⁰⁰

À essa politização do dia-a-dia incorpora-se também a visão do relativismo pós-moderno, que praticamente destrói a tradicional distinção entre o central e o periférico na história.¹⁰¹

Na consideração da existência de uma/várias epistemologia/s feminista/s, valeria então destacarmos, de início, dois pontos: o primeiro aponta para a participação do feminismo na ampla crítica cultural, teórica, epistemológica em curso, ao lado da Psicanálise, da Hermenêutica, da Teoria Crítica Marxista, do Desconstrutivismo e do Pós-modernismo. Esta crítica revela o caráter particular de categorias dominantes, que se apresentam como universais; propõe a crítica da racionalidade burguesa, ocidental, marxista incluso, que não se pensa em sua dimensão sexualizada, enquanto criação masculina, logo excludente. Portanto, denuncia uma racionalidade que opera num campo ensimesmado, isto é, a partir da lógica da identidade e que não dá conta de pensar a diferença. É neste ponto

⁹⁶ RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”, 1998, *Op. Cit.*, p. 3.

⁹⁷ RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”, 1995, *Op. Cit.* p. 87.

⁹⁸ DIAS, M. O. L., “Teoria e método...” *Op. Cit.*, 1992, p. 41.

⁹⁹ LEITE, “História das mulheres”, *Op. Cit.* p. 58.

¹⁰⁰ MATOS. Maria Izilda Santos de. p. 37.

¹⁰¹ *Ibidem.*

que o feminismo se encontra especialmente com o pensamento pós-moderno, com a crítica do sujeito, com as formulações de Derrida e Foucault, entre outras.¹⁰²

Operando uma “crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico” que “denuncia uma racionalidade que opera num campo ensimesmado”, as historiadoras das mulheres compreendem, em sua maioria – aqui novamente Maria Beatriz Nizza da Silva faz figura de exceção –, que os estudos sobre mulheres produziram ou contribuíram com o “deslocamento epistemológico”, a “reelaboração” e “redefinição” da pesquisa científica. Isso é lido como uma transformação positiva tanto em termos de ganhos de conhecimento, quanto em termos de ganhos de formas de se produzir conhecimento. Trata-se, como referido anteriormente, de uma ampliação, alargamento ou complexificação da ciência e da disciplina histórica.

A enunciação de uma alteração na historiografia de maneira geral, impulsionada e/ou auxiliada pela História das Mulheres e/ou Relações de Gênero, e a valorização dessa alteração, são parte da luta simbólica pela caracterização, instauração e promoção deste campo de estudos. Ela é, também, uma forma de organização de um cosmos próprio a ele. Mas além das historiadoras desse tema e abordagem, historiadores de outras áreas temáticas e vinculados a outras abordagens teórico-metodológicas também mobilizaram a ideia de uma “ruptura epistemológica” operada por essa historiografia. Contudo, enquanto as historiadoras mencionadas evocaram tal ideia para referendar os trabalhos do campo, outros historiadores mobilizaram-na para questioná-lo.

Um exemplo desse questionamento está presente no artigo *A inversão da dialética*, escrito pela historiadora Emília Viotti da Costa¹⁰³. Nele a autora identificava justamente uma variação substancial na forma de se conceber os estudos históricos nas décadas finais do século XX. De uma preponderância analítica rígida de anterioridade das bases econômicas à realidade cultural, nos anos 1960, começava a se analisar a História no sentido contrário nos anos 1980. A ênfase seria então a dimensão cultural e linguística em detrimento da produção material da vida, mantendo apenas a rigidez metodológica das análises precedentes. Viotti identificava esse novo destaque como uma ênfase no discurso, especialmente vigorosa em uma prática historiográfica que tinha como centro a mulher:

¹⁰² RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”, 1998, *Op. Cit.*, p. 4.

¹⁰³ COSTA, Emília Viotti da. “A dialética invertida: 1960-1990”. In: *Revista Brasileira de História*. Brasil: 1954-1964. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n.27, p. 9-26, 1994.

Nenhuma das tendências citadas até aqui, contribuiu tanto para a inversão da dialética quanto a excessiva ênfase no discurso (...). Essa tendência bastante generalizada nos vários campos da história apareceu em toda sua plenitude em estudos que nasceram de preocupações femininas.¹⁰⁴

Além de “inversão da dialética”, a autora nomeia o fenômeno analisado de “ruptura epistemológica”. A diferença no uso argumentativo da ideia de uma “ruptura” está, portanto, no modo de adjetivá-la e de qualificar aquilo que a presidia: a “excessiva ênfase no discurso”, o “giro linguístico”, o “pós-modernismo”. Para os críticos dessas abordagens, como Viotti, elas simbolizavam a diluição das desigualdades estruturais da sociedade, tornadas difusas, intangíveis e, conseqüentemente, inelutáveis. A História, para eles concebida como meio de transformação social na medida em que expunha como o poder se estruturava, ficaria então inofensiva, quando não contribuiria para o contrário, instituir o poder¹⁰⁵.

No momento de escrita do artigo, Emília Viotti da Costa era professora de Yale, nos EUA. Anteriormente ela tinha sido aposentada compulsoriamente da Universidade de São Paulo após o Ato Institucional nº 5, em função de posicionamentos públicos em que questionava a ditadura militar e enfatizava *a crise da universidade*, como se chamou uma de suas palestras que ganhou amplitude à época. Além disso, era conhecida como um dos expoentes do marxismo no curso de História da USP. Tanto as posições da autora quanto as perseguições de que foi vítima mostram, de outro prisma, as relações – agora forçadas – entre o campo político e intelectual. Em contrapartida, essa relação também impactou sua adesão à abordagem marxista e seu engajamento com a transformação social na sua prática de pesquisa.

De outro lado, para algumas das historiadoras vinculadas à História das Mulheres e/ou Relações de Gênero, o marxismo é que era alvo de acusações como já visto. Os estruturalismos de maneira geral, ainda que engajados com a transformação social, confinariam a sociedade aos pressupostos iluministas de progresso, razão e de um ordenamento social onde não cabiam a todos/as. Para elas, estes seriam regulatórios e normativos, e não libertadores como se propunham¹⁰⁶. Eles mantinham o poder regulatório que confinava as mulheres a certos papéis e se exercia tanto no plano material quanto no discursivo. Para combatê-lo, argumentavam que era preciso refazer a

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 15.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ SORJ, Bila. “O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade”. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. (orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992 (pp. 15-23).

linguagem, as categorias e as representações. Ferramentas simbólicas que enquadram e constituem as condições materiais e disposições mentais disponíveis às mulheres, ou seja, também constituem as mulheres.

Eni de Mesquita Samara reforça a importância da dimensão do poder nos estudos de História das Mulheres em seu balanço, através da citação de uma passagem célebre de Michelle Perrot, que abre um dos trechos de seu texto: “Na História e no presente, a questão do poder está no centro das relações entre homens e mulheres”.¹⁰⁷

Aqui cabe recuperar uma ideia enunciada anteriormente. O marxismo e o feminismo quando tomados como teorias, sustentam pesquisas preocupadas com o desvendamento de estruturas de poder que não se mostram abertamente como tais. Sustentam estudos preocupados com a exposição de como certas desigualdades – para o primeiro, de classe, e para o segundo, de gênero – se constituem e vão sendo aceitas como naturais por aqueles e aquelas que sofrem e que se beneficiam delas. É essa a forma que encontram para desfazê-las e combatê-las. Assim, com fundamentos parecidos mas seguindo caminhos distintos, essas duas vertentes se chocaram na década de 1990 e começo dos anos 2000, quando os trabalhos sobre mulheres passaram a se reivindicar de vez como voltados às relações de gênero¹⁰⁸.

Nesse período, muitos dos estudos sobre as mulheres e/ou relações de gênero no Brasil, começaram a repensar a própria categoria mulher. Incorporando os debates em curso nos Estados Unidos, bastante influenciados pelos escritos de Michel Foucault, passaram a enfatizar as construções discursivas e práticas culturais como produtoras da realidade social e, sendo assim, como elementos normatizadores e prescritores de comportamentos¹⁰⁹. Nessa leitura, usar o termo “mulher” implicava uma essencialização biológica, enquanto esse sujeito existia como oposto ao “homem” por conta da cultura. Consequentemente, não seria mais possível trabalhar com um conceito universal de mulher – assim como não fora antes possível trabalhar com o universal homem. Era preciso tratar suas diferenciações de maneira relacional e não as tomar como dadas.

Essa compreensão ganhou bastante eco através do artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado pela historiadora norte-americana Joan Scott em 1986

¹⁰⁷ SAMARA, Eni. *Op. Cit.*, p. 24 *apud* PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁰⁸ Nesses anos os estudos ainda se falava, no Brasil, em *interseccionalidade*, segundo a conceituação de Kimberlé Crenshaw. CRENSHAW, Kimberlé. “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”. *Stanford Law Review*, Vol. 43, No. 6 (Jul., 1991), pp. 1241-1299.

¹⁰⁹ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

e traduzido para o português em 1990. No texto, a autora sugeria o uso do termo gênero como ferramenta analítica capaz de aferir os papéis distintos atribuídos a homens e mulheres, bem como de contestar a produção, organização e legitimação do conhecimento que contribuía para atualizá-los.¹¹⁰ A própria História das Mulheres, argumentava a autora, enquanto não colocasse em questão a construção de seu sujeito principal, a mulher, corroborava com a cristalização de uma categoria universal baseada no sexo biológico¹¹¹.

Outros textos trataram da questão e dos riscos de se cristalizar como uma “essência biológica” esse sujeito forjado cultural e socialmente. Mas o texto de Joan Scott é, sem dúvida, o mais recuperado para discutir a questão. Ele é referido em todos os artigos de balanço publicados depois de 1987, seja como simples anotação bibliográfica, seja como objeto de considerações mais detidas no corpo do texto. Às vezes ocupando, inclusive, uma parte significativa dele¹¹². Isso mostra que o conceito de gênero e as posturas teóricas e metodológicas que Scott propunha desconstruir a partir dele suscitaram uma série de debates entre historiadoras associadas à “temática da mulher” no Brasil. Uma delas foi Maria Odila da Silva Dias, que no balanço de 1992 retoma Scott e faz uso do conceito de gênero, mas para defender o trabalho com “conceitos provisórios” e “abordagens parciais”. Naquela altura, como já visto, a autora sustentava que a formulação de uma teoria feminista para os estudos das mulheres “redundaria em substituir um sistema de dominação cultural por outra versão das mesmas relações, quiçá invertidas, de poder, embutidas nas relações sociais e de gênero”. Era preciso, segundo ela, construir um outro “modo de conhecer”, baseado na “concretude” e não em teorias¹¹³.

Assim, longe de se situarem em um ou em outro polo da discussão, os estudos sobre as mulheres circularam entre eles, e não como um conjunto homogêneo, mas com pesquisadoras e pesquisas se dirigindo para um e outro lado. O campo de pesquisas referido não era um bloco uníssono, mas uma composição de várias vozes. O que as unia era a denúncia contra a estrutura patriarcal machista que ordenava a sociedade e a esperança de transformá-la. Os caminhos e formas para tanto eram, contudo, diversos e, às vezes, conflitantes.

¹¹⁰ Conceito que não foi gestado por Scott, mas veiculado por ela. Cf. PEDRO, Joana Maria. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. *História*, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

¹¹¹ SCOTT, Joan, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Op. Cit.*

¹¹² Como nos textos de Rachel Soihet de 1997.

¹¹³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Teoria e método dos estudos feministas”. *Op. Cit.* p. 39.

Apesar do profundo impacto que os “estudos sobre mulheres”, “relações de gênero” ou “feministas” tiveram na historiografia brasileira, ou na produção do conhecimento científico como afirmaram algumas autoras, os balanços historiográficos e artigos de análise também não cessaram de afirmar a marginalidade, desprezo, não-legitimação ou indiferença com que a História das Mulheres e/ou Relações de Gênero era encarada no campo historiográfico.

(...) estudos sobre a mulher, campo do saber imprecisamente demarcado e vagamente reconhecido, um recorte novo visando recuperar a presença das mulheres na História e no mundo social – a exclusão constatada e registrada – e suplantando a perspectiva sexualmente enviesada das ciências humanas que obscurecem a construção social da identidade de gênero.¹¹⁴

A História da Mulher ainda é encarada como “coisa de feminista” ou então como simples curiosidade fútil num leque de disciplinas que se propõe a transmitir o essencial do saber histórico.¹¹⁵

Por outro lado, devemos lembrar a manutenção da discrepância entre a alta qualidade da recente investigação histórica sobre as mulheres e a persistência de seu status marginal, que se soma a debilidade dos movimentos feministas contemporâneos, descolados dos estudos acadêmicos.¹¹⁶

Dezoito anos depois de 1989, muita coisa mudou. O campo ficou mais definido. Mesmo assim, ainda exige atenção e esforço na busca de legitimidade acadêmica.¹¹⁷

Se a princípio as ações se concentraram em reparar a exclusão feminina no passado, hoje ainda resta batalhar pela legitimidade do campo frente às reticências dos que persistem vinculados aos paradigmas universalizantes.¹¹⁸

¹¹⁴ Trago mais uma vez um trecho do balanço realizado pelas pesquisadoras responsáveis pelo Coletivo Mulher da Fundação Carlos Chagas, que mostra que essa não era uma afirmação feita exclusivamente por historiadoras. Sociólogas também apontaram a questão, ainda em 1985. COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmem; SARTI, Cynthia. “Pesquisas sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto”. *Cadernos de Pesquisa* (54), São Paulo, agosto 1985, p. 7.

¹¹⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. Cit.*, p. 76.

¹¹⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. p. 49.

¹¹⁷ Em 1989 foi publicado um dossiê inteiro dedicado ao tema das mulheres na *Revista Brasileira de História*. Dossiê cujo texto de abertura, escrito por Maria Stella Bresciani afirma “A mulher no espaço público: um tema que remete, antes de tudo, a uma história da exclusão”. É com essa afirmação que Joana Maria Pedro e Rachel Soihet travam um diálogo na citação. SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *Op. Cit.* p. 297.

¹¹⁸ Aqui trago um excerto de balanço posterior aos analisados anteriormente. MATOS, Maria Izilda Santos. *História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas*. *Revista Mandrágora*, v.19. n. 19, 2013. p. 11.

Estamos, assim, preparadas para fazer frente àqueles que, na academia, ainda não nos reconhecem como parceiras plenas, tentando relegar-nos a posições periféricas em face do caráter ‘secundário’ de nossas preocupações.¹¹⁹

A ausência de reconhecimento é uma questão que atravessou tais estudos desde o início, mas ficou ainda mais forte quando o tema estava colocado no horizonte cognitivo dos pesquisadores e se pretendia fundar uma área¹²⁰. Como vimos, o não reconhecimento das mulheres como sujeitos dignos de serem historiados é o mote a partir do qual tais estudos começaram a se fazer. Há um uso estratégico feito na invocação de uma falta de reconhecimento, um motivo aglutinador e mobilizador para as pesquisadoras do campo e que permanece vigente, como mostram os excertos acima.

A recorrência dessa afirmação aparece desde o primeiro artigo, de 1983, *Mulheres sem História*, de Maria Odila da Silva Dias, em que se reclama a ausência de mulheres nos escritos históricos até o texto de Maria Izilda dos Santos Matos, de 2013, em que a posição de marginalidade desses estudos é reiterada e a falta de reconhecimento é evocada.

Nos excertos de análises acima reproduzidos, Maria Odila Dias, Rachel Soihet, Joana Maria Pedro, Maria Izilda dos Santos Matos, Maria Beatriz Nizza da Silva, apontam e acusam uma continuidade entre a invisibilidade histórica e historiográfica das mulheres. Invisibilidade no desenrolar de um processo sócio-histórico, como o das mulheres pobres na urbanização da cidade de São Paulo, em que existem poucos registros de sua presença, e invisibilidade na recuperação narrativa desse processo, na produção historiográfica sobre diversos passados produzidos por historiadoras e historiadores.

As críticas das autoras miram visões de história que, por falharem em elucidar as experiências de mulheres pretéritas e omitirem os mecanismos históricos de hierarquização patriarcal, contribuem para que certas noções vagas sobre mulheres permaneçam como arbitrários sociais a-históricos. Há, portanto, o apelo a uma responsabilidade das e dos historiadores que é do tempo presente, sincrônica, viva. Se relaciona, evidentemente, com suas imersões diacrônicas, mas tem efeitos no “aqui” e “agora”.

¹¹⁹ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *Op. Cit.* p. 296.

¹²⁰ O reconhecimento não é uma questão apenas para o “campo de estudos” aqui analisado. Trata-se de uma dimensão fundamental para qualquer nova área ou objeto do saber. Como argumentam Pierre Bourdieu e Norbert Elias, o reconhecimento é fundamental para a continuidade de qualquer grupo no campo da ciência. Se não houver reconhecimento o grupo pode desaparecer, pois corre o risco de não ter financiamento, não ter novos adeptos, não ter novas pesquisas e estímulos de diversas ordens. BOURDIEU, Pierre. *O Campo científico, Op. Cit.* p. 133-134; ELIAS, Norbert. “Scientific establishments”. *Op. Cit.* p. 23.

Logo, há também a compreensão de uma função social, quase uma missão, no fazer historiográfico que exercem. Parecida, aliás, com aquela manifesta pelos marxistas para desmerecerem tais trabalhos, como referido anteriormente. No fundo, a questão pela qual os adeptos de tais abordagens se digladiam é sobre os usos que podem ser feitos das histórias que estão produzindo, para aquelas e aqueles que tomarem contato com elas.

Entretanto, se aqui há um protesto em relação a marginalidade dos estudos sobre mulheres na historiografia, e os impactos que a desvalorização do tema têm tanto para a compreensão do passado, quanto para a vigência das assimetrias sexuais e gendradas de poder no presente, há também um protesto quanto a não legitimação das mulheres responsáveis por essas buscas. O não reconhecimento desses estudos, é também o não reconhecimento de quem os fez, historiadoras mulheres. O empenho, reiteradamente enunciado nos balanços, em colocar mulheres e relações de gênero no primeiro plano da pesquisa histórica é mais do que um engajamento em defesa do campo: ele equivale à afirmação pública do valor das próprias pesquisadoras que compõem esse microcosmo social de produção do conhecimento. Trata-se, portanto, de uma luta por afirmação do objeto das profissionais a ele dedicadas.

Enfim, parece que já não há mais dúvidas de que as mulheres sabem inovar na reorganização dos espaços físicos, sociais, culturais, e aqui, pode-se complementar, nos intelectuais e científicos.¹²¹

Além disso, o impulso feminista desta produção evidencia-se na vontade de provar a capacidade criativa das mulheres enquanto sujeitos sociais capazes de fazerem a História, de investirem contra as múltiplas manifestações do poder, e enquanto elaboradoras de iniciativas, de formas de percepção e de experiências que merecem ocupar lugar na memória social, tanto quanto as masculinas.¹²²

A intenção do presente capítulo foi mostrar como os balanços encerram uma série de *topoi* que tornam os trabalhos sobre mulheres e gênero inteligíveis como constitutivos de uma unidade. Em certo sentido, é um expediente textual de produção da existência do que chamamos aqui de campo de estudos. Há outros expedientes, não textuais, que serão objeto dos capítulos seguintes. Nos balanços analisados observa-se uma variedade de interpretações e disputas sobre o campo, assim como uma variedade de interpretações sobre o que seja o feminismo e o que seja a História, ou a melhor maneira de fazê-la.

¹²¹ RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”, 1998, *Op. Cit.* p. 17.

¹²² RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”, 1995, *Op. Cit.* p. 85.

Sobre essa última, a disputa é dupla. A maneira mais proveitosa de fazer História está sendo tensionada quando esse novo tema emerge e a partir das diferentes maneiras pelas quais as historiadoras o abordam. Há também uma disputa política em sentido duplo nisso tudo – o da política acadêmica e o da política em sentido ampliado.

Compreendemos que a quantidade de balanços e artigos de análise sobre essa produção que refazem, a cada vez, a genealogia do campo, passando sempre pelos pontos acima detalhados (a ausência inicial, as disputas com outras perspectivas de análise, a abertura para o tema das mulheres, o desdobramento desta abordagem em uma abordagem voltada para o estudo das relações de gênero, a revolução historiográfica subsequente, e a falta de reconhecimento que o acompanhou e, para algumas, ainda acompanha) foi a forma que as autoras encontraram para referendar a área. Mostras de que ela precisou, por algum tempo, reiteradamente se justificar, narrar a própria trajetória, para existir.

Com a análise dos balanços pretendemos mostrar que os contornos do campo não são anteriores aos textos sobre ele. Os contornos estão permanentemente se fazendo, a partir das pesquisas e a partir da interpretação de seus rumos feitas neles. Ou seja, buscou-se mostrar os balanços em sua dimensão performativa, como recursos de constituição dessa área de estudos.

Capítulo 2

A mulher como interesse difuso de pesquisas de História (ou *Nasce o interesse*) 1973 – 1984

Antecedentes

A conjuntura política institucional brasileira da década de 1970 começou sob o Ato Institucional nº5, o AI-5, e terminou com a promulgação da Lei da Anistia. Promulgada em 1979, com ela as e os exilados políticos começaram a voltar ao país. Entre eles, havia um contingente de mulheres que foram militantes de partidos de esquerda, intelectuais, companheiras de militantes ou intelectuais perseguidos, entre outros casos de mulheres engajadas ou próximas às pautas de esquerda, que tomaram contato com o feminismo no exterior. O renascimento de um feminismo brasileiro nos anos 1970, também chamado de feminismo de segunda onda, teve bastante relação com os espaços criados por militantes e intelectuais no exílio, sobretudo na França, como os grupos *Nosotras* e o *Círculo de Mulheres de Paris*¹²³.

Ao longo de toda a década de 1970, aqueles anos foram testemunhas da organização de movimentos de mulheres pelo país¹²⁴, assim como dos primeiros grandes seminários organizados por e para mulheres brasileiras e latino-americanas, a maioria deles com financiamento de agências internacionais. A ONU decretou o ano de 1975 como *Ano Internacional da Mulher*, e as mulheres que começavam a se organizar em torno de pautas próprias, aproveitaram o ensejo para fortalecer sua organização, financiamento e divulgação. O ano de 1975 costuma ser lembrado como um marco para as feministas brasileiras dessa década. Tanto por aquelas que o consideram o ano de fundação do feminismo dos 70, quanto aquelas que o consideram como um momento de divulgação do trabalho que já vinha sendo feito¹²⁵.

Paralelamente, nos anos 1970, ocorria a expansão das universidades e consolidação do sistema de pós-graduação, que havia sido regulamentado na década

¹²³ PEDRO, J. M. “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272 – 2006; ABREU, Maira. *Nosotras: feminismo latino-americano em Paris. Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.

¹²⁴ Houve inclusive uma movimentação específica das mulheres pela Anistia, o MPFA (Movimento Feminino Pela Anistia): <http://memorialanistia.org.br/movimento-feminino-pela-anistia/>.

¹²⁵ PEDRO, J. M. “Narrativas fundadoras do feminismo” *Op. Cit.*

anterior¹²⁶. A pós-graduação, antes restrita a poucas universidades, começou a se ampliar. Junto com ela, houve um aumento do número de mulheres que chegou a essa etapa, que aos poucos se estabelecia como pré-requisito à carreira docente. Assim, a expansão da pós-graduação representou também o aumento do quadro de mulheres docentes universitárias.

Esses dois marcos: organização das mulheres, seja a partir do exílio, das esquerdas ou da experiência universitária, e a chegada de mulheres aos quadros superiores da pesquisa realizada no Brasil, costumam ser referidos como forças motrizes do “alçamento das mulheres à condição de objetos de pesquisa”¹²⁷. Isto é, as mulheres terem se tornado uma força política de relevância, assim como estarem dentro da universidade como pesquisadoras e professoras, permitiu que a *mulher* se tornasse também objeto de pesquisas de áreas diversas. Quer dizer, o que se alega aqui é que a *mulher* só se torna um objeto de pesquisas quando ela mesma começa a fazer pesquisas.

Nessa década, além dos grandes seminários do movimento de mulheres, houve também encontros que trataram dos estudos sobre mulheres. A partir de 1972, as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) passaram a incluir em sua programação os estudos sobre mulheres, e, em 1978, foi realizada a conferência *A mulher na força de trabalho na América Latina*, no IUPERJ, que contou com a participação de diversas acadêmicas e foi coordenada pela socióloga Neuma Aguiar. Deste encontro, resultou uma coletânea homônima, em 1984¹²⁸.

A realização de tais eventos demonstra a existência de um movimento articulado para colocar a *mulher* no horizonte intelectual e político brasileiro da época. No âmbito das Ciências Humanas, mais especificamente da Sociologia, já havia monografias sobre o tema desde os anos 1960, como o doutorado de Heleieth Saffiotti, *A mulher na sociedade de classes* (1967), e o mestrado e doutorado de Eva Altermann Blay, *Mulher, escola profissão – o ginásio industrial feminino em São Paulo* (1965) e *A mulher na indústria paulista* (1973), respectivamente. No início dos anos 1970, surgiram outras monografias sobre *mulheres*, realizadas, portanto, em período anterior ao do

¹²⁶ Regulamentação oficializada através do Parecer CFE no 977/65, conhecido como Parecer Sucupira, aprovado em 3 dez. 1965.

¹²⁷ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da história das mulheres”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007; BRESCIANI, M. S. Apresentação Dossiê A mulher no espaço público, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, nº 18, p. 07-08 – 1989.

¹²⁸ AGUIAR, Neuma. *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

florescimento do movimento de mulheres referido anteriormente, assim como antes do arrefecimento da ditadura.

A tese de Saffioti, defendida em 1967, propunha uma análise do papel das mulheres na sociedade capitalista, argumentando que ao invés de possibilitar a emancipação das mulheres através do trabalho, o modo de produção capitalista as alijava, de modo renovado a cada vez, de funções diretamente econômicas. A dissertação de Blay, defendida em 1965, fazia uma análise da educação profissional de mulheres para trabalharem na indústria, e, sua tese, de 1973, fazia uma análise mais geral do papel exercido por mulheres na indústria em São Paulo. As três monografias tratavam, portanto, da especificidade do trabalho das mulheres, dando destaque ao trabalho fabril, e eram fundamentadas teoricamente por perspectivas marxistas. Ambos, tema e chave de leitura, estavam em voga na USP do período.

É digno de nota que na abertura da tese, Saffioti declarou que aquele não era um trabalho feminista¹²⁹. Tal declaração já foi alvo de muitos comentários, inclusive da autora, e não era incomum entre mulheres de esquerda do período, vinculadas a movimentos sociais ou ao marxismo universitário. Ela é reveladora, assim, de uma tensão que o termo “feminismo” gerava na esquerda brasileira do período, ainda que o trabalho advogasse pela emancipação das mulheres.

Heleieth Saffioti escreveu a monografia como tese de doutoramento, mas devido ao contexto político da ditadura militar e da adesão teórica e política da autora ao marxismo, Florestan Fernandes, seu orientador, sugeriu que ela submetesse o trabalho como tese de livre-docência. Dessa forma, ela teria mais chances de conseguir um posto universitário e, assim, se proteger em um contexto de vigilância e perseguições por conta dessa adesão¹³⁰.

O próprio Florestan foi alvo das aposentadorias compulsórias que aconteceram na USP no ano seguinte, que cassaram ele e outros quarenta e um professores da instituição. O transcorrer da década de 1970 foi bastante conturbado e conflitante nos meios acadêmicos, e esse contexto teve impactos nos estudos sobre mulheres que começavam a ser realizados no período.

¹²⁹ Saffioti, Heleieth I. B., *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. P. 34.

¹³⁰ MINELLA, Luzinete Simões. Heleieth Saffioti, uma pioneira dos estudos feministas no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011.

Fora da universidade, também começaram a ser desenvolvidos estudos sobre mulheres na década de 1970. Uma instituição particularmente importante no fomento a tais estudos foi a Fundação Carlos Chagas, uma entidade privada sediada em São Paulo e voltada para a realização de pesquisas sobre educação. Criada em 1964, a FCC se viabilizava como instituição, e viabilizava a realização de pesquisas, através do apoio financeiro da Fundação Ford¹³¹. Na década de 1970, no entanto, a fundação norte americana mudou sua política de financiamento. Até aquele período, ela financiava instituições de pesquisa, como era o caso da FCC (assim como IUPERJ, CEBRAP e outros), e, na sequência, passou a priorizar o financiamento direto de pesquisas, com destaque às pesquisas sobre a condição feminina¹³².

Foi em meio a essa resolução da Fundação Ford que a Fundação Carlos Chagas constituiu o Núcleo de Pesquisas sobre a Mulher. Algumas pesquisadoras da instituição começaram a se reunir em 1974 para desenvolver atividades de pesquisa com a temática, e a partir daí começaram a organizar publicações e seminários de estudos sobre mulheres. Em 1978, o Coletivo começou a organizar a publicação *Mulher brasileira: bibliografia anotada*, e, em 1978 lançou o I Concurso de Dotações para a Pesquisa sobre a Mulher Brasileira. O Concurso disponibilizou bolsas aos candidatos selecionados e teve outras nove edições, contribuindo de maneira decisiva para a criação e viabilização, material e simbólica, de uma agenda de pesquisa sobre mulheres¹³³.

Assim, no que tange ao tema das mulheres, o final da década de 1970 e início da década de 1980 foi marcado pelos seguintes elementos: 1. Ressurgimento do feminismo e movimento de mulheres; 2. Expansão das universidades, aumento da pós-graduação e consequente aumento da quantidade de mulheres chegando à docência universitária; 3. Retomada de estudos sobre mulheres e realizados por mulheres, dentro das universidades; 4. Incentivo financeiro a pesquisas sobre o tema através dos concursos da FCC.

De outro lado, tratava-se do período de arrefecimento da ditadura, de volta de exilados ao país e de redução do espaço do marxismo nas Ciências Sociais. Veremos adiante como esse processo se traduziu em pesquisas na História e como o processo de pesquisas em História se conectou ao cenário descrito.

¹³¹ Sobre a Fundação Ford, cf. MICELI, Sérgio. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Fapesp: Editora Sumaré, 1993.

¹³² BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. P. 23.

¹³³ O papel da instituição no desenvolvimento de estudos sobre mulheres realizados no Brasil e mais especificamente na História será detalhado adiante no texto.

Primeiras dissertações e teses de História sobre mulheres

As primeiras dissertações e teses de História sobre mulheres, concluídas entre 1973 e 1984, encontradas no levantamento realizado foram representadas no quadro abaixo¹³⁴:

Ano	IES	Grau	Autoria	Orientação	Título
1973	UNESP/ Rio Claro	Doutorado	Wanda Rosa Borges	Laima Mesgravis	Seminário de Meninas Órfãs e Educandas de Nossa Senhora da Glória (Primeiros Ensaios para a Profissionalização Feminina em São Paulo - 1825-1935)
1974	UFF	Mestrado	Rachel Soihet	Stanley Eon Hilton	Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937
1977	USP	Mestrado	Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura	Maria Thereza Schorer Petronne	O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890/1920)
1983	USP	Doutorado	Miriam Lifchitz Moreira Leite	Maria Thereza Schorer Petronne	Caminhos de Maria Lacerda de Moura: contribuição à história do feminismo no Brasil
1983	UNESP/ Franca	Mestrado	Martha Maria dos Santos	Suely Machado da Silva	A ocupação da população feminina livre da Paróquia da Sé de São Paulo no final do século XVIII

Além delas, houve a tese de provimento de cargo de professora titular da PUC-SP, de Leda Maria Pereira Rodrigues, *A instrução feminina em São Paulo: subsídios para sua história até a Proclamação da República*, defendida em 1962¹³⁵, e a tese de livre-docência de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Anna Gertrudes Jesus, mulher da terra*, defendida em 1982. Elas não foram incorporadas ao quadro, pois não foi possível fazer um levantamento exaustivo sobre outros trabalhos similares, com os quais pudessem ser comparados¹³⁶.

¹³⁴ Monografias realizadas não muito tempo depois da regulamentação da Pós-Graduação, que se deu em 1965.

¹³⁵ Conforme consta na contracapa do trabalho, armazenado no CAPH-USP, “Tese apresentada no concurso para provimento efetivo da Cadeira de História do Brasil da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras ‘Sedes Sapientiae’ da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.”

¹³⁶ Além delas, houve ainda uma outra dissertação de mestrado sobre uma mulher, a dissertação “A inquisição na Bahia: estudo do processo de Ana Rois”, de Sarah Znayde Ianchel, realizada na USP, sob a orientação de Sonia Aparecida de Siqueira e defendida em 1981. Optou-se por não a incorporar ao conjunto pois trata-se de uma pesquisa sobre a inquisição e os cristãos novos na Bahia. Não há qualquer menção ao fato da personagem principal ser uma mulher na introdução ou conclusão do estudo.

A tese de Leda Rodrigues foi escrita em um período anterior ao tratado nesta dissertação e, por esse motivo, traz compreensões e formulações bastante diferentes das que serão analisadas adiante¹³⁷. A tese de Maria Odila Leite da Silva Dias será tratada mais detalhadamente nas próximas páginas, pois além do impacto significativo nos estudos subsequentes sobre mulheres, a autora se tornou uma referência intelectual e formativa na área.

Quanto às dissertações e teses do quadro, chama atenção que, à exceção de uma, todas tenham sido escritas e orientadas por mulheres¹³⁸. Quanto às temáticas, elas trataram de mulheres sob dois aspectos principais: trabalho e política. As dissertações e tese de Wanda Rosa Borges, Esmeralda B. B. de Moura e Martha Maria dos Santos foram estudos de caso sobre o trabalho feminino. A primeira delas foi sobre trabalho e educação, pois tratou da formação de meninas para o trabalho. Todas as três focalizaram São Paulo, em períodos e localidades diferentes. A dissertação de Rachel Soihet e a tese de Miriam Lifchitz Moreira Leite foram sobre mulheres que tiveram uma importante atuação política no começo do século XX: Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura, duas “feministas históricas”.

Dentre as autoras, Rachel Soihet e Miriam Lifchitz Moreira Leite se destacaram como figuras relevantes para o estudo de mulheres na História nos anos seguintes¹³⁹. Rachel Soihet, além de autora de estudos sobre o tema que ganharam destaque, orientadora e avaliadora de pesquisas, foi fundadora e primeira presidente do GT de gênero da ANPUH, formado em 2001. Miriam L. Moreira Leite publicou diversos trabalhos com estudos de caso sobre mulheres, assim como artigos de balanço sobre os estudos que tratavam de mulheres na História¹⁴⁰.

¹³⁷ Como por exemplo a afirmação de que as mulheres são “tesouros inesgotáveis de bondade e beleza, ou sobre “a nobreza de sua alma humana e cristã”, p. II. Rodrigues pertence a outra geração e escreveu em contexto anterior ao das autoras de trabalho que serão analisadas adiante.

¹³⁸ Apesar de as mulheres serem responsáveis pela realização da maioria dos trabalhos de pós-graduação em História no período (60,1% nos anos 1970 e 59,8% nos anos 1980), a maioria dos orientadores do período eram homens, 63,8%, contra 33,8% de mulheres. Na média, entretanto, as mulheres orientadoras eram mais produtivas, isto é, orientavam mais trabalhos do que seus colegas homens. Cf. FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Vol. 1. Ouro Preto: UFOP, 1992. p. 48 a 50.

¹³⁹ Estão presentes em quase todos os balanços referidos na Introdução deste texto, alguns dos quais são de autoria delas próprias.

¹⁴⁰ LEITE, M. L. M. “História das Mulheres”. *Revista USP*, São Paulo, v. 23, p. 56-62, 1994; _____. “A documentação de Maria Lacerda de Moura”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 40, p. 271-278, 1996; _____. “Mulheres Viajantes no Século XIX”. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 15, p. 129-143, 2000; _____. “Atirei no que vi e acertei no que não vi”. *Gênero*, Niterói, v. 2, n.2, p. 193-202, 2002 são alguns exemplos.

Entre as orientadoras, Laima Mesgravis e Maria Thereza Schörer Petrone orientaram outras teses sobre o tema posteriormente. Elas foram duas das três docentes que orientaram mais de uma pesquisa sobre mulheres até os anos 1990. Assim, apesar de não serem elas mesmas especialistas no tema, elas auxiliaram a formação de especialistas.

Apresentamos adiante algumas das autoras e orientadoras das primeiras monografias sobre mulheres. Trataremos das trajetórias de Rachel, Esmeralda, Miriam, Laima, Maria Thereza e Maria Odila, indicadas a partir do primeiro nome para serem tomadas como “mulheres comuns”, assim como o foram suas personagens. A história que se segue nesta dissertação, é a história da constituição de um campo de pesquisas, e esse processo se deu concomitantemente à constituição dessas historiadoras como suas porta-vozes, como historiadoras com “nome próprio”. Enquanto esse processo ainda estava no início, optamos por fazer referência a cada uma delas a partir de seus primeiros nomes¹⁴¹.

Autoras

Rachel

Rachel Soihet fez a primeira monografia sobre uma mulher entre as pesquisas de pós-graduação em História que encontramos. Sua dissertação de mestrado foi sobre a trajetória e ideias políticas de uma mulher proeminente: Bertha Lutz. “Líder incontestado do feminismo no Brasil”, Lutz participou do processo de aquisição de direitos políticos das mulheres, sobretudo o direito de votar e ser votada. A dissertação recompõe o cenário nacional e internacional em que tais conquistas ocorreram.

Para introduzir a questão dos direitos políticos das mulheres, Soihet estabelece um panorama do distanciamento da mulher com o trabalho remunerado e reconhecido como tal, ao longo do tempo (o que retoma o argumento de Saffioti, mencionado anteriormente). Ela passa pela Grécia antiga, Idade Média, sociedades pré-capitalistas, Revolução Industrial, chegando à Primeira Guerra Mundial. Em meio às transformações sociais do capitalismo industrial, surge o feminismo, clivado entre burguês e proletário e,

¹⁴¹ Agradecemos à Eliane Cristina da Silva, funcionária da Biblioteca da UNESP pelo envio de uma cópia digitalizada das monografias de Wanda Rosa Borges e Martha Maria dos Santos. Optamos, no entanto, por não as trazer na exposição, pois não encontramos informações a respeito das relações institucionais que entretiveram, além de que elas continuaram pesquisando mulheres ou gênero na História, posteriormente. Quanto a Martha Maria dos Santos, sabemos que fez doutorado em Serviço Social e continuou estudando mulheres nessa disciplina.

depois da I Guerra, a concessão de certos direitos às mulheres em diferentes partes do mundo, entre elas o Brasil. É aí que entra Bertha Lutz, uma voz muito importante para esse processo.

Ao longo da dissertação, Soihet trata da similaridade do “movimento liderado por Bertha” com os movimentos feministas internacionais. Ela expõe as limitações desses últimos, assim como do feminismo brasileiro, no que diz respeito ao acesso das mulheres ao trabalho remunerado e às possibilidades de mobilidade social. Conforme afirma Soihet, o feminismo brasileiro tratou um pouco mais de questões relacionadas ao trabalho feminino, porém não questionou a estrutura econômica. Assim, para a autora, o movimento liderado por Lutz foi um “movimento de transição”: tocou no tema do direito político e direito ao trabalho, mas não tocou no tema da sexualidade ou demais estruturas que recaíam sobre a mulher de maneira particular: a reprodução e socialização. Esse modelo explicativo, que identifica quatro estruturas às quais a mulher está integrada e que devem ser alteradas para que ela se liberte de fato, Soihet retirou de *Mulheres: a revolução mais longa*¹⁴² um texto de Juliet Mitchell, leitora de Louis Althusser.

Durante sua argumentação, Soihet afirma que apenas com uma transformação profunda da estrutura econômica as mulheres de todas as camadas sociais, assim como os demais membros das camadas mais pobres da população, teriam direitos de fato. Ou seja, em seu texto há a vocalização de valores progressistas de mundo, valores de esquerda. Nesse sentido e como boa parte das produções durante à época, plena ditadura militar, há um engajamento político sendo exposto.

A dissertação é curta, são apenas 58 páginas datilografadas. O que destoia do tamanho da tese da mesma autora, realizada uma década depois, e que tem mais de 600 páginas. Quanto ao formato e conteúdo, trata-se de um trabalho de História que poderia ser considerado “tradicional”. Trata de fatos oficiais, discursos oficiais e da evolução da legislação sobre a mulher. Não há menção a elementos escondidos na documentação, transgressões, intenções ou disputas não manifestas, como apareceriam em trabalhos futuros da autora e de estudos sobre mulheres. Há poucas referências de trabalhos então inovadores e que se tornaram canônicos em História depois, como os textos de Thompson e Foucault porque estes ainda não circulavam em grande proporção, no Brasil¹⁴³.

¹⁴² In. *Revista Civilização Brasileira*, n° 14, 5.

¹⁴³ Sobre a circulação e incorporação de Thompson e Foucault na produção historiográfica brasileira, cf. RAMOS, Igor Guedes. Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014.

Algumas das referências presentes na dissertação são hoje consideradas clássicas. Textos de Edgard Carone, Boris Fausto, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, entre outros. À exceção de Boris Fausto, os demais dão preferência a análises estruturais e propõem sínteses dos fenômenos. Quer dizer, aqui há a intenção de tratar de um tema “novo”, porém as ferramentas disponíveis não eram “novas”. Em dez anos, o cenário seria completamente outro, como a própria mudança de enfoque e de objeto de Rachel Soihet sinalizam: no doutorado ela usou textos de Edward P. Thompson, Michel Foucault, Robert Darnton e Roger Chartier. Seu objeto principal foram as mulheres das camadas pobres do Rio de Janeiro e não mais uma mulher proeminente.

Quanto às referências de estudos sobre mulheres, ela usou as que estavam disponíveis no meio historiográfico do período: Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti, Évelyne Sullerot, Jutta Menschik e Juliet Mitchell. Nenhuma delas era historiadora. Os trabalhos tratam de questões mais gerais sobre o papel da mulher na sociedade, não há estudos de caso ou referências específicas, como são encontradas alguns anos depois nos trabalhos de Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura e Maria Odila Leite da Silva Dias. Soihet usou as fontes da própria Bertha Lutz, trechos de jornal, falas e leis.

Em artigo escrito em 1998, Rachel Soihet se lembra da escrita da dissertação como um momento de isolamento que se manifestava em diferentes frentes (teórica, metodológica e bibliográfica) principalmente por tratar de um tema novo:

Única, naquele momento, a elaborar uma dissertação sobre esse objeto no Programa de pós-graduação em História da UFF, que então se iniciava, enfrentei uma série de problemas, dentre eles, o isolamento intelectual, as dificuldades de orientação e os subsequentes obstáculos quanto ao conhecimento da bibliografia mais recente sobre o assunto e do instrumental teórico metodológico a ser utilizado no tratamento da questão.¹⁴⁴

Em outra ocasião, a autora contou que chegou ao tema por acaso, não era um tema em voga no período. Ela foi à Biblioteca Nacional e lá um dos funcionários lhe sugeriu que pesquisasse a doutora Bertha Lutz, cujo arquivo estava, em parte, em posse da instituição. Por coincidência, nesse período ela trabalhava em um colégio em que a professora de inglês tinha sido companheira da Bertha Lutz, tinha outros documentos

543 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, 2014.

¹⁴⁴ SOIHET, Rachel. “História das mulheres e história de gênero: um depoimento”. *Cadernos Pagu*. 1998: p.77.

sobre a cientista e possibilitou o contato de Rachel Soihet com a própria Bertha Lutz, que lhe concedeu entrevistas¹⁴⁵.

Rachel Soihet fez parte de uma das primeiras turmas do recém-instituído curso de pós-graduação de História da UFF e foi orientada por Stanley Eon Hilton, um dos professores norte-americanos contratados temporariamente pela universidade para a montagem da pós-graduação¹⁴⁶. Hilton era um brasilianista, especialista nos governos Vargas, sendo o primeiro deles o período em que Lutz fez sua carreira política.

A banca de defesa da dissertação de Rachel Soihet foi composta pelo próprio orientador, Stanley Hilton; Richard Graham, o outro brasilianista norte-americano contratado pelo programa¹⁴⁷; e Antônia Fernanda de Almeida Pacca Wright.

Rachel Soihet conta que entre o mestrado e o doutorado ela tomou contato com a História Cultural e os textos dos autores mencionados acima (Thompson, Foucault, Darnton e Chartier). A questão das mulheres veio posteriormente, o que contou de início para sua reorientação teórica foi o influxo da História Cultural. Esta lhe possibilitou tratar das especificidades do tema mulheres e do objeto específico sobre o qual fez o doutorado, as violências cotidianas que mulheres populares sofriam e, em menor medida, exerciam, no Rio de Janeiro entre fins do século XIX e começo do XX.

Quando foi fazer o doutorado, em 1982, na USP, já era professora da UFF. Desde 1976, Soihet ministrava disciplinas de História da América na IES e com a pesquisa em andamento, obteve uma dispensa das disciplinas da graduação. Seu doutorado resultou na tese *Vivências e Formas de Violência: A Mulher de Classe Subalterna no Rio de Janeiro (1890-1920)*¹⁴⁸. Baseando-se nas novidades epistemológicas do período, a tese não cristalizava as mulheres como vítimas ou heroínas, mas abordava sua agência em meio a nuances e contradições, sem perder de vista o lugar subalternizado do qual partiam.

¹⁴⁵ Ela conta isso na entrevista realizada por membros do NUPEHC, Núcleo de Pesquisas em História Cultural, da UFF, disponibilizada em um e um vídeo de homenagem a historiadora e comemoração de vinte anos do Núcleo, que ela fundou. LABHOI UFF Oficial. Rachel Soihet - trajetória, história, homenagens. Youtube, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Gi2qb7vzBaQ>>. Vídeo de homenagem a Rachel Soihet preparado por integrantes do NUPEHC, Núcleo de Pesquisas em História Cultural.

¹⁴⁶ A primeira turma de mestrado em História na UFF data de 1972. Logo no segundo semestre desse ano Stanley Eon Hilton e Richard Graham, dois brasilianistas norte-americanos, foram contratados para atuar junto ao programa. FALCON, Francisco. “História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense”. *Revista de História da Historiografia*. Ouro preto, n. 11, abril/2013. P. 25.

¹⁴⁷ Anos depois, Richard Graham convidou Maria Odila Dias para fazer um estágio sobre o tema das mulheres em sua universidade. Ele foi o orientador de June Hahner, historiadora norte-americana que pesquisou as mulheres brasileiras.

¹⁴⁸ Publicada em 1989 pela editora Forense Universitária como *Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*.

A partir de 1986, ano em que obteve o título de doutora, a historiadora começou a oferecer em paralela às disciplinas de América, seminários de Cotidiano e História; Cultura, Cotidiano e História; entre outros mais afins ao tema de seu doutorado.

Daí em diante ela foi desenvolvendo cada vez mais trabalhos de História Cultural, que tratavam do cotidiano, festas, costumes e vivências dos então chamados “populares” e das “mulheres populares”. Ela também fez parte da construção de redes de acadêmicas e acadêmicos dedicados a debaterem e promoverem a História Cultural e as “novas abordagens”, e na sequência, o tema das mulheres. Por essa via, foi fazendo parte da construção de um espaço social específico para a investigação de mulheres na História e nas Ciências Humanas, que será objeto dos próximos capítulos.

Como visto, o mestrado de Soihet era sobre uma mulher, mas *mulher* não era ainda uma questão para as pesquisas em História. No período do doutorado, no entanto, as mulheres já eram apreendidas como objetos de estudo da disciplina junto ao cotidiano e os “populares”.

Esmeralda

Esmeralda Luiz Blanco (nome que consta na dissertação, os demais sobrenomes viriam posteriormente), fez mestrado e doutorado sob a orientação de Maria Thereza Schörer Petrone no programa de História Econômica da USP. Sua pesquisa de mestrado, que resultou na dissertação *O Trabalho da mulher e do menor na indústria paulista (1890-1920)*, defendida em 1977, investigou as condições de vida do operariado feminino e infantil fabril, a partir do que é dito sobre o assunto em jornais operários e de imigrantes. A autora conseguiu tirar de lá algumas noções sobre como eles viviam, o que reivindicavam de melhorias e suas concepções sobre família, moral e o papel e lugar das mulheres e crianças.

A dissertação também recompôs as críticas de diferentes agentes sobre o trabalho de mulheres e crianças na indústria. Imprensa, Congresso e o próprio operariado se colocaram frequentemente contrários ao trabalho desses setores, ainda que as famílias operárias necessitassem da remuneração que vinha com ele. Havia uma espécie de moralização acerca do trabalho feminino e infantil que os via como nocivos e geradores de consequências graves à família operária e à infância dos operários. Entretanto, como crítica a autora, não era o sistema que empregava esses setores que era questionado pelos agentes descritos, mas o trabalho que mulheres e crianças exerciam: “É, enfim, a crítica

ao próprio sistema que surge, no entanto, sem responsabilizá-lo diretamente pelos problemas que ele próprio engendra”.¹⁴⁹

A pesquisa de Esmeralda Blanco, como outras no período, estava comprometida com reconstituir as formas de vida do operariado paulista e, como a pesquisa anterior, veicula uma visão engajada, de esquerda. Ela poderia ser incluída no âmbito dos estudos sobre o trabalho e trabalhadores, o movimento operário (que a autora acabou não tratando como era sua intenção, por falta de fontes, mas desenvolveu posteriormente), as “conceituações” – como aparece na dissertação – ou representações – termo mais comum atualmente – sobre eles. A dissertação também trata da urbanização e a industrialização de São Paulo. A “mulher” e o “menor” vinham, assim, no bojo desses estudos, que se referiam a temas candentes à época, sobre os quais se dedicavam diferentes historiadores¹⁵⁰.

Na introdução, a autora afirma que sua “preocupação estava voltada para um trabalho de cunho essencialmente histórico”, que visava reconstituir, mas também explicar o passado, na medida em que trazia os documentos “à luz” e que fazia deles a “verdadeira estrutura do estudo”¹⁵¹. Essas afirmações não são gratuitas e não seriam necessárias em um contexto em que esses procedimentos fossem o padrão. Elas eram, portanto, uma tomada de posição da autora contra trabalhos de cunho mais ensaístico, e em favor das práticas de pesquisa de sua orientadora, Maria Thereza Schöerer Petrone e historiadores a ela associados, como Maria Odila L. S. Dias. Como se lembra Raquel Glezer, historiadora formada por elas, Dias e Petrone eram das poucas docentes que em sua geração enfatizavam a importância da ida aos arquivos e do tratamento de fontes primárias¹⁵².

Como mencionado, as fontes que embasaram o mestrado de Blanco foram sobretudo jornais. Desde a grande imprensa até jornais operários e de imigrantes. Para

¹⁴⁹ BLANCO, Esmeralda L. *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890-1920)*. Ano de obtenção: 1977. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - FFLCH, Universidade de São Paulo. p. 203.

¹⁵⁰ Na USP, onde Esmeralda realizou seu mestrado, Maria Odila Dias, Maria Thereza Petrone, Emília Viotti, Raquel Glezer, Fernando Novais eram alguns dos historiadores que já trabalhavam ou estavam trabalhando com o tema da urbanização de São Paulo. Para Novais, a urbanização e o movimento operário eram os temas de sua geração. MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Márcio (org.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

¹⁵¹ Passagem completa: “A consecução destes, não a víamos, no entanto, no ato simplesmente de observar e analisar a documentação, mas, sobretudo naquele de realmente trazer à luz o próprio documento, fazendo-o assumir a função de verdadeira estrutura do estudo” (p.2).

¹⁵² FAVILLA, Beatriz Gasques; OLIVEIRA, Gabriele Maria; ALMEIDA, Marina de. Investigar o passado é a profissão do futuro: uma disciplina que nunca se esgota – Entrevista com Raquel Glezer. *Epígrafe*, São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 611-632, 2021. P. 620.

encontrá-los, ela consultou o arquivo do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo e o Arquivo Público de São Paulo. Neles, encontrou informações sobre aspectos socioeconômicos do operariado, do trabalho doméstico e da maneira como percebiam as noções de família e moral. A busca pelas compreensões valorativas dos grupos subalternos já estava na ordem do dia, sendo feitas ou pelo menos lidas. Ou seja, já estava no horizonte cognitivo do período. Essas buscas faziam parte do alargamento de objetos do estudo de História.

A autora enfatiza a importância de que os sujeitos que analisa, a mulher, o menor e a criança operários, “assumissem sua própria historicidade”¹⁵³. Uma postura que remete outra vez ao tratamento de fontes primárias e que evita equívocos como generalizações ou teorizações indevidas. Como visto anteriormente, Maria Odila Dias enfatizava essas mesmas características: buscava os “papéis femininos propriamente históricos” e não as “idealidades abstratas”¹⁵⁴. Quer dizer, ambas queriam se distanciar dos modelos teóricos e conceitos universais, abstratos e generalizadores, que para as autoras se traduziam em investidas preconceituosas, olhares carregados de estigmas do presente para o passado.

No doutorado, Esmeralda Blanco continuou pesquisando o operariado, porém não mais exclusivamente feminino e menor. Sua tese, *O Acidente do Trabalho em São Paulo (1890/1919)*, foi defendida em 1985. Durante a pesquisa, cursou uma disciplina com a Laima Mesgravis, “A Sociedade Tradicional no Brasil e os problemas assistenciais (da Colônia ao Império)”, e outra com Maria Odila Dias, “Estrutura e Organização da Família na Sociedade Brasileira (Condição Feminina e Organização da Família na Sociedade Brasileira dos Séculos XVIII e XIX)”. As docentes que ministraram as disciplinas eram próximas de sua orientadora e orientaram outras pesquisas sobre mulheres. Começa-se a entrever aqui, um grupo de docentes e pesquisadoras se acercando do tema das mulheres.

Em 1985, Esmeralda se tornou auxiliar de ensino da disciplina de História do Brasil Independente, no curso de História da USP. Foi progredindo na carreira e, em 1986, começou a oferecer disciplinas e participar de bancas de defesa de mestrado e doutorado. Entre as bancas que participou até 1990¹⁵⁵, à exceção de uma, as demais foram de orientandos de Maria Thereza S. Petrone, Eni de Mesquita Samara ou Laima Mesgravis, justamente as colegas de sua antiga orientadora e pesquisadoras da família e história

¹⁵³ *Ibidem*, p. 5.

¹⁵⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Mulheres sem história”. *Revista de História*, n. 114, 1983. P. 32.

¹⁵⁵ Data do Memorial da historiadora, disponível no Centro de Apoio à Pesquisa Histórica (CAPH), localizado no edifício do curso de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

colonial, referidas anteriormente. A única exceção a essa regra, foi sua participação na banca de uma orientanda de Jobson de Arruda. As historiadoras referidas tiveram bastante conexão, eram parceiras de trabalho e convidavam umas para as bancas das outras. É interessante notar também como a maioria dos mestres e doutores que elas formaram foram mulheres.

Esmeralda Blanco B. de Moura continuou tratando do tema da “mulher” e do “menor” em palestras e conferências por algum tempo depois de defender a dissertação. Em 1985, participou do programa “Todas as Mulheres” da Rádio Cultura de São Paulo, sobre o tema “Mulher e Trabalho”. Em 1986, fez uma conferência na Casa de Cultura de Campinas sobre “Mulher e menores no trabalho industrial” e em 1988, concedeu uma entrevista para a Rádio USP sobre o tema Trabalho Feminino¹⁵⁶. Em 1988, publicou um artigo na revista Estudos CEDHAL sobre o tema: *Trabalho Feminino e Condição Social do Menor em São Paulo (1890-1920)*, nº3, 1988, e, em 1989, publicou um artigo na edição da RBH intitulada *A mulher e o espaço público* (vol. 9, nº 18) em que retomou suas pesquisas para a dissertação, atualizou a bibliografia e os termos usados. O artigo se intitulava “Além da indústria têxtil: O trabalho feminino em atividades ‘masculinas’”.

Com essas informações o que se pretendeu chamar atenção foi que Esmeralda Blanco foi, ainda nos anos 1980, uma historiadora que investigou mulheres, ainda que não fossem então uma questão historiográfica. Seu nome não foi, contudo, recuperado nos balanços que buscaram historicizar a História das Mulheres. Nossa hipótese para essa ausência é que o trabalho de Esmeralda recuperava e analisava experiências de mulheres através de dados econômicos, censitários, quantitativos, dados e procedimentos de análise que foram aos poucos sendo relegados a segundo plano pela “nova historiografia” dos anos 1980.

Miriam

Formada em Ciências Sociais pela USP em 1947, Miriam Lifchitz Moreira Leite ficou bastante tempo afastada da universidade enquanto estudante ou pesquisadora, voltando a frequentá-la como funcionária do CAPH e estudante de doutorado nos anos 1970. Ainda que tenha estado distante formalmente, não deixou de ter contato indireto

¹⁵⁶ Informações que constam em seu Memorial, datado de 08/11/1990, disponível no CAPH- FFLCH-USP.

com a universidade, pois era casada com Dante Moreira Leite, professor de Psicologia da FFCL. Os dois se conheceram na graduação. Dante era aluno de Filosofia e quando recebeu a proposta para lecionar na FFCL de Araraquara, Miriam o acompanhou. Durante um longo período, Miriam foi dona de casa.

Por intermédio de Dante, Miriam integrou o círculo do Grupo Clima, ao qual pertenciam Antônio Cândido, Ruy Galvão de Andrade Coelho, entre outros. Dante também era amigo de Eurípedes Simões de Paula, catedrático do curso de História. Nos anos 1970, Eurípedes estava procurando alguém para organizar os arquivos do recém-criado CAPH e Dante sugeriu sua esposa. Foi assim que Miriam voltou à universidade, na condição de funcionária do CAPH¹⁵⁷.

Trabalhando no arquivo, Miriam foi convidada para elaborar a parte de História da publicação *Mulher brasileira: bibliografia anotada* (1978), um livro que reúne uma ampla lista comentada de material bibliográfico sobre a mulher brasileira. A publicação foi uma iniciativa de um conjunto de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, que visavam divulgar material bibliográfico sobre mulheres para promover estudos com essa temática¹⁵⁸. Na preparação do livro, Miriam tomou contato com uma série de relatos de viajantes homens que faziam menção a mulheres no período colonial, assim como relatos de viajantes mulheres. Tratava-se de uma documentação que sugeria que a família no período colonial não era bem a família patriarcal, como a definira Gilberto Freyre¹⁵⁹. Além dos relatos de viagem, durante a preparação do material Miriam tomou contato com a obra de Maria Lacerda de Moura, uma escritora e professora que nos anos 1930 se associou ao feminismo e o movimento sufragista e, posteriormente, ao anarquismo.

Ambos os corpos documentais lhe renderam pesquisas futuras. Além da *Bibliografia anotada*, a análise da documentação de viajantes resultou no livro *A Condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiro*, em 1984. Já a documentação de Maria Lacerda de Moura, esta foi o objeto

¹⁵⁷ LISA, Antropologia. Caminhos da Memória – Miriam Moreira Leite – Série Trajetórias. USP. Vimeo, 2007. Disponível em: <http://vimeo.com/35898796>.

¹⁵⁸ FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Mulher brasileira: bibliografia anotada*. São Paulo: FCC; Brasiliense, 1979. 279p.

¹⁵⁹ Nessa época o modelo de família patriarcal de Freyre estava sendo alvo de muitas críticas. Ver SCHPUN, Mônica Raisa. L'histoire des femmes et du genre au Brésil: enquête sur trois générations. *Clio. Femmes, Genre, Histoire* [En ligne], n°19, 2004 e CORRÊA, Mariza, Repensando a família patriarcal brasileira, *Cadernos de pesquisa*, 37, maio, pp. 5-16, 1981. A Demografia Histórica também estava enfrentando com força o modelo freyreano.

da pesquisa de doutorado de Miriam, realizada sob a orientação de Maria Thereza Schöerer Petrone, conforme consta na tabela acima¹⁶⁰.

Diferente da pesquisa de Esmeralda Blanco e da perspectiva de Petrone, de História econômico-social que tratava de populações, a tese de Miriam tratou em primeiro plano de um indivíduo, Maria Lacerda de Moura, e fez uso de documentos orais¹⁶¹. Isso a levou a dedicar algumas páginas da introdução da tese às relações entre História e biografia. Nela, Miriam explica que através da trajetória dessa única mulher ela pretendia adentrar sua época e meio social, a maneira como se davam as adesões políticas no período e contribuir com a história do feminismo. A autora traça os nexos entre trajetória individual e contexto da biografada, e afirma a potencialidade que o aprofundamento de uma trajetória específica pode gerar em termos de compreensão de um contexto histórico, ao mesmo tempo exemplar e desviante¹⁶².

Miriam define Maria Lacerda de Moura como uma rebelde e reconstitui o percurso que a levou a sê-lo. Por muitos anos ela foi professora do ensino básico e seguiu as cartilhas de educação que lhe foram apresentadas. Por volta dos seus 34 anos ela se associou ao feminismo (via associativismo feminino) e ao movimento sufragista. Mais tarde, abandonou-os em função de uma aproximação com o anarquismo e da convicção de uma falência do sistema eleitoral¹⁶³. Maria Lacerda de Moura escreveu artigos para diversos jornais engajados e publicou livros, o mais famoso deles chamado de “A mulher é uma degenerada?” (1924). Ela fez parte de campanhas políticas diversas e circulou entre militantes importantes de sua época, como Luiz Carlos Prestes. Moura teve uma trajetória bastante particular para uma mulher de seu meio e período histórico, mas para Miriam, é através de seu contexto histórico, e não a despeito dele, que sua trajetória se torna inteligível.

Através da trajetória dessa rebelde, Miriam trata das contradições da industrialização brasileira, do emprego de mulheres e crianças nas indústrias alimentícias e têxteis (tema relacionado ao de Esmeralda) e suas duplas jornadas de trabalho (um tópico que estava na ordem do dia das feministas dos anos 70). Da mesma forma, ela trata

¹⁶⁰ A cronologia do encontro de Miriam com a questão da “condição feminina”, nos é um pouco turva. Usamos a ordem de fatos exposta por Monica Raisa Schpun em SCHPUN, Mônica Raisa. L’histoire des femmes, *Op. Cit.* e o documentário exposto na nota 61.

¹⁶¹ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – USP – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983. p. 2-3.

¹⁶² *Idem*, p. 10-11.

¹⁶³ *Idem*, p. 5.

das ideias políticas em circulação entre membros da classe média intelectualizada e dos esquecidos e excluídos da história, como prostitutas e mulheres ociosas¹⁶⁴, um tópico que começava a ser bastante explorado por historiadores de sua geração. Miriam menciona também os objetos de estudo que considerava mais populares entre seus colegas: a organização política partidária ou os movimentos sociais nas fábricas. Ela acredita que esmiuçando a biografia de Maria Lacerda de Moura também estava contribuindo para a compreensão da “luta por formas alternativas de vida”, tão em voga naqueles anos, entretanto pela via do “cotidiano feminino de classe média pobre”¹⁶⁵.

Por fim, ela resume assim o seu intento:

Ao privilegiar uma história de vida para exprimir o pensamento e a vida política na esfera do cotidiano feminino, de uma camada da população, tentou-se recuperar o indivíduo sem abandonar o que exprime, em sua modalidade de participação ou reação social aos agrupamentos de que se origina e os graus de adesão e repulsão simultâneas ou sucessivas a outros. A documentação pessoal e os depoimentos, ao descreverem e interpretarem condições sociais, ultrapassam o nível da generalização e propõem questões novas e caminhos em outros níveis.¹⁶⁶

“Questões novas e caminhos em outros níveis” se referem ao tratamento da mulher e do cotidiano, que começava a se fazer presente nos estudos de História, mas também ao tratamento de fontes orais e as diversas “mediações” nele presentes¹⁶⁷. Para a autora, seu exercício de pesquisa estava inserido em um movimento maior de renovação da pesquisa histórica, do qual a mulher, como objeto de estudo, era um entre outros elementos.

Como exposto anteriormente, Miriam não era uma “novata” quando fizera sua tese de doutoramento com todos esses elementos “inovadores”. Além da *Bibliografia Anotada*, ela já havia publicado uma série de artigos na Revista de História nos anos 1970 (nº 101 - 1º trim. 1975; nº 103, - 3º trim. 1975; nº 104 - 4º trim. 1975) e estava em contato direto com historiadores então já bastante consolidados. Ou seja, ela estava em uma posição mais confortável do que um “novato”, para desafiar o cânone da produção historiográfica.

Chama atenção, que no espaço dos agradecimentos da tese de Miriam, ela fale tanto em “dívidas de gratidão” a autores e pessoas que a inspiraram e auxiliaram, quanto em “exemplos negativos” de desinteresse, negligência e apatia. Nem uns nem outros são

¹⁶⁴ *Idem*, p. 13-14.

¹⁶⁵ *Idem*, p. 18.

¹⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁶⁷ *Idem*. P. 2.

referidos nominalmente, o que significa que ela tampouco nomeou sua orientadora, como de praxe. Isso, assim como a diferença de opção analítica, salta aos olhos. É possível que elas não tenham tido uma boa relação, mas não temos elementos para confirmar isso.

Na defesa de sua tese, em 1982, participaram da banca Augustin Wernet (que foi orientando de Petrone), Francisco Iglésias (Historiador da UFMG), Maria Odila Leite da Silva Dias e Ruy Galvão de Andrade Coelho (professor de Ciências Sociais da USP, membro do Grupo Clima e amigo de Dante).

Depois de defendida a tese, Miriam continuou fazendo trabalhos com o tema das mulheres. Nos anos 1980 ela se associou ao NEMGE, Núcleo de Estudos de Mulheres e relações de Gênero, que se formou na USP sob a coordenação da socióloga Eva Blay. Ela foi a única historiadora do grupo. E, apesar de não ser docente de História, participou de diversas bancas de defesa de mestrado e doutorado sobre mulheres, realizadas no Departamento de História da USP. Miriam se tornou, portanto, uma referência para historiadoras interessadas em investigar mulheres, depois dela.

Ela costuma ser lembrada como uma das precursoras dos estudos sobre mulheres e gênero em História, no Brasil, à diferença de Esmeralda Blanco. Em entrevista realizada muito tempo depois de concluída sua tese, em 2004, quando a História das Mulheres já era uma realidade no Brasil, Miriam afirmou que achava a demografia histórica muito tradicional, “muito colada à documentação, sem uma abordagem qualitativa que possa desvelar o sentido e ler os resultados das descrições dadas”¹⁶⁸. Isto é, Miriam não se associou a essa abordagem, ou a de sua orientadora, e se aproximou das, à época, “novas” tendências historiográficas.

Primeiras orientadoras

Laima

A tese de doutorado de Laima Mesgravis foi sobre assistência social. Na tese e em artigos escritos posteriormente, ela escreveu sobre a Roda dos Expostos, as Santas Casas de Misericórdia e os filhos ilegítimos e abandonados na Colônia. Ela fazia História Social, e tratava desses temas associados a “aspectos econômicos e sociais”, “estrutura social”,

¹⁶⁸ SCHPUN, Mônica Raisa. L’histoire des femmes et du genre au Brésil: enquête sur trois générations. *Clio. Femmes, Genre, Histoire* [En ligne], n°19, 2004. P. 4.

conforme consta em suas publicações e currículo acadêmico¹⁶⁹. Por conta da perspectiva de análise que levava em conta aspectos econômicos e sociais da Colônia, ela orientou pesquisas com temas diversos.

Laima Mesgravis foi contratada como instrutora da Cadeira de História da Civilização Brasileira, no Departamento de História da USP, em 1965. Deu cursos na forma de seminários para as disciplinas de História do Brasil Colonial e Independente, assim como, em 1971-1972, deu seminários de História Ibérica e História da América Colonial¹⁷⁰. Ela foi progredindo na carreira até se tornar professora titular¹⁷¹.

Em 1974, sua tese *A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo 1500-1884*, recebeu o prêmio “Governador do Estado” para as Ciências Humanas. A partir desse mesmo ano ela começou a dar um curso na pós-graduação de História intitulado “A sociedade tradicional e os problemas assistenciais no Brasil Colônia e Império”. Nos anos 1980, Mesgravis estava envolvida com a pesquisa para sua tese de livre-docência, intitulada *As formas de estratificação social em São Paulo de 1870 a 1900*, assim como em um projeto de pesquisa de longo prazo “As estruturas sociais das diversas regiões brasileiras no período colonial e imperial”.

O período, tema e abordagem de pesquisa com que Laima Mesgravis trabalhou foram, portanto, o período colonial e imperial do Brasil, a Assistência Social e a História Social, respectivamente.

Laima Mesgravis foi a orientadora de doutorado de Wanda Rosa Borges, autora da primeira tese listada, e de Rachel Soihet, em 1986. Esta última, como mencionado, se tornou uma importante referência dos estudos de mulheres e gênero na História¹⁷².

Maria Thereza

Maria Thereza Schörer Petrone, que orientou duas pesquisas sobre “mulheres” no período e outras com temas afins, como família e matrimônio¹⁷³, esteve na banca de doutorado de Laima Mesgravis, e posteriormente foi sua colega e de Maria Odila Leite

¹⁶⁹ Currículo Vitae e Memorial disponíveis no CAPH-FFLCH-USP.

¹⁷⁰ Currículo Vitae, p. 3.

¹⁷¹ Em 1971, se tornou auxiliar de ensino, em 1972 RDIDP e, em 1973, Professora-Assistente-Doutora – ref. Ms. 3- em RDIDP (Regime de Dedicção Integral).

¹⁷² Mesgravis orientou outras pesquisas sobre mulheres, além das duas mencionadas, posteriormente ela orientou *Virando as Páginas, Revendo as Mulheres: Relações Homem-Mulher e Revistas Femininas, 1945-1964*, de Carla Bezzo Bassanezi, 1992; *A Trabalhadora Social na Saúde em Cuba (1959-1989): Uma profissional em busca de sua identidade*, de Walderez Loureiro Miguel, 1996; *A Devassa da Vida Quotidiana: O Delito do Concubinato em Minas Gerais Setecentista*, Hilton César de Oliveira, 1999; *Mulheres, Domicílios e Povoamento: Campinas, 1765-1850*, de Paulo Eduardo Teixeira, 1999.

¹⁷³ Família, matrimônio, censos demográficos eram temas afins à época.

da Silva Dias. As três foram assistentes da Cadeira de Civilização Brasileira, então regida por Sérgio Buarque de Holanda.

Da lista acima, Petrone orientou a dissertação de mestrado de Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura e a tese de doutorado de Miriam Lifchitz Moreira Leite. Ela orientou também outras pesquisadoras que viriam a ser importantes para tais estudos, ainda que depois de seus doutoramentos: Eni de Mesquita Samara, Maria Antonieta Martines Antonacci e Ida Lewkowicz. Samara, que se tornou docente da USP, e Lewkowicz, da UNESP (Campus Franca), se destacaram por seus estudos sobre família. A partir do tema, Eni Samara avançou para os estudos sobre a vida das mulheres, sobre o qual publicou trabalhos, fez conferências e orientou pesquisas. Maria Antonieta M. Antonacci orientou várias pesquisas sobre mulheres na PUC/SP.

Como mencionado, Maria Thereza Schörer Petrone foi orientanda de Sérgio Buarque de Holanda, investigou a lavoura canavieira em São Paulo e se firmou como uma historiadora econômica¹⁷⁴. Além de orientanda de Sérgio Buarque de Holanda e assistente da cadeira de História da Civilização Brasileira, foi, juntamente com Maria Odila L. S. Dias, pesquisadora do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) – atividade também associada ao catedrático, que fundou e dirigia o Instituto¹⁷⁵. A partir daí elas viraram colegas e parceiras de trabalho. Petrone participou da banca de vários orientandos de Silva Dias e vice-versa, e Silva Dias fez parte da banca de defesa do mestrado de Esmeralda B. B. de Moura. Na ocasião, Silva Dias ainda estava começando a sua própria pesquisa sobre o tema das mulheres.

Maria Odila L. da Silva Dias também participou da banca examinadora da tese de doutorado de Eni de Mesquita Samara, outra orientanda de Petrone. A tese foi sobre a organização da família paulista no século XIX¹⁷⁶, e, além de Silva Dias, contou com a presença de Maria Beatriz Nizza da Silva na banca.

¹⁷⁴ Maria Tereza Schorer Petrone: uma historiadora econômica, segundo Suely Robles Reis de Queiroz (que foi orientanda dela) na resenha ao livro da autora publicada na RH. <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/77311/81173>. Além disso ela orientou pesquisas no programa de História Econômica, ofereceu disciplina de História Econômica (como a que Esmeralda cursou, conforme consta em seu CV, *História Econômica de São Paulo: São Paulo da Economia Canavieira à Era do Café*, por volta de 1975).

¹⁷⁵ É interessante que a maioria dos assistentes de Sérgio Buarque de Holanda eram mulheres. Além delas, Emília Viotti da Costa também auxiliou o catedrático.

¹⁷⁶ *A Família na Sociedade Paulista do Século XIX (1800-1860)*, tese baseada na Demografia Histórica.

Como consta no currículo acadêmico de Maria Thereza Schörer Petrone¹⁷⁷, até 1972 ela trabalhava basicamente com história econômica do período colonial. Nada deixava entrever que orientaria teses sobre mulheres.

Optou-se por apresentar brevemente as pesquisas e vertentes de análise dessas duas historiadoras pois, através delas vê-se que *mulheres* não conformava ainda um tema ou objeto específico. No caso dessas duas orientações, era um objeto que se tornava visível a partir de análises quantitativas, de documentos censitários, demográficos e econômicos. A partir de meados dos anos 1980, foram surgindo outras maneiras de resgatar as experiências de mulheres no passado, que substituiriam essas, a ponto de elas não serem mais lembradas.

Segundo Wagner Geminiano, Laima Mesgravis, Maria Thereza Schörer Petrone, Maria Odila L. S. Dias e outras historiadoras mencionadas, estavam no polo dominante da produção historiográfica brasileira dos anos 1980. Elas faziam parte das redes intelectuais que estiveram à frente da Associação Nacional de História (ANPUH) e da Revista Brasileira de História (RBH) que, depois da morte de Eurípedes Simões e Paula, passaram a ser dominadas por Astrogildo de Mello, Eduardo d'Oliveira França e Sérgio Buarque de Holanda e suas respectivas redes (orientandos e pessoas próximas). Sob a hegemonia dessas figuras, a RBH e a ANPUH cristalizaram os marcos da “moderna historiografia brasileira” como sendo os marcos da historiografia uspiana¹⁷⁸.

Conforme visto no exame dos balanços, as “historiadoras das mulheres” reclamaram diversas vezes de um *status* marginal de seus estudos em meio aos demais trabalhos historiográficos. Contudo, como vemos aqui, parte das formadoras estava na fatia dos dominantes e não dos dominados, como costuma ser dito em relação ao tema. Isto é, em termos de capital social, capital de relações, elas estavam no topo. Assim, é possível perguntar-se se a marginalidade do tema foi mesmo um empecilho entre as primeiras pesquisas.

Maria Odila

¹⁷⁷ Armazenado no CAPH-FFLCH-USP.

¹⁷⁸ SANTOS, Wagner Geminiano. Disputas em torno da construção da memória disciplinar da “moderna historiografia brasileira”: a ANPUH e a RBH como espaços de enfrentamento (1980-2011) *Embornal* - Revista da Associação Nacional de História - Seção Ceará, Fortaleza, vol. IX, nº 17 – janeiro a junho, 2018.

Maria Odila Leite da Silva Dias, que esteve nas bancas de defesa de Esmeralda Blanco e Miriam L. Moreira Leite; foi colega de Maria Thereza Schöerer Petrone e Laima Mesgravis; e ofereceu disciplinas sobre a condição feminina em cursos de pós-graduação em História na USP, defendeu sua tese de livre docência *Maria Gertrudes Jesus, Mulher da terra*, em 1982.

A tese trata do cotidiano de mulheres pobres, brancas e negras, na urbanização da cidade de São Paulo, que viviam “nas fimbrias da escravidão e do trabalho livre”, sob uma “organização de sobrevivência”. Nela, a autora chama atenção para o fato de as mulheres terem sido “presença ostensiva” na São Paulo em processo de urbanização no século XIX, mas não figurarem nos estudos históricos sobre o período. Ela argumenta que o espaço social de “desordem e confusão” em que essas mulheres viveram é revelador de confusões mais fundas entre as esferas públicas e privada, herdadas da escravidão e constitutivas do Estado brasileiro.

Com a tese, Silva Dias pretendia revelar aspectos da “organização das relações de produção, o sistema de dominação e de estruturação do poder” através de uma história “microsocial do cotidiano”. Isto é, a autora estava preocupada em fazer um duplo movimento, integrar as mulheres pobres à História e praticar uma História a partir do cotidiano, do miúdo, mas com objetivo de evidenciar algo que era sistêmico. Como mencionado anteriormente, esta era uma abordagem que ainda estava começando no Brasil. À diferença de suas colegas que seguiram por essa via a partir da Demografia Histórica, Silva Dias o fez tomando como referência as obras de Edward Palmer Thompson, Emmanuel Leroy Ladurie e Eugene Fox Genovese¹⁷⁹.

A tese de Dias foi publicada em livro dois anos depois de concluída, pela editora Brasiliense, sob o título *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* e costuma ser referido como um dos primeiros trabalhos de História das Mulheres realizados no Brasil. A autora, no entanto, o caracteriza, tanto no momento de sua publicação, quanto em entrevista muitos anos depois quando a História das Mulheres já era uma realidade no Brasil, como um trabalho de História do cotidiano ou História social das mulheres e grupos marginalizados do poder, dando ênfase a inserção de seu estudo nos marcos da História Social. Vejamos adiante o que ela fez de novo, e como pôde fazê-lo.

Em 1982, quando Silva Dias concluída a livre-docência, tinha 42 anos mas já era professora da USP havia algum tempo. Começou a lecionar como assistente, aos 21.

¹⁷⁹ DIAS, Maria Odila L. da Silva. Introdução. In. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Pp. 7-11.

Naquele ano, terminava uma pesquisa de mais de uma década de duração, que confirmava sua conversão de uma historiadora das ideias ou dos intelectuais, para uma historiadora “das mulheres e dos grupos marginalizados do poder”.

Como mencionado anteriormente, as pesquisas de mestrado (1965) e doutorado (1972) de Silva Dias foram realizadas sob a orientação de Sérgio Buarque de Holanda, na USP. No mestrado ela pesquisou o Brasil na historiografia romântica inglesa, através da obra de Robert Southey e sua interlocução com Walter Scott¹⁸⁰. E, no doutorado, pesquisou mais especificamente a obra *A História do Brasil*, do mesmo autor. Durante as pesquisas, ela passou um pouco mais de um ano na Inglaterra, visitando os arquivos de Robert Southey, sob a orientação de Charles Boxer, renomado historiador inglês e amigo de seu orientador no Brasil.

Maria Odila Leite da Silva Dias voltou ao Brasil em um período de recrudescimento da ditadura militar e terminou o doutorado sob a orientação de Maria Thereza Schöerer Petrone, pois Sérgio Buarque já não era mais docente do Departamento de História¹⁸¹. Àquela altura, ela e Sérgio Buarque de Holanda eram bastante próximos. Ela frequentava a casa dele, assim como também a frequentavam outros intelectuais renomados, como Cruz Costa, Antônio Cândido, Fernando Henrique Cardoso e Caio Prado Júnior¹⁸².

Com o decreto do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, foram oficializadas cassações, demissões e aposentadorias em diversos cargos do setor público. Em 28 de abril de 1969, quarenta e dois professores da USP foram compulsoriamente aposentados, entre eles, muitos dos quais pertenciam ao círculo próximo da historiadora. Foi aí que Sérgio Buarque, que já se organizava para a aposentadoria, a antecipou em solidariedade aos colegas.

As perseguições e cassações do regime tiveram grande impacto para Maria Odila. Ainda que não fosse militante de um partido ou organização de esquerda, ela conheceu o cotidiano da prisão e das perseguições realizadas por agentes da ditadura na condição de companheira de um preso político – que não era qualquer preso, mas Caio Prado Jr., um dos intelectuais mais notórios à época – assim como na condição de amiga e professora de uma série de outras pessoas atingidas diretamente pelo regime. A maneira que ela

¹⁸⁰ Foi um dos primeiros mestrados da USP, defendida antes da regulamentação da pós-graduação.

¹⁸¹ Ainda assim, ele participou da banca de defesa da tese.

¹⁸² MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. “Maria Odila Leite da Silva Dias”. In: *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

reagiu às atrocidades que via era acompanhar o processo judicial de pessoas próximas, divulgar as informações sobre pessoas que haviam sido presas para outros conhecidos e “eventualmente hospedar e socorrer os que estavam ameaçados de prisão”¹⁸³.

Nesse estado de coisas, Maria Odila se articulou para sair do Brasil outras vezes. Em 1971, obteve um auxílio viagem para estagiar no Departamento de História da Universidade de Yale, em New Haven nos Estados Unidos, a convite do professor Richard Morse¹⁸⁴. Mais tarde, em 1975, ela conseguiu uma bolsa de *Guest Lecturer* no Departamento de História da Universidade do Texas, em Austin, a convite do professor Richard Graham¹⁸⁵.

As passagens pelos EUA foram decisivas para a conversão temática que a historiadora fez em seus estudos, de História Intelectual para História dos grupos destituídos do poder, já mencionada. Sobre a primeira passagem pelo país, Dias se lembra da seguinte maneira:

Eu tive uma bolsa da Fapesp de visiting scholar por um ano. Nessa época, eu tinha 31 anos. Na torre da biblioteca de Yale tive oportunidade de sondar os limites do conhecimento do sujeito universal, branco, europeu e anglo saxão. Já despontavam os primeiros estudos que viriam a formar a área dos *Cultural Studies*, como, por exemplo, o livro de Philip Curtin *A imagem da África*. Abria-se, nos meios acadêmicos, a consciência da pluralidade dos sujeitos sociais do conhecimento e, também, na esteira dos estudos de crítica do etnocentrismo cultural, multiplicavam-se estudos das epistemologias feministas. Fui arrebatada pelas vertentes novas de uma revolução nos paradigmas das Ciências Humanas. (...) Quando voltei de New Haven, em 1972, comecei a pensar formas de abordagens para uma História das Mulheres no Brasil. Fiz uma reviravolta na minha vida de pesquisadora da História Intelectual e das ideias para os parâmetros teóricos outros e novos que possibilitariam uma História do Quotidiano de mulheres escravas e forras.¹⁸⁶

A historiadora relembra a passagem pelos EUA como um momento em que tomou contato com os estudos culturais, com as epistemologias feministas e “uma revolução nos paradigmas das Ciências Humanas”. À época, nos Estados Unidos, começavam também

¹⁸³ PEDRO, J.; NECKEL, R. “História das Mulheres e a Hermenêutica do Cotidiano – entrevista com Maria Odila Leite da Silva Dias”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.47, n. 1, p. 1-12, jan.- abr. 2021. p. 6.

¹⁸⁴ Historiador norte-americano especialista em Brasil que foi colega de Emília Viotti da Costa em Yale.

¹⁸⁵ Richard Graham também foi um brasilianista importante e orientador de June Hahner, historiadora norte-americana que fez estudos sobre mulheres brasileiras quando ainda havia pouquíssima bibliografia especializada no assunto.

¹⁸⁶ PEDRO, J.; NECKEL, R. *Op. Cit.*, p. 7-8.

os *Women's Studies*, que como no Brasil, tiveram auxílio da Demografia Histórica num primeiro momento e depois foram se distanciando da abordagem.

Quando a autora voltou ao Brasil, além de começar a pesquisa sobre mulheres pobres na ordem urbana, ela formou junto a outras mulheres um “grupo de consciência”, um grupo de mulheres que liam e debatiam textos feministas fazendo conexões com experiências que tinham vivido. Eles eram formados exclusivamente por mulheres, em geral intelectualizadas e de classe média, e costumam ser considerados uma das iniciativas embrionárias de se criar um movimento feminista brasileiro¹⁸⁷.

Até meados dos anos 1980, Maria Odila Dias esteve nos EUA como pesquisadora ou professora por períodos de um semestre, outras quatro vezes. Em 1976, foi como *visiting scholar* junto ao Institute of Latin American Studies da Universidade do Texas, então como parte de suas pesquisas para tese de livre-docência sobre o trabalho feminino no Brasil no XVIII e XIX. Em 1984 foi novamente, a convite do professor William Glade. Em 1985, foi outra vez, mas então com financiamento da Fundação Edward Larroque Tinker, e, por fim, em 1986, obteve uma bolsa de pós-doutorado Fundação John Simon Guggenheim para escrever o livro “Sociedade e política: figurantes mudos e Estado-Nação”. Enquanto estava nos Estados Unidos, fez conferências em universidades diferentes para falar da “Social history os Women in 19th century Brazil”¹⁸⁸ e proferiu diversas palestras em universidades brasileiras.

Entre 1984 e 1990, Maria Odila prestou assessoria à Fundação Carlos Chagas no âmbito dos Concursos de Dotações para Pesquisas sobre Mulheres, sendo membro do Juri do 2º e 5º Concursos e oferecendo palestras e cursos em eventos deles. Além disso, ela foi membro da Comissão Ford dentro da Fundação Carlos Chagas¹⁸⁹.

Quotidiano e Poder teve uma boa acolhida entre historiadores e feministas. O livro foi traduzido para o inglês poucos anos depois de publicado no Brasil, e foi tema de diversas palestras de Maria Odila em universidades brasileiras e norte-americanas.

¹⁸⁷ SARTI, Cynthia A. “Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro”. *Cadernos Pagu* [online]. 2001, n. 16, e PEDRO, Joana Maria. “Narrativas do feminismo em países do Cone Sul” (1960-1989). In. PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis : Ed. Mulheres, 2010. p. 296.

¹⁸⁸ Como se intitulou sua conferência na Universidade de Minnesota, a convite do prof. Stuart Schwartz. Além dela, também fez uma conferência na Universidade de Illinois, “Women and Society in Brazil”, a convite do prof. Joseph Love; na Universidade do Texas, “Women and urban informal economy in 19th century Brazil”, a convite da profa. Gail Minault e “The unquiet majority in 19th century Brasil” a convite do prof. William Glade. Memorial, p. 13, CAPH-FFLCH-USP.

¹⁸⁹ Item 8 do Currículo Vitae de Maria Odila Leite da Silva Dias, p. 7, disponível no CAPH-FFLCH-USP. Demais assessorias que ela prestou: CNPQ (1986-1987), FAPESP (1985-1990), EDUSP (1986-1990), CAPES (1985-1990).

Comentando sobre a recepção da obra, a autora se lembra de ter recebidos críticas de Fernando Novais, importante historiador marxista que escreveu sobre o *Antigo sistema colonial*. Nas palavras da historiadora, Novais disse que ela tinha “escrito um livro sobre o nada”¹⁹⁰. Rememorando a polêmica dessa maneira, a autora recoloca a polarização que trouxe no livro: tratar do cotidiano de mulheres pobres que estavam fora do sistema produtivo era considerado, por alguns de seus pares, “o nada”, algo desimportante e assim sem valor histórico, não merecedor de recuperação histórica. Transformar esse “nada” em algo valioso foi parte do que a autora e historiadoras subsequentes produziram a partir de suas pesquisas e das lutas que travaram para legitimar a problemática.

Ao expor os espaços de sociabilidade de Silva Dias e sua intensa circulação internacional, o que pretendemos fazer foi mostrar como a historiadora tinha capitais sociais e científicos bastante elevados. Além das inovações historiográficas que produziu, esses capitais a habilitaram a romper com a *doxa* da historiografia à época ao darem legitimidade ao que ela estava fazendo, uma história social das mulheres e dos destituídos do poder. Trata-se, portanto, de uma via de mão dupla. Silva Dias estava bem-posicionada a ponto de poder romper com a sua posição, e a nova posição, ou a nova vertente, ganhou legitimidade ao ser iniciada por uma historiadora de renome.

Além do ambiente de intelectuais renomados no entorno de Sérgio Buarque de Holanda, Silva Dias circulou entre pesquisadoras de História econômica e social e Demografia Histórica de seu departamento, entre as feministas das classes médias intelectualizadas, e entre as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Ela esteve em certa medida, em cada fio da trama que pretendemos reconstituir, nos seus primeiros anos. Esteve entre os “legisladores” da produção historiográfica, entre as proponentes de novos estudos sobre as mulheres e no emergente movimento feminista. Tratava-se de uma posição privilegiada por conta dos estratos de poder em cada um desses grupos, assim como, da possibilidade de produzir cruzamentos entre eles.

Como visto, Silva Dias não foi a primeira historiadora brasileira que investigou a experiência de mulheres no passado. Ela foi, contudo, a primeira historiadora brasileira que investigou as mulheres pobres a partir de seu cotidiano, da cultura popular, das lutas

¹⁹⁰ PEDRO, J.; NECKEL, R. “História das Mulheres e a Hermenêutica do Cotidiano – entrevista com Maria Odila Leite da Silva Dias”. *Op. Cit.*, p. 8. É interessante que em suas entrevistas a historiadora menciona mais os nomes de colegas acadêmicos homens que adquiriram notoriedade, do que as historiadoras com quem trabalhou, como mencionamos no início.

e negociações miúdas e corriqueiras. Ela foi assim, a primeira historiadora a unir o “novo objeto” com a “nova abordagem” e ainda se apoiando em trabalhos empíricos e quantitativos. As historiadoras mencionadas até aqui tratavam, bem evidente, de um “novo objeto”. Entretanto, as perspectivas de análise utilizadas por elas não faziam parte da chamada “ruptura epistemológica” que a História Cultural e os estudos de gênero produziram depois.

O que pretendemos argumentar, portanto, é que Silva Dias não inaugurou o objeto de estudos “mulheres” na historiografia brasileira. Ela inaugurou o estudo do objeto a partir da “renovação historiográfica”. Foi essa opção analítica que fez escola nos estudos sobre mulheres realizados posteriormente, e foi mirando essa opção analítica que a maioria dos balanços historiográficos definiu os contornos do campo de estudo de mulheres e relações de gênero vistos no Capítulo 1. Até aqui, ainda se tratava de uma História Social da cultura, que conviveria, a partir dos anos 1990, com uma História Cultural sobre as mulheres¹⁹¹.

Um estímulo extra-acadêmico

Como mencionado anteriormente neste texto, fora da universidade, nos anos 1970, também começaram impulsos para a promoção de estudos sobre mulheres em instituições de pesquisa privadas. A mais importante delas foi a Fundação Carlos Chagas (FCC)¹⁹². A FCC, assim como outras instituições congêneres, como o IUPERJ e o CEBRAP, financiava parte de suas atividades e instalações através de verbas da Fundação Ford (FF)¹⁹³. A partir de meados dos anos 1970, contudo, considerando que as instituições de pesquisa já estavam estabelecidas, a Ford passou a priorizar o financiamento direto a pesquisas. Ela estabeleceu uma agenda de temas que considerava prioritários e, entre eles, estava a “condição feminina”¹⁹⁴.

¹⁹¹ Sobre essa diferenciação ver RAMOS, Igor Guedes. Genealogia de uma operação historiográfica *Op. Cit.* p. 454-5.

¹⁹² Para saber mais, ver BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (orgs) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC; Editora 34, 2002, p. 17-58. e COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. Uma contribuição ímpar: os Cadernos de Pesquisa e a consolidação dos estudos de gênero, *Cad. Pesq.*, São Paulo, n. 80, p. 91-99, fev. 1992.

¹⁹³ MICELI, Sérgio. *A Fundação Ford no Brasil. Op. Cit*

¹⁹⁴ BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. “Capítulo 1 - Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil”. In: _____ (orgs.), *Gênero, democracia e sociedade brasileira* - São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002. P. 23.

Em plena Guerra Fria, a Fundação Ford, uma instituição filantrópica norte-americana, estava investindo no mundo inteiro contra o marxismo. A maneira como empreenderam isso, foi a partir do financiamento de pesquisas, teorias e iniciativas progressistas não marxistas¹⁹⁵.

Na mesma época, dentro da Fundação Carlos Chagas, algumas pesquisadoras começavam a se organizar para promover pesquisas sobre o tema. As reuniões começaram em 1974, de maneira informal, e foram aos poucos ganhando relevância dentro da instituição e fora dela. As pesquisadoras organizaram seminários e cursos internamente, com pesquisadoras da casa e de fora delas, algumas inclusive de instituições internacionais, e logo passaram elas mesmas a oferecer cursos e palestras sobre o tema. Elas constituíram um grupo chamado de Coletivo de Pesquisas sobre Mulher e, com ele, promoveram cursos, simpósios, publicação de artigos e de índices bibliográficos para auxiliar pesquisas sobre mulheres, como a já mencionada *Bibliografia Anotada sobre a Mulher Brasileira*¹⁹⁶, que a historiadora Miriam L. Moreira Leite participou.

Aos poucos, o Coletivo foi se tornando uma referência no tratamento da temática. Em 1977, as pesquisadoras da FCC enviaram um grande projeto para a FF a fim de conseguirem verba para promoverem pesquisas sobre mulheres. O projeto incluía a realização de um concurso que ofereceria bolsas aos candidatos cujos projetos fossem selecionados; a publicação dos resultados dos projetos desenvolvidos; a realização de simpósios, cursos, seminários e outras atividades de formação; o oferecimento de consultorias; e a organização de um acervo com os dados de pesquisas e informações

¹⁹⁵ MIRANDA, Karolliny Joally das Neves; CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. Filantropia corporativa a serviço do capital: uma visão histórico-crítica do fomento da Fundação Ford à produção feminista acadêmica brasileira (1978-1998) *Revista Angelus Novus*, USP – ano XII, n. 17, 2021; CHAVES, Wanderson O Brasil e a questão da recriação racial no pós-guerra: um percurso através da história da Fundação Ford, 2011 [Tese]. CHAVES, Wanderson As agendas culturais da Guerra Fria e o “Programa Ideológico”: a CIA e a Fundação Ford na atração às elites intelectuais. *Revista Angelus Novus*, USP – Ano VI, n. 9, pp. 123-152, 2015. Agradeço à Lidiane Soares Rodrigues pela sugestão dessa conexão.

¹⁹⁶A lista completa, presente em BRUSCHINI, UNBEHAUM, 2002, p. 25 é: Simpósio 'Contribuições das Ciências Humanas para a Compreensão da Situação da Mulher', na XXVII Reunião da SBPC, em Belo Horizonte, em 1975¹⁹⁶; realizaram o projeto da *Bibliografia Anotada sobre a Mulher Brasileira*, inicialmente patrocinada pela Secretaria de Cultura de São Paulo e posteriormente pela Fundação Ford. Projeto realizado no período 1975-1978, sob a coordenação de Elba de Sá Barreto, publicada em 2 vols. v. 1 em 1979, v. 2 em 1981; participaram da a CPI sobre a Mulher - CPI da Mulher - no Senado federal em 1976; realizaram o Curso “Pesquisa sobre Educação da Mulher: Papéis Masculinos e Femininos, Atitudes e Estereótipos”, patrocinada pelo INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, dez/1976 e o simpósio sobre a condição da mulher brasileira na XXIX reunião da SBPC, na PUC/SP, jul/1977.

bibliográficas. Num primeiro momento, a Fundação Ford aprovou apenas a realização do Concurso, que começou a ser divulgado naquele mesmo ano, 1977¹⁹⁷.

Intitulado Concurso de Dotações para Pesquisas sobre a Mulher Brasileira, o concurso oferecia uma bolsa de estudos para projetos de pesquisa sobre trabalho e/ou educação da mulher. O concurso era aberto a qualquer pessoa, não havia exigência de titulação mínima ou vínculo com uma instituição de pesquisa. Bastava apresentar um projeto à instituição para concorrer.

O primeiro Concurso teve cento e vinte e sete projetos inscritos e vinte selecionados.¹⁹⁸ Os estudos elaborados a partir deles foram publicados nas coletâneas *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas* (1980) e *Trabalhadoras do Brasil* (1992). Ao longo da década de 1980 foram lançados mais três concursos, que também tiveram um número grande de inscritos e resultaram em novas publicações¹⁹⁹. Em todas as coletâneas, as organizadoras do concurso fizeram considerações sobre o conteúdo dos projetos selecionados, o “estado da arte” dos estudos sobre mulheres e as disciplinas mais ou menos representadas na publicação. Nas primeiras, nota-se a constatação da pouca procura por parte de historiadores, ao passo que ao longo da década foi sendo apontado um aumento dessa procura.

Ainda que o começo tenha sido lento, no cômputo geral, entre os oito concursos, a História foi a terceira disciplina de formação do maior número de candidatos aprovados e, conseqüentemente – ainda que não necessariamente – a terceira área de enquadramento da maioria das pesquisas e publicações que resultaram dos concursos²⁰⁰. Como este capítulo foca no período entre 1973 e 1984, mencionamos apenas os resultados dos quatro primeiros concursos. Neles, as e os historiadores que tiveram pesquisas financiadas foram Maria Beatriz Nizza da Silva, Miriam Lifchitz Moreira Leite, Pedro M. Soares, no primeiro concurso (1980); Elizabeth K. C. de Magalhães e Sônia Maria Giacomini, Maria Valéria Junho Pena e Elça Mendonça Lima, Miriam L. M. Leite, no segundo (1983),

¹⁹⁷ BRUSCHINI, UNBEHAUM, 2002, *Op. Cit.*, p. 26.

¹⁹⁸ BRUSCHINI, UNBEHAUM, 2002, *Op. Cit.* p. 27.

¹⁹⁹ Em 1980 houve o 2º Concurso, que resultou na coletânea *Mulher, mulheres* (1983). Em 1982, foi o 3º Concurso, que resultou em um número inteiro (n. 54) dos *Cadernos de Pesquisa*, revista acadêmica da Fundação Carlos Chagas. E, em 1986, houve o 4º Concurso, que resultou na coletânea *Rebeldia e Submissão, estudos sobre a condição feminina* (1989). Além deles, aconteceram ainda mais quatro concursos na década de 1990, que resultaram em mais quatro publicações: *Entre a virtude e o pecado* (1992); *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil* (1994); *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil* (1998); *Tempos e lugares de gênero* (2001), respectivamente. Para ver o número de inscritos e aprovados em cada um deles, cf. Tabela 1, p. 34, BRUSCHINI, UNBEHAUM, 2002, *Op. Cit.* p. 27.

²⁰⁰ BRUSCHINI, UNBEHAUM, 2002, *Op. Cit.* p. 42-43.

Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi e Maria Lúcia de Barros Mott²⁰¹ no terceiro (1985); e, Maria Beatriz Nizza da Silva, Margareth de Almeida Gonçalves e Maria Fernanda Baptista Bicalho no quarto concurso (1989).

Como lembra Maria Beatriz Nizza da Silva, as bolsas oferecidas através dos concursos foram um grande incentivo para que as pessoas estudassem o tema das mulheres²⁰². Os Concursos representaram um estímulo extra-universitário muito concreto para que a mulher deixasse de ser um objeto difuso nas pesquisas de diferentes disciplinas e se tornasse um objeto específico. Através das chamadas públicas, formações e sobretudo do financiamento, eles tornaram possível a realização de diversas pesquisas sobre o tema²⁰³.

Neste capítulo pretendemos mostrar o início das buscas por mulheres nas pesquisas de pós-graduação em História, que ocorreram entre os anos 1973 e 1984: quem as realizou, de que maneira e com o amparo de quem, em termos de orientação, bibliografia, e, em alguns casos, recursos financeiros. Vimos que tais pesquisas se efetivaram de maneiras distintas, mas guardando similaridades. Em relação ao tema mais amplo, trataram de trabalho ou política; as abordagens priorizadas foram a História Social, Econômica, a Demografia Histórica ou a História do Cotidiano; as orientadoras e demais historiadores com quem a mestranda ou doutoranda dialogou também coincidiram. Mencionamos sobretudo as historiadoras da USP, que participavam da rede de relações de Sérgio Buarque de Holanda, mas também historiadores norte americanos que contribuíram para o desenvolvimento da temática direta ou indiretamente, na UFF e em recepções às historiadoras brasileiras no exterior, e ainda, historiadoras e historiadores mais jovens que fizeram pesquisas sobre o tema a partir do financiamento obtido nos Concursos de Dotações para Pesquisas Sobre a Mulher Brasileira da FCC.

Mirando as teses e dissertações, pudemos recuperar personagens que participaram do processo de elevação da mulher à condição de objeto de pesquisas em História, mas

²⁰¹ Os resultados da pesquisa de Mott foram publicados nos Cadernos de Pesquisa, n. 58, de 1986.

²⁰² Em entrevista a Daiane Vaiz Machado, a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva conta como tais bolsas foram importantes para fomentar pesquisas com a temática. MACHADO, Daiane V. Entrevista com Maria Beatriz Nizza da Silva. In: ROIZ, D. da S.; ZIMMERMANN, T. R.; GONTIJO, R (Orgs.). As mulheres e a pesquisa acadêmica: as pioneiras nos estudos históricos brasileiros. Campinas: Mercado de Letras, 2020.

²⁰³ Além do exposto, houve também a criação de núcleos interdisciplinares de estudos sobre a mulher em universidades diversas, a partir dos anos 1980. Na maioria deles houve participação de historiadores. Uma ata de um encontro que detalha todos os participantes dos núcleos é BLAY, Eva. *Gênero e Universidade*. 1991.

que não foram mencionados em reconstituições recentes desse processo²⁰⁴. Além disso, foi possível verificar que o objeto de estudos *mulheres* é anterior ao que se costuma datar, pois já estava em curso nesse período.

Rachel Soihet estudou a Bertha Lutz, uma mulher proeminente; Esmeralda Blanco Bolsonaro Moura, as mulheres operárias; Miriam Lifchitz Moreira Leite, uma ativista e intelectual, a Maria Lacerda de Moura; e Maria Odila Leite da Silva Dias, as mulheres pobres livres, forras e escravas, do XIX. Esta última, já na fase da Livre Docência, fez o primeiro estudo de fôlego sobre o tema usando referências da “renovação historiográfica”. À exceção de Rachel Soihet (no mestrado) e a despeito da abordagem escolhida, as demais autoras eram da USP e estavam envoltas em uma mesma rede de relações que eram dominantes no campo historiográfico do período. Mesmo as historiadoras que romperam com as abordagens dominantes desses grupos puderam contar com as bases sólidas, em termos de inserção no meio, que essas relações lhes proporcionaram e, assim, promoverem uma ruptura bem-sucedida.

Além dessa rede de relações nucleada no Departamento de História da USP, outro espaço fundamental para o desenvolvimento dos estudos sobre mulheres e descentramento do local de produção deles foi a Fundação Calos Chagas, a partir do financiamento da Fundação Ford.

²⁰⁴ Cf. Capítulo 1.

Capítulo 3

A história das mulheres brasileira antes do nome (ou *Nasce o objeto*) 1985 – 1993

O presente capítulo trata do período em que a mulher começou se tornar um objeto de pesquisas de pós-graduação em História com alguma regularidade. Enquanto no período anterior, de 1977 a 1984, descrito no primeiro capítulo, foram realizadas apenas cinco monografias que tinham a mulher como sujeito/objeto central, no período de 1985 a 1993 foram realizadas quarenta monografias. De 1985 a 1990, foi concluída pelo menos uma dissertação ou tese por ano, e, de 1990 a 1993, pelo menos cinco por ano. Assim, a cada ano que passava, as pesquisas sobre mulheres eram mais numerosas entre as realizadas na pós-graduação em História.

Em 1989, houve um dossiê da Revista Brasileira de História inteiramente dedicado às mulheres como objeto de estudo, chamado “A mulher e o espaço público”. Nele, algumas das autoras das dissertações e teses levantadas publicaram artigos, assim como historiadoras brasileiras e estrangeiras. Além disso, no período, foram publicados livros de diferentes historiadores tratando do tema, como o livro *As mulheres, o poder e a família - São Paulo, século XIX* de Eni de Mesquita Samara, *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*, de Luciano Figueiredo, *Mulheres, adúlteros e padres*, organizado por Lana Lage da Gama Lima, *Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890- 1920*, de Rachel Soihet e *Meninas Perdidas os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, de Martha de Abreu Esteves. À exceção dos livros de Luciano Figueiredo e Lana Lage G. Lima, os demais são provenientes das pesquisas de pós-graduação das autoras.

À época também foram feitas reedições de livros já publicados sobre o tema e a publicação de textos de historiadores em coletâneas e livros provenientes dos Concursos da FCC. Quer dizer, foi um período em a produção de trabalhos historiográficos sobre a mulher já não era tão escassa. Tratava-se de uma produção que antecedeu e ao mesmo tempo justificou o nome História das Mulheres com que ela viria a ser chamada em parte naquele período, mas sobretudo posteriormente.

Como mencionado no capítulo anterior, desde finais de 1960 e início de 1970, a mulher vinha sendo objeto de pesquisas das Ciências Sociais no Brasil, assim como das Ciências Sociais e História em outros lugares do mundo, notadamente França e Estados

Unidos. Em 1984, historiadoras francesas realizaram um colóquio intitulado *Une histoire des femmes est-elle possible?* dirigido por Michelle Perrot, no qual debateram as pesquisas sobre mulheres que estavam sendo realizadas no país fazia dez anos. Era um evento que propunha balanços e reflexões teóricas sobre os trabalhos empíricos realizados até ali²⁰⁵. Nos Estados Unidos, a revista *The American Historical Review* teve uma edição inteiramente dedicada à *Women's History* em 1984²⁰⁶. Essas foram algumas das publicações de relevo e proposição de sínteses realizadas naquele período nos dois países²⁰⁷.

Diferentes fatores explicam o aumento no número de pesquisas sobre mulheres na pós-graduação em História no Brasil: o aumento e consolidação do sistema de pós-graduação e o conseqüente aumento da quantidade de pessoas que acessavam a pós-graduação²⁰⁸; a importância que o feminismo assumia no debate público brasileiro; assim como a História das Mulheres realizada fora do Brasil²⁰⁹. Foge ao escopo deste trabalho averiguar em que medida cada um desses elementos contribuiu para o aumento identificado, porém partimos do fato de que pesquisas sobre mulheres passaram a ser uma realidade entre as pesquisas de pós-graduação em História, como não eram até então, para na seqüência qualificarmos como isso se deu.

Junto ao aumento de dissertações e teses sobre mulheres, entre 1985 e 1993, é possível notar o começo de algumas repetições de docentes como orientadoras das pesquisas no tema. Quanto aos membros de bancas de qualificação e defesa, também é possível notar repetições em algumas universidades. Algumas docentes foram se tornando mais propícias a orientar e avaliar pesquisas sobre esse assunto. Ainda assim,

²⁰⁵ Algumas apresentações realizadas no evento foram publicadas no livro PERROT, Michelle. *Une histoire des femmes est-elle possible?* Paris, Rivages, 1984. Um resumo dos debates contidos no livro, além de outras publicações sobre a produção da história das mulheres francesa dos anos 70-80, foi publicado no Brasil no artigo LOPES, Eliana Marta Teixeira. *Histoire des femmes: uma revisão bibliográfica. Educação & realidade*, p. 23-32, 1990.

²⁰⁶ *The American Historical Review*. Vol. 89, No. 3, Jun., 1984.

²⁰⁷ Para alguns outros exemplos de proposições de sínteses realizadas no período, cf. LERNER, Gerda. *New Approaches to the Study of Women in American History. Journal of Social History*, Vol. 3, No. 1 (Autumn, 1969), pp. 53-62; LERNER, Gerda. *Placing Women in History: Definitions and Challenges. Feminist Studies*, Vol. 3, No. 1/2 (Autumn, 1975), pp. 5-14; DAVIS, Natalie Zemon. "Women's History" in *Transition: The European Case. Feminist Studies*, Vol. 3, No. 3/4 (Spring - Summer, 1976), pp. 83-103.

²⁰⁸ FICO, Carlos e POLITO Ronald. *A história no Brasil (1980-1989) – elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992. Pp. 31.

²⁰⁹ Produção que estava em circulação em importantes revistas de História internacionais, em revistas temáticas sobre mulheres, gênero ou feminismo que foram criadas no exterior, como a *Penélope*, de História, o *Les Cahiers du GRIF*, interdisciplinar, ambas francesas. Algumas das obras de historiadoras que estudaram mulheres, como Natalie Zemon Davis e Michelle Perrot, também começavam a ser traduzidas para o português.

para a maior parte das pesquisas do período, um único docente orientou apenas uma pesquisa sobre o tema.

Em outras áreas, também é notável o aumento de pesquisas de mestrado e doutorado sobre mulheres e o começo da identificação de certos docentes com a temática a partir de meados dos anos 1980. Em algumas disciplinas, como na Antropologia e Sociologia, isso já vinha acontecendo havia mais tempo, de modo que em 1985, essas disciplinas já dispunham de acadêmicas dedicadas aos temas “mulher e trabalho”, “mulher e família” e “mulher e violência”²¹⁰.

O período recortado neste capítulo foi palco de diferentes iniciativas que visaram transformar a mulher em um objeto de estudos candente. As dissertações e teses de História levantadas são, em parte, produto disso, e elas não vieram sozinhas. Na década de 1980 e início de 1990, foram formados grupos de pesquisa e leitura sobre mulheres, gênero e feminismo, tanto dentro de departamentos de História como interdisciplinares²¹¹; foram realizados encontros de pesquisadores²¹²; foram criadas revistas temáticas sobre mulheres e/ou relações de gênero²¹³; e além dessas iniciativas, havia a possibilidade de financiamento a pesquisas através dos Concursos da FCC²¹⁴ ou diretamente com a FF, no caso de pesquisas ou eventos realizados por equipes²¹⁵.

A partir deste quadro é possível visualizar o adensamento de um espaço de pesquisas sobre mulheres, um período fértil para as e os interessados em fazer pesquisas sobre o assunto. Vejamos como isso se processou nas pesquisas de pós-graduação em História.

²¹⁰ Para os primeiros trabalhos sobre mulheres realizados na Sociologia, cf. capítulo anterior. Maria Valéria Juno Pena e Neuma Aguiar se dedicaram aos estudos sobre mulher e trabalho na Sociologia; Mariza Corrêa, mulher e violência, na Antropologia; e Lia Fukui, mulher e família. Sobre o aumento de mestrados e doutorados, toma-se como exemplo a tabela com a quantidade de mestrados e doutorados sobre mulheres realizadas na FFLCH-USP em Ciências Sociais, História e Letras, in COSTA, BARROSO, SARTI, *Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto*. Cadernos de Pesquisa (54), agosto, 1985. P. 10.

²¹¹ Para um resumo de vinte grupos atuantes em 1991, Cf. BLAY, Eva, *Gênero e Universidade*. Pp. 139 a 176.

²¹² À exemplo do Seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas, um evento interdisciplinar, organizado pela FCC, realizado em 1990, que resultou no livro *Uma questão de gênero*. Assim como o I Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre Relações de Gênero, também interdisciplinar, organizado pelo NEMGE-USP, realizado em 1991, que resultou na publicação. BLAY, Eva, *Gênero e Universidade*, *Op. Cit.*

²¹³ Como a *Revista de Estudos Feministas*, criada em 1993, e a *Cadernos Pagu*, de 1994.

²¹⁴ Cf. Capítulo 2. Durante o período tratado naquele capítulo, 1973 a 1984, foram realizados três concursos: 1º - 1978; 2º - 1980; 3º - 1982; e no período deste capítulo mais três: 4º - 1986; 5º - 1988; 6º - 1991.

²¹⁵ O I Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre Relações de Gênero foi financiado pela Ford, sem passar pela FCC, e alguns núcleos de pesquisa recebiam financiamento direto da instituição, como se pode ver em BLAY, Eva, *Gênero e Universidade*, *op. Cit.*

Dissertações e teses sobre mulheres na História

Entre 1985 e 1993, foram concluídas quarenta dissertações e teses de História que trataram centralmente de mulheres²¹⁶ em meio a um total de 1174 dissertações e teses, representando 3,41% do total de trabalhos²¹⁷. Elas foram realizadas na USP (11 trabalhos ou 27,5% do total de monografias sobre o tema encontradas), PUC/SP (8 trabalhos ou 17,5%), UFF (7 ou 20%), UFPR (3 ou 7,5%), UFRJ (3), PUC/RS (2 ou 5%), UFBA (2) e UNICAMP (2). As monografias foram realizadas sobretudo no Sudeste, reproduzindo em parte a distribuição desigual registrada no conjunto da produção em História²¹⁸.

Entre os orientadores, como mencionado anteriormente, é possível notar algumas repetições. Antonieta Martines Antonacci (PUC/SP) e Rachel Soihet (UFF) orientaram três pesquisas sobre mulheres. Estefânia Knotz Canguçu Fraga (PUC/SP), Fernando Novais (USP), Laima Mesgravis (USP), Margarida de Souza Neves (UFF) e Yara Maria Aun Khoury (PUC/SP) orientaram duas, cada uma. Além deles, alguns dos demais orientadores de apenas uma pesquisa no período, posteriormente tiveram envolvimento com o assunto ou temas correlatos²¹⁹. São eles Eni Samara (USP), Luiz Roberto Mott (UFBA), Maria Stella M. Bresciani (Unicamp), Edgard De Decca (Unicamp) Maria Beatriz Nizza da Silva (USP), Maria Luiza Marcílio (USP), Maria Odila Leite da Silva Dias (USP) e Robert Slenes (Unicamp).

Em relação aos membros de bancas, na maioria dos casos elas/es faziam parte da instituição onde a/o mestrand/a ou doutorando/a fazia a pesquisa, como de praxe, e a depender da IES houve mais ou menos repetição de membros de bancas. Em alguns casos, como na UFF e PUC/SP houve repetições frequentes, indício de que nessas instituições estavam se formando referências no tratamento da temática. Veremos adiante que para o caso da UFF isso procede e da PUC/SP não.

Como visto no capítulo anterior, nos departamentos de História da USP e UFF haviam sido feitas algumas pesquisas esporádicas sobre mulheres na pós-graduação e docentes dessas instituições haviam feito pesquisas e publicações sobre o tema. Ou seja,

²¹⁶ Centralmente pois, como mencionado no capítulo anterior, o critério para inserir a dissertação ou tese no levantamento era conter um dos descritores, *mulher, feminino, gênero* ou derivados, no título.

²¹⁷ O número preciso de dissertações e teses ainda precisa ser verificado. Para chegar a ele, foi usada a base de dados cedida por João Ohara. Essa porcentagem será contrastada com a porcentagem do período seguinte, 1994 a 2000, que será tratado no 3º capítulo.

²¹⁸ Cf. FICO e POLITO, *Op. Cit.* P. 43 a 45.

²¹⁹ Por temas correlatos me refiro à História da família (Samara e Slenes), da sexualidade (Mott), dos de baixo (Bresciani e De Decca) ou de grandes contingentes de população (Marcílio). Dias e Silva pesquisaram mulheres especificamente.

nos cursos de História das duas IES algumas pessoas começavam a se dedicar a estudos sobre mulheres e, no período analisado, a PUC/SP emergiu como um lócus de produção de proporções similares.

A seguir analisamos mais detalhadamente a produção realizada nas três universidades e as redes de relações em que suas autoras estavam inseridas.

Programas de Pós-Graduação em História da USP, UFF e PUC-SP

A USP, UFF e PUC-SP instituíram a pós-graduação em seus cursos de História no início da década de 1970. A primeira oferecia curso de mestrado e doutorado desde a implementação do sistema de pós-graduação, em 1971, e as demais implementaram o doutorado com o passar do tempo. A UFF em 1984 e a PUC-SP em 1990. Segundo Carlos Fico e Ronald Polito, que fizeram um levantamento exaustivo dos mestrados e doutorados em História realizados na década de 1980 e os compararam com a década anterior, os anos 1970 marcaram a implementação da pós-graduação em História no Brasil, e os anos 1980 sua consolidação²²⁰.

A pós-graduação em História teve formatos diferentes em cada uma das três universidades. Na USP, os cursos de mestrado e doutorado podiam ser realizados em duas áreas de concentração, História Econômica e História Social. Na UFF, foram estabelecidas linhas de pesquisa que se alteraram com o tempo e giravam entorno da localidade, do enfoque metodológico²²¹ ou do fenômeno analisado²²². Na PUC-SP, os mestrados também eram divididos em linhas de pesquisa, e, até 1986, havia duas linhas: História e Ideologias no Brasil e História dos Movimentos Sociais no Brasil²²³.

Novamente segundo Fico e Polito, os enfoques metodológicos mais frequentes entre as dissertações e teses de História realizadas na década de 1980 foram, em ordem, a História Social, a História Econômica e a História Política²²⁴. A primeira e terceira eram realizadas nos três programas, e a segunda, História Econômica, sobretudo na USP e UFF.

²²⁰ Cf. FICO e POLITO, *Op. Cit.* p. 31.

²²¹ Optamos pelo termo pois é o termo usado por Fico e Polito. Menos do que uma metodologia específica, compreendemos que se trata de uma abordagem de análise.

²²² As linhas de pesquisa eram: História da América Latina, História dos EUA, História do Brasil, História do México, História Regional do Estado do Rio de Janeiro, História Política da América Latina, História Social, História Social da Industrialização e da Urbanização e, História Social e Econômica da Agricultura. Cf. FICO; POLITO. *Op. Cit.*

²²³ FRAGA, Estefânia K. C. "A experiência com linhas de pesquisa no PPGH PUC-SP". *Projeto História*, São Paulo, vol. 6, pp. 111-116, 1986.

²²⁴ FICO e POLITO, p. 56.

Fico e Polito caracterizam a História Social de maneira bem abrangente, de modo que cabe uma série muito ampla de estudos nessa alcinha, na qual inserem também as pesquisas sobre mulheres²²⁵. Dentre as pesquisas agrupadas como de História Social, mais da metade foi sobre os mundos do trabalho, inclusive algumas das sobre mulheres, como veremos adiante.

Apesar de teoricamente ser possível pesquisar qualquer tema sob qualquer enfoque metodológico, na prática não é assim que a pesquisa se dá, nem tampouco se deu no período analisado. Os programas acabaram tendo perfis específicos, ainda que maleáveis, e muitas vezes se construíram justamente para se demarcarem em relação a outros programas. Veremos que esse foi o caso da Unicamp e UFF, que buscaram se diferenciar da USP. Em muitos casos, as pesquisas sobre mulheres fizeram parte desse investimento.

PUC-SP

Entre 1985 e 1993, foram produzidas oito dissertações de História que trataram de mulheres na PUC-SP, dentre um total de 128 dissertações. Quanto ao tema, elas trataram do cotidiano (2 e 8), educação (3 e 5), trabalho (2, 5, 7 e 8), atuação política (4 e 6) e uma delas, das visões e compreensões de uma viajante inglesa (1)²²⁶. A maioria tratou, portanto, de grupos de “mulheres comuns” e suas formas de vida, ação e organização no mundo social²²⁷. Em relação ao léxico usado anteriormente, todas elas pertenciam à História Social. Seus títulos dão mostras das temáticas encontradas.²²⁸ No quadro abaixo, vê-se a lista de títulos junto às autoras, orientadoras, ano de conclusão e membros de banca.

²²⁵ Cf. FICO e POLITO, p. 56. “Para efeito deste momento da exposição, estamos trabalhando com um conceito amplo de História Social, que engloba estudos sobre estrutura social, condições de vida de determinados grupos sociais, movimentos sociais, cotidiano, artes, literatura, família, mulheres, crianças, sexualidade, mentalidades, temas que perpassam aproximadamente 150 trabalhos. Neste grupo, ao menos metade dos estudos gira em torno do movimento operário, grupos de trabalhadores, sindicatos e mundo do trabalho. Entre pesquisas com temáticas novas, os números mais expressivos são das que tratam do cotidiano, da mulher, da família e da doença.”

²²⁶ O número entre parênteses se refere a numeração no quadro.

²²⁷ Estamos chamando de “mulheres comuns”, mulheres pobres ou subalternizadas. Havia diferentes maneiras de se dirigir as camadas desprivilegiadas na historiografia do período. Ciro F. Cardoso fala em “homens comuns”, no Prefácio ao livro de Rachel Soihet; Sidney Chalhoub e Martha Abreu Esteves usam o termo “populares”, entre outros.

²²⁸ Para chegar às temáticas dos trabalhos consultamos também seus resumos, disponíveis na coletânea CAPELATO, M. H. R. (Coord.) *Produção Histórica no Brasil (1985-1993): catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história*. 3 vols. São Paulo: xamã, 1995.

Quadro 1 - Dissertações sobre mulheres defendidas no PPGH PUC-SP (1985-1993)

	Ano	IES	Grau	Autor	Título	Orientador	Banca 1	Banca 2
1	1987	PUC/SP	M ²²⁹	Laura Burman	Os cadernos de viagem de Maria Graham. A visão de um novo Império	Estefânia Knotz Cangaçu Fraga	Elias Thomé Saliba	
2	1991	PUC/SP	M	Cristina Scheibe Wolff	As mulheres da colônia Blumenau - cotidiano e trabalho (1850-1900)	Déa Ribeiro Fenelon	Estefania Knotz Cangaçu Fraga	
3	1991	PUC/SP	M	Maria Cândida Delgado Reis	Tessitura de destinos (Mulher e educação, São Paulo 1910/20/30)	Maria Antonieta Martines Antonacci	Miriam Lifchitz Moreira Leite	Déa Ribeiro Fenelon
4	1992	PUC/SP	M	Maria Bueno Bastos	Outras palavras, outras imagens - movimentos feministas na cidade de São Paulo nos anos 70/80	Maria Antonieta Martines Antonacci	Yara Maria Aun Khoury	
5	1992	PUC/SP	M	Sueli Tereza de Oliveira	Uma colmeia gigantesca: escola profissional feminina - 1919/20/30	Maria Antonieta Martines Antonacci	-	
6	1992	PUC/SP	M	Lygia Pracchia	Os libertários e os caminhos da emancipação feminina. São Paulo/Rio de Janeiro - 1900/1930	Yara Maria Aun Khoury	Maria Antonieta Martines Antonacci	Leda Maria Pereira Rodrigues
7	1993	PUC/SP	M	Dolores Pereira Ribeiro Campos	Mulher e família na trajetória dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo - 1970/1980	Estefânia Knotz Cangaçu Fraga	Maria Antonieta Martines Antonacci	Maria Izilda Santos de Matos

²²⁹ M para mestrado e D, doutorado.

8				Memória e oralidade: mulheres negras no Bixiga - São Paulo		Maria Antonieta Martines Antonacci	Leda Maria Pereira Rodrigues
1993	PUC/SP	M	Deborah Silva Santos	1930/40/50	Yara Maria Aun Khoury		

Como se vê no quadro, as oito dissertações foram orientadas por quatro docentes. No período, quinze docentes orientavam o conjunto de pesquisas em curso²³⁰. Entre as orientadoras das dissertações listadas, Maria Antonieta Martines Antonacci, Yara Maria Aun Khoury e Estefânia Knotz Canguçu Fraga orientaram mais de uma pesquisa. Elas orientaram três, duas e duas, respectivamente. Entre os membros de bancas, vê-se que Maria Antonieta Martines Antonacci foi a mais frequente, participando de três bancas. Desse modo, Antonacci esteve presente em seis das oito dissertações defendidas sobre o tema. Yara Maria Aun Khoury e Estefânia Knotz Canguçu Fraga participaram, cada uma, de uma banca, e Leda Rodrigues, que, anteriormente havia preparado uma tese sobre mulher e educação, e fora orientadora de Khoury e Fraga, participou de duas bancas²³¹.

Estefânia Knotz Canguçu Fraga e Leda Rodrigues foram também as historiadoras que mais orientaram dissertações no período no programa de História da PUC-SP. A primeira orientou 16,41% e, a segunda, 20,31% do total de trabalhos concluídos. Maria Antonieta Martines Antonacci orientou dez trabalhos no período. Ou seja, parte substancial das suas orientações até então foi sobre mulheres.

Além delas, participaram das bancas de defesa, Miriam L. Moreira Leite, tratada no capítulo anterior então como doutoranda, Maria Izilda Santos de Matos e um único historiador homem, Elias Thomé Saliba. Os dois últimos eram professores da PUC/SP na

²³⁰ São eles: Déa Ribeiro Fenelon (que orientou 11,72% dissertações do período), Elias Thomé Saliba (9,38%), Estefânia Knotz Canguçu Fraga (16,41%), Helena Fanganiello (0,78%), Holien Gonçalves Bezerra (12,5%), José Claudio Barriguelli (0,78%), Josildeth Gomes Consorte (1,56%), Leda Maria Pereira Rodrigues (20,31%), Marcia Barbosa Mansor D'Alessio (7,81%), Maria Antonieta Martines Antonacci (7,81%), Maria de Lourdes Monaco Janotti (0,78%), Maria Inez Machado Borges Pinto (2,34%), Maria Izilda dos Santos Matos (0,78%), Yara Maria Aun Khoury (3,91%), Yvone Dias Avelino (7,81%). Informações retiradas dos dados de OHARA, João Rodolfo Munhoz (org.). Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da Área de História. *Op. Cit.*

²³¹ Estefânia Knotz Canguçu fez doutorado (1967) sob orientação de Leda Maria Pereira Rodrigues, ainda no sistema de cátedras. Yara Maria Aun Khoury fez mestrado (1978) com a mesma docente e doutorado na Sociologia da USP (1989). Maria Antonieta Martines Antonacci se formou na graduação na UFRGS em 1969, fez mestrado (1978) e doutorado (1986) em História Econômica na USP sob orientação de Maria Thereza Schorer Petrone.

ocasião. Ambos fizeram doutorado na USP, Matos em História Econômica e Saliba em História Social.

Elias Thomé Saliba fez o doutorado com orientação de Maria Odila Leite da Silva Dias quando ela estava preparando a tese de livre-docência, que se tornou o já mencionado livro *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. O estudo de Saliba foi sobre outro dos temas pesquisados pela historiadora, sobre o qual ela se especializou antes de estudar as mulheres pobres na ordem urbana: as ideias liberais²³².

Maria Izilda Santos de Matos era mais jovem do que os demais em termos de formação em História. Concluiu a graduação em 1978 e o doutorado em 1991. Seu doutorado foi orientado por José Jobson de Arruda Andrade e teve como título “Trama e poder: um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café 1888-1934”. À primeira vista não relacionado às *mulheres*, o trabalho tratou delas uma vez que foram parte significativa do operariado da indústria de tecidos para o ensacamento do café. A autora fez uma análise dessa indústria sob diferentes aspectos, entre eles, as condições de trabalho e moradia de mulheres e meninas que prestaram serviços à indústria²³³.

Maria Izilda Santos de Matos se tornou professora da PUC-SP em 1987 e em 1992 fundou junto a algumas colegas o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM-PUC-SP). A partir de então, seu nome passou a se tornar frequente entre as pesquisas de História sobre mulheres realizadas no Brasil, através de artigos, livros e cursos que ela e o Núcleo ofereceram²³⁴.

A despeito da participação de Maria A. M. Antonacci, Yara A. Khoury e Estefânia K. C. Fraga como orientadoras e avaliadoras de pesquisas sobre mulheres realizadas entre 1984 e 1993, elas não fizeram pesquisas próprias sobre o tema, nem tampouco se associaram ao NEM. As três contribuíram para a realização de estudos sobre mulheres, mas não foram elas mesmas promotoras deles. A exceção é Leda Maria Rodrigues, que como mencionado fez uma tese sobre o assunto intitulada *A instrução feminina em São Paulo: subsídios para sua história até a Proclamação da República*, mas não continuou

²³² Título da tese: *Ideologia Liberal e Oligarquia Paulista: a atuação e as idéias de Cincinato Braga, 1890-1932*. Foi defendida em 1982.

²³³ A tese tratou da organização, funcionamento, perfil do operariado e as polêmicas em torno da indústria de sacaria para o café que mobilizaram diferentes setores sociais em fins do século XIX e começo do XX. Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e poder: um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café - São Paulo: 1888-1934*. Brasília: CNI: SESI, Dep. Nacional, 1994.

²³⁴ Desde 1991, o NEM-PUC/SP vinha oferecendo cursos na PUC, em órgãos públicos e diferentes em associações. Uma delas foi a ANPUH, na qual ofereceram cursos nos SNHs de 1993, 1994 e 1995. Cf. MATOS, Maria Izilda dos Santos, “A procura de outras experiências NEM-PUC-SP”, *Op. Cit.*

publicando sobre o tema e tampouco foi um livro muito revisitado por historiadoras subsequentes²³⁵.

A tese de Matos foi publicada em 1994 após ser premiada pelo concurso SESI-CNI. Ela foi resenhada pela historiadora Etelvina Maria de Castro Trindade, que também defendeu uma tese sobre mulheres²³⁶, na revista do PPGH da PUC-SP, a *Projeto História*. A resenha foi muito elogiosa e recupera as diferentes vias de análise empregadas pela autora, a via econômica, política e social. No que tange às mulheres, Etelvina Trindade afirmou que a tese "revela um filão muito rico para a História das Mulheres"²³⁷. Quer dizer, em 1992 já se tratava de um nome em uso, História das Mulheres, e o trabalho foi identificado como parte dela por uma historiadora que também fez uma tese sobre o assunto.

Além delas, a professora e historiadora Déa Ribeiro Felon orientou uma das dissertações listadas. Formada (1961) e doutorada (1973, ainda no antigo regime) em História pela UFMG, Felon já havia sido professora do departamento de História da UNB (1970-1972), da UNIMEP (1973-1975), da UNICAMP (1975-1986) e era, então, professora da PUC-SP (onde ficou de 1984 a 2005)²³⁸.

Considerada uma das introdutoras dos trabalhos de Edward Palmer Thompson na historiografia brasileira²³⁹, Felon orientou a tese de Cristina Scheibe Wolff, *As mulheres da colônia Blumenau - cotidiano e trabalho (1850-1900)*. A autora fez sua graduação em História na UFSC, e, no período, se encontrava em São Paulo junto a outras colegas daquela universidade na casa que chamavam de "república catarinense em São Paulo"²⁴⁰. Entre suas colegas estavam, Joana Maria Pedro, que fazia o doutorado sob orientação da Maria Odila Leita da Silva Dias na USP, e pesquisadoras de outras áreas.

²³⁵ Cf. Pp. 47-48.

²³⁶ *Clotildes ou Marias – Mulheres de Curitiba na Primeira República*, tese defendida em História Social na USP, em 1992.

²³⁷ *Ibidem*, p. 259.

²³⁸ Informações retiradas da página da autora no Catálogo de Teses e Dissertações da Área de História. OHARA, João Rodolfo Munhoz (org.). Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da Área de História. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/375>.

²³⁹ Cf. RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980*. 2014. 543 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, 2014, p.223-224: "A divulgação do materialismo thompsoniano entre os historiadores brasileiros foi resultado do esforço de alguns professores/pesquisadores ditos 'renovadores' como, por exemplo, Déa Ribeiro Felon, docente do departamento de História da UNICAMP entre 1975 e 1986 e, a partir de 1984, do departamento de História da PUC-SP; muito lembrada como 'uma das responsáveis pela introdução dos estudos de Edward Thompson em nosso país'".

²⁴⁰ Entrevista concedida por Joana Maria Pedro e agradecimento contido em PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. 2. Ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1998. Pp. 16.

Todas elas estudavam mulheres e – então começou a ser usado o termo – gênero. Elas realizavam também um grupo de leituras sobre o tema, onde leram, sob as indicações Silva Dias, E. P. Thompson, Joan Scott entre outros, como lembra Joana Maria Pedro. Depois do mestrado, Cristina Scheibe Wolff fez doutorado na USP, sob a orientação de Maria Odila L. S. Dias, também sobre mulheres, e posteriormente se tornou professora da UFSC. Lá, ela e algumas das colegas com quem dividiu apartamento e leituras em São Paulo formaram um laboratório de estudos de gênero e História.

Em 1992, foi realizado o encontro “Mulher e Educação” na PUC-SP. Dois anos depois, a *Projeto História*, revista do Programa de Pós-Graduação em História da instituição, publicou um volume com o mesmo título reunindo as apresentações e discussões realizadas no evento. O número da revista foi dividido em quatro partes. A primeira continha discussões conceituais e metodológicas e foi intitulada “Enfoques e abordagens”. As demais reuniram as comunicações de pesquisas realizadas e foram distribuídas em três sessões: “Idealizações de mulheres, modelos de educação”, “As professoras: o fazer-se de um ofício” e “Leituras e leitoras: a mulher em textos”. A primeira parte contou com textos das pesquisadoras da Educação, Fúlvia Rosenberg (FCC), Eliane Marta Teixeira Lopes (UFMG) e Guacira Lopes Louro (UFRGS). As três pesquisavam gênero e educação e a terceira foi a tradutora do texto *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, na primeira versão do texto publicada em português. Nas demais sessões do volume algumas das autoras de dissertações realizadas no Programa de História publicaram artigos, notadamente as que fizeram pesquisas sobre educação: Maria Cândido Delgado Reis, Sueli Tereza de Oliveira e Lygia Pracchia.

A despeito dessa edição da revista e de uma produção de estudos sobre mulheres nada desprezível na pós-graduação da PUC-SP em termos de quantidade e de algumas historiadoras serem mais requisitadas para orientarem e avaliarem pesquisas sobre a temática, no período ainda não havia um conjunto de historiadoras identificadas como especialistas sobre o tema. Isso só ocorreria posteriormente, com o estabelecimento do NEM e a realização de eventos e pesquisas chanceladas pelo Núcleo. Entre as dissertações levantadas, a mulher não era o único ponto comum, elas também tratavam dos oprimidos, seus cotidianos e representações, e ainda, da vida urbana. Como nos trabalhos analisados no capítulo anterior, neste conjunto a mulher era mais um entre outros temas afins, temas que então se afunilavam em torno dos estudos dos “de baixo”, como eram chamados.

USP

Como visto no capítulo anterior, na História da USP já haviam sido feitas duas pesquisas de pós-graduação sobre mulheres em 1985, a dissertação de Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890/1920)*, de 1977, e a tese de Miriam Lifchitz Moreira Leite, publicada pela editora Ática em 1984 sob o título de *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. Além delas, Maria Odila Leite da Silva Dias havia publicado sua tese de livre-docência *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* e Eni de Mesquita Samara teve sua tese de doutorado publicada em 1989 sob o título de *As mulheres, o poder e a família – São Paulo, Século XIX*, acrescentando o termo mulheres ao título e dando destaque a essa parte da pesquisa²⁴¹.

Entre 1985 e 1992, foram concluídas onze monografias sobre mulheres na pós-graduação em História da USP, dentre um total de 305 monografias, representando 3,61% das produções dos dois programas da disciplina. Proporcionalmente, foi uma quantidade menor do que a produzida na PUC-SP. As dissertações e teses foram dispostas no quadro abaixo.

**Quadro 2 - Dissertações sobre mulheres defendidas no PPGHE e PPGHS USP
(1985-1993)**

	Ano	IES	Grau	Autor	Título	Orientador	Membros da banca
1	1986	USP	D	Rachel Soihet	Vivências e formas de violência: mulher de classe subalterna no Rio de Janeiro, 1890-1920	Laima Mesgravis	Miriam Lifchitz Moreira Leite, Ismênia Martins, Anita Novinsky e Maria Yedda Linhares
2	1988	USP	D	Orlando Fideli	Elementos Esotéricos e cabalísticos nas visões de Anna Katharina Emmerick	Victor Deodato da Silva	Jonatas Batista Neto, João Paulo Gomes Monteiro, Ivone Marques Dias e Augustin Wernet

²⁴¹ Por não conter nenhum dos descritores no título ou resumo da tese, apenas na versão publicada em livro, ela não consta no nosso levantamento. “As mulheres, o poder e a família” é o título da parte II da tese.

3	1989	USP	D	Ivan Aparecido Manoel	Igreja e educação feminina: os colégios das irmãs de São José de Chamberry, 1859- 1919	Augustin Wernet	Flávio Luizetto, Celestino Alves da Silva Júnior, Nanci Leonzo, Laima Mesgravis
4	1990	USP	D	Mary Del Priore	Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia	Maria Luiza Marcílio	Miriam Lifchitz Moreira Leite, Fernando Novais, Hilário Franco Jr e Ronaldo Vainfas
5	1991	USP	M	Vera Lúcia Puga de Souza	Entre o bem e o mal: educação e sexualidade nos anos 60 - Triângulo Mineiro	Eni de Mesquita Samara	Maria Cecília Cortez Christiano de Souza e Maria Thereza Schorer Petrone
6	1991	USP	D	Sandra Lúcia Lopes Lima	Espelho de mulher: Revista Feminina, 1916-1925	Ulysses Telles Guariba Neto	Caio Navarro de Toledo, Dulcilia Helena Schoroeder Buitoni, Laima Mesgravis, Marcos Antonio da Silva
7	1991	USP	D	Lana Lage da Gama Lima	A Confissão pelo Averso: O Crime de Solicitação no Brasil Colonial	Fernando Antonio Novais	Luiz Mott, Caio César Boschi, Laura de Mello e Souza, e Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota
8	1992	USP	M	Carla Silva Beozzo Bassanezi	Virando as páginas, revendo as mulheres: relações homem-mulher e revistas femininas, 1945-1964	Laima Mesgravis	Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura e Mariza Corrêa
9	1992	USP	D	Leila Mezan Algranti	Honradas e devotas: mulheres da colônia: (estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do Sudoeste, 1750-1822)	Fernando Antonio Novais	Caio Cesar Boschi, José Roberto do Amaral Lapa, Miriam Lifchitz Moreira Leite e Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota
10	1992	USP	D	Joana Maria Pedro	Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Papeis	Maria Odila Leite da Silva Dias	Walter Franco Piazza, Heloísa Buarque de Holanda, Maria Inez

					sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis - 1880-1920		Machado Borges Pinto e Miriam Lifchitz Moreira Leite
11	1992	USP	D	Etelvina Maria de Castro Trindade	Clotildes ou Marias - Mulheres de Curitiba na Primeira República	Maria Beatriz Marques Nizza da Silva	Maria Izilda Santos de Matos, Cecília Westphalen, Ana Maria de Almeida Camargo e Augustin Wernet

Agrupando as monografias por tema, vê-se que os trabalhos trataram de mulheres no âmbito do cotidiano (1, 4, 10) educação (3, 5), religião (2, 3, 7, 9), representações de e sobre a mulher (4, 5, 6, 8, 11) violência e criminalidade (1, 7), e, vivências de mulheres, em geral relacionadas às classes sociais a que pertenciam (1, 4, 5, 10, 11). Diferente do caso da PUC/SP, na USP as “mulheres comuns” não foram os grupos privilegiados de análise da maior parte dos estudos.

Entre as orientadoras e os orientadores listados houve apenas duas repetições: Laima Mesgravis, que orientou duas pesquisas no período e já havia orientado duas outras anteriormente²⁴² e Fernando Novais, que orientou outras duas. Além disso, historiadoras que começavam a trabalhar mais diretamente com pesquisas sobre mulheres, como Maria Odila Leite da Silva Dias²⁴³, Eni de Mesquita Samara²⁴⁴, Maria Luiza Marcílio e Maria Beatriz Nizza da Silva²⁴⁵ orientaram cada uma, uma pesquisa.

Entre os quarenta membros das bancas, a única pessoa que esteve em mais de duas bancas foi Miriam Lifchitz Moreira Leite, que participou de quatro e não era docente de nenhuma instituição. Participaram de duas bancas apenas Laima Mesgravis, Augustin

²⁴² Cf. Capítulo 2.

²⁴³ Em 1992 já havia feito a livre docência, publicado os artigos DIAS, M. O. L. S. “Mulheres sem História”, *Revista de História*, N. 114 (1983); DIAS, M. O. L. S. “Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano”. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. (orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992; já tinha participado de concursos da FCC e desde 1984 era consultora da Ford na FCC.

²⁴⁴ Em 1991, Eni já tinha publicado um balanço sobre mulheres, já tinha feito a edição da RBH sobre família, devia estar preparando a livre-docência que defendeu em 1994, *Feminismo, cidadania e trabalho: o Brasil e o contexto latino-americano nos séculos XVIII e XIX*.

²⁴⁵ Em 1992, Maria Beatriz Nizza da Silva já tinha publicado um capítulo no livro *Vivência*, resultado de concurso da FCC; o capítulo A imagem da concubina no Brasil Colonial: ilegitimidade e herança, na Coletânea *Rebeldia e Submissão*, resultado de um dos concursos da FCC.

Wernet, Caio Cesar Boschi e Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota. Esses três últimos não tiveram maiores aproximações com a temática.

Miriam L. M. Leite não era docente do Departamento de História, ainda assim foi chamada com regularidade para avaliar pesquisas de mestrado e doutorado, inclusive uma na PUC-SP, como mencionado anteriormente. Além do doutorado, a historiadora havia feito outras pesquisas e publicações sobre mulheres²⁴⁶, se tornou membro do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da USP (NEMGE-USP), coordenado pela socióloga Eva Blay, e auxiliou diferentes pesquisas promovidas pelo Coletivo de Mulheres da FCC, desde o início dos Concursos de Dotações para Pesquisas sobre a Mulher Brasileira²⁴⁷.

Laima Mesgravis era menos conhecida por trabalhos especificamente sobre mulheres, e mais conhecida por trabalhos sobre instituições coloniais que tinham como público-alvo, em grande parte, mulheres: as Santas Casas de Misericórdia, as Roda dos Expostos e, de maneira geral, a assistência social no Brasil²⁴⁸. Nos agradecimentos do livro de Eni de Mesquita Samara, resultado de sua pesquisa de doutorado, a autora agradeceu Laima Mesgravis em especial, pois dividiu parte da organização e sistematização de uma grande série documental usada no trabalho com a professora. Para ela, Mesgravis tinha muito material para se esmiuçar o passado de mulheres no período colonial no Brasil.

É digno de nota que na listagem do quadro acima há uma maioria de mulheres tanto entre as autoras, os membros de bancas e os orientadores (apesar de a diferença ser pequena nesse quesito: 6 mulheres e 5 homens). Entre os quarenta docentes membros de bancas, vinte e seis (65%) eram mulheres.

Dentre as onze monografias listadas acima, seis foram publicadas: a tese de Rachel Soihet, *Condição feminina e forma de violência* (Forense Universitária, 1989); de Mary del Priore, *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia* (José Olympio e Edunb, 1993); de Leila Mezan Algranti, *Honradas e devotas: mulheres da colônia – Condição feminina nos conventos e recolhimentos do*

²⁴⁶ A exemplo de LEITE, M. L. M. *A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec; EDUSP; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. (Estudos Históricos; 4); LEITE, M. L. M. “Maria Lacerda de Moura: imagem e reflexo. In. BARROSO, Carmen, coord. *Mulher, mulheres*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/ Cortez & Moraes, 1983; LEITE, M. L. M. “A dupla documentação sobre mulheres nos livros das viajantes”. In. FCC. *Vivência (História, sexualidade e imagens femininas)*, 1980. Pp. 195-226.

²⁴⁷ Como por exemplo a sessão “História” da *Bibliografia Anotada – Mulher Brasileira*, de 1979.

²⁴⁸ Cf. Capítulo 1.

Sudoeste do Brasil, 1750-1822 (José Olympio e Edunb, 1993); de Joana Maria Pedro, *Mulheres honestas e mulheres faladas* (Ed. Da UFSC, 1994); de Carla Silva Beozzo Bassanezi, *Virando as páginas, revendo as mulheres: relações homem-mulher e revistas femininas, 1945-1964* (Civilização Brasileira, 1996); e de Etelvina Maria de Castro Trindade, *Clotildes ou Marias: Mulheres de Curitiba na Primeira República* (Fundação Cultural, 1996).

A maioria das autoras cujas teses foram publicadas, já eram ou se tornaram docentes universitárias durante o período da pesquisa²⁴⁹. Esse é o caso de Rachel Soihet, então docente da UFF; Mary del Priore, da USP²⁵⁰; Leila Mezan Algranti, da Unicamp²⁵¹; Joana Maria Pedro, da UFSC²⁵²; Etelvina Maria de Castro Trindade, da UFPR²⁵³ e, ainda, Vera Lúcia Puga de Souza, da UFU²⁵⁴, cuja dissertação não foi publicada na íntegra.

À exceção de Mary Del Priore e Leila Algranti, todas se formaram em universidades que não a USP, fizeram o doutorado na USP, e depois voltaram para ser docentes em suas universidades de origem ou próximas. É o caso de Rachel Soihet (origem e destino: UFF), Lana Lage da Gama Lima (origem: UFRJ, destino: UFF), Joana Maria Pedro (origem e destino: UFSC), Etelvina Maria de Castro Trindade (origem e destino: UFPR), Vera Lúcia Puga (origem: UnB; mestrado e doutorado: USP; destino: UFU).

No período, a USP era uma das poucas universidades que oferecia cursos de mestrado e doutorado em História, ainda que o número de instituições tivesse aumentado dos anos 1970 até aquele momento. Por esse motivo, muitos historiadores iam fazer seus doutorados na instituição e retornavam às universidades em que trabalhavam. Não se formou na USP, pelo menos naqueles anos, um grupo de historiadoras dedicadas ao

²⁴⁹ Algumas delas inclusive tiveram suas teses publicadas pelas editoras de suas universidades.

²⁵⁰ Ela ministrava disciplinas para a graduação em História desde 1989, segundo consta em seu currículo lattes. CNPQ. Currículo do sistema de Currículos Lattes. Informações sobre Mary Lucy Murray Del Priore. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2135122024867878>. Acesso em: 16/08/2021.

²⁵¹ Desde 1990 exercia cargos na Graduação de História do IFCH, Unicamp. CNPQ. Currículo do sistema de Currículos Lattes. Informações sobre Leila Mezan Algranti. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9930201761518093>. Acesso em: 16/08/2021.

²⁵² Professora da UFSC desde 1983. CNPQ. Currículo do sistema de Currículos Lattes. Informações sobre Joana Maria Pedro. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0818383116633579>. Acesso em: 16/08/2021.

²⁵³ Era professora da UFPR desde 1980. CNPQ. Currículo do sistema de Currículos Lattes. Informações sobre Etelvina Maria de Castro Trindade. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1966302105908347>. Acesso em: 16/08/2021.

²⁵⁴ Vera Lúcia Puga já era professora da UFU quando começou o mestrado na USP, em 1986, sob orientação de Eni de Mesquita Samara (depois fez o doutorado com a mesma orientadora, de 1993 a 1998). Ela foi uma das fundadoras e primeira coordenadora da revista Caderno Espaço Feminino, vinculada ao Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), do Instituto de História da UFU, cujo primeiro número saiu em 1994, quando ela ainda estava no doutorado.

estudo de mulheres, condição feminina – como se vê em muitos títulos –, relações de gênero – um termo que começava a circular – ou similares.

Isso quer dizer que, embora os cursos de pós-graduação em História da USP reunissem a maior quantidade de dissertações e teses sobre mulheres num primeiro momento, lá não foi criado um espaço específico em que fossem debatidos e desenvolvidos estudos sobre o tema, como foi o caso em outras universidades. O Núcleo de Estudos de Gênero, NEGUEM, da Universidade Federal de Uberlândia, foi um exemplo disso. O Núcleo foi criado em 1992, ligado ao Centro de Documentação e Pesquisa em História (Cdhis) do Instituto de História da universidade, e Vera Lúcia Puga de Souza, autora de uma das dissertações, foi uma das fundadoras.

Na Unicamp também houve a criação de um Centro de Estudos de Gênero, o PAGU, em 1990. Formalmente vinculado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, o Centro era sobretudo interdisciplinar. Na UFSC e USP, existiam Núcleos de estudos de gênero, o NEG e NEMGE, respectivamente, mas no início dos anos 1990, eles tinham pouca ou nenhuma participação de historiadoras²⁵⁵.

O doutorado na USP foi, assim, uma etapa formativa para algumas historiadoras de outras instituições. Elas estavam enredadas em relações em suas próprias universidades e essas relações foram evidenciadas nos agradecimentos de seus trabalhos, assim como em Prefácios assinados por terceiros, quando havia. Esse é o caso do livro de Rachel Soihet, prefaciado por Ciro Flamarion Cardoso (UFF) e de Etelvina de Castro Trindade, prefaciado por Oksana Boruszenko (Diretora do Patrimônio Histórico Cultural no Paraná, e professora da UFPR). No caso de Joana Maria Pedro, quem escreveu o Prefácio foi sua orientadora da USP, Maria Odila Leite da Silva Dias, autora em franca consolidação como uma especialista em estudos sobre *mulheres*, como sua presença na FCC desde 1984 e as então já frequentes palestras que proferiu sobre o tema, atestam²⁵⁶.

O Prefácio ao livro de Rachel Soihet é particularmente interessante e revelador. Ciro Flamarion Cardoso, um conhecido e importante historiador marxista da UFF, elogiou o livro de uma maneira peculiar. Ele associou a obra à tendência então em voga da “Nova História” francesa, que ele mesmo caracterizou de “politicamente

²⁵⁵ A única historiadora participante do NEMGE-USP, foi Miriam M. Leite. Na UFSC, essa realidade logo se alteraria, com a volta de Joana Maria Pedro e entrada de Cristina Scheibe Wolff como professoras da instituição.

²⁵⁶ Currículo Vitae de Maria Odila Leite da Silva Dias, disponível no CAPH-FFLCH-USP.

reacionária”²⁵⁷. Depois de enfatizar como a tendência era perigosa politicamente, o historiador sublinhou as qualidades do trabalho de Soihet: a obra recuperou o que havia de valioso na então nova tendência, a ampliação temática e de abordagem, sem aderir ao reacionarismo ou a uma análise de um pedaço apartado do todo. Cardoso a elogiou por fazer uso de “sólida documentação (...) trabalhada de forma racional, crítica e rigorosa”. Além disso, ele a elogiou por uma segunda e não menos importante razão:

“o livro se insere harmonicamente na vivência da autora, em sua luta – que é política, intelectual, social, mas também pessoal. Rachel reivindica, com razão, o direito de partir dos interesses do presente, em especial da sua preocupação com as mulheres pobres brasileiras de nossos dias e sua difícil situação. Mas ela parte igualmente de sua própria condição de mulher, consciente da violência, dos estereótipos, da discriminação, da injustiça, aspectos que continuam marcando, e muito, o cotidiano das mulheres brasileiras de todas as classes sociais; consciente de tudo isso, mas inconformada e militante. É isso que lhe permite acompanhar com sagacidade, seriedade acadêmica, mas também com boa dose de paixão, as trajetórias de outras mulheres que, num Rio de Janeiro de outra época, também souberam dizer não”²⁵⁸.

Para Cardoso a relevância social da obra derivava da combinação entre uma análise rigorosa e o compromisso político da autora com as mulheres das classes oprimidas. Ele deixa bem claro seu desconforto com análises que “insistem no inconsciente coletivo, no ritual, na festa, na ‘sociabilidade vivida’” como é o caso de algumas das monografias listadas, segundo ele, “como meios de desvalorizar como objeto histórico as classes sociais e suas lutas, e as totalidades do social”²⁵⁹. Aqui está presente uma tensão que com frequência animou os debates a respeito dos estudos sobre mulheres e gênero que começavam a ser feitos: o tratamento do particular *versus* o geral, a precedência ou não de classe a gênero, como critérios estruturantes do mundo social. No período, essas dimensões de análise conviveram, não sem disputas, como o trecho revela.

²⁵⁷ CARDOSO, Ciro F. Prefácio. In. SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres na ordem urbana, 19890-1920*, p. IX.

²⁵⁸ *Idem*, p. X.

²⁵⁹ *Idem*, p. IX.

Posteriormente, o discurso das produtoras de estudos sobre *mulheres* e gênero, da então já nomeada e identificada História das Mulheres, convergiram para enfatizar como o marxismo secundarizou a dimensão de gênero.

O Prefácio da tese da Soihet foi escrito por Ciro F. Cardoso e a orelha por Sidney Chalhoub, então doutorando e docente da UNICAMP. Há, assim, uma associação manifesta da autora à historiografia produzida na UFF e UNICAMP ao invés da USP.

Com este livro, a historiadora selava seu vínculo com o tema das mulheres e, assim como ela, outras autoras de trabalhos realizados na USP se tornaram referências nos estudos sobre mulheres e História, a partir da publicação de suas teses em livros. Como visto anteriormente, na maior parte dos casos essas historiadoras já eram docentes e boa parte delas não estudou na USP antes do doutorado, estavam ali para obter o título e voltar para a IES em que trabalhavam. Poucas delas se envolveram nas redes de relações daquele departamento.

Nesta IES a mulher começava a se autonomizar como tema de estudos, mas ainda não era uma agenda de pesquisa unitária, atravessava agendas e vertentes de pesquisa diversas. A História das Mulheres não era uma área plenamente definida, mas já difusa em função das novas pesquisas e da consolidação da área internacionalmente. Assim, algumas historiadoras da IES, com destaque para Miriam Lifchitz Moreira Leite e Maria Odila Leite da Silva Dias, começavam a ser associadas a ela. A primeira, como vimos, participou de quatro bancas mesmo não sendo docente, fez diversas publicações sobre mulheres e participou do NEMGE. A segunda, tratada em menor medida no capítulo por não aparecer como orientadora ou avaliadora de mais de uma pesquisa de História, representava a disciplina na FCC, fazia parte da Comissão Avaliadora dos Concursos da Fundação e era membro da Comissão Editorial da Revista Estudos Feministas desde seus primeiros números.

UFF

Entre 1985 e 1993 foram realizadas sete dissertações de mestrado sobre mulheres na UFF, de um total de 118 dissertações e teses, representando assim, 5,93% dos trabalhos do programa de pós-graduação. Uma porcentagem maior do que nos dois outros programas. Como mencionado anteriormente, o doutorado em História na UFF foi

habilitado em 1984 e as primeiras teses da instituição datam de 1989 e 1990. Segue abaixo o quadro de dissertações referidas.

Quadro 3 - Dissertações sobre mulheres defendidas no PPGH UFF (1985-1993)

	Ano	IES	Grau	Autor	Título	Orientador	Banca 1	Banca 2
1	1985	UFF	M	Magali Engel Vainfas	Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro - 1845 a 1890	Margarida de Souza Neves	Francisco José Calazans Falcon	Ciro Flamarion Santana Cardoso
2	1987	UFF	M	Martha de Abreu Esteves	Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque	Robert Wayne Slenes	Margarida de Souza Neves	Rachel Soihet
3	1989	UFF	M	Sylvia Maria da Costa	Ego e o outro: uma apreensão do corpo; o masculino e o feminino no discurso médico produzido nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro - 1838-1887	Vânia Leite Fróes	Almir Chaiban El-Kareh	Rachel Soihet
4	1989	UFF	M	Maria Paula Nascimento Araújo	Um mundo ao avesso: um ensaio sobre a cultura popular e a condição feminina no Rio de Janeiro da virada do século XIX	Rachel Soihet	Margarida de Souza Neves	Ciro Flamarion Santana Cardoso
5	1990	UFF	M	Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi	Mulher, ofício e missão, os mundos do feminino nos romances de Machado de Assis e Aluísio de Azevedo	Margarida de Souza Neves	Rachel Soihet	Ilmar Rohloff de Mattos
6	1993	UFF	M	Sonia Regina Rebel de Araújo	O colégio de Nossa Senhora das Dores e a formação do magistério feminino em Nova Friburgo (1940-1943)	Rachel Soihet	Angela Maria de Castro Gomes	Vânia Leite Fróes

7				Juçara Luzia Leite	A República do Mangue: controle social e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)	Rachel Soihet	Ronaldo Vainfas	Luiz Carlos Soares
1993	UFF	M						

Agrupando-as por tema, encontra-se: dois mestrados sobre a prostituição (1 e 7), um a partir de teses médicas e outro de fichas policiais; outros dois sobre o cotidiano dos populares ou a cultura popular (2 e 4), um a partir de processos criminais e o outro a partir das relações de trabalho e resistência dos trabalhadores; dois sobre a imagem da mulher (3 e 5), um em teses médicas e outro na literatura, mais especificamente nos romances de Machado de Assis e Aluísio de Azevedo; e, por fim, um sobre o magistério feminino e a criação de um modelo de professora primária (6). Resumindo, trataram como tema principal da prostituição, cultura popular e imagens/representação de mulheres.

À exceção da dissertação de Maria Paula Nascimento Araújo, todos os demais trataram de discursos sobre as mulheres e, em alguns casos, também das práticas de mulheres. Discursos médicos, jurídicos ou literários e práticas registradas em processos criminais ou atas de uma Escola Normal: nesses casos, as experiências das mulheres foram apreendidas a partir de documentos normativos, nos quais elas não falavam, senão indiretamente. Isso foi objeto de reflexão de boa parte das dissertações.

As sete dissertações foram orientadas por quatro docentes. Rachel Soihet orientou três delas, Margarida de Souza Neves duas, Robert Slenes e Vânia Fróes, uma cada um. No período, o programa da UFF contava com vinte e sete docentes orientadores e Rachel Soihet foi uma das que orientou mais pesquisas naqueles anos (9)²⁶⁰. Entre os membros de bancas, apenas três docentes participaram de mais de uma: Rachel Soihet, Margarida de Souza Neves e Ciro F. Cardoso. Assim, entre orientações e bancas, Soihet esteve presente em seis das sete dissertações sobre mulheres produzidas no programa. Ela começava a se tornar uma referência entre os estudiosos do tema, ou melhor, *mulheres* começava a se tornar um objeto de uma especialidade.

Dentre as dissertações listadas acima, duas foram publicadas: *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro - 1845 a 1890*, de Magali Engel, publicada pela editora Brasiliense em 1988, e *Meninas perdidas: os*

²⁶⁰ Entre eles, os que orientaram mais pesquisas foram Maria Yedda Linhares (13), Ismênia de Lima Martins (11), Rachel Soihet, Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Victor Vincent Valla (9 cada), Francisco José C. Falcon, Ciro F. Cardoso e Vânia Leite Fróes (7 cada).

populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque, de Martha Abreu Esteves, publicada pela editora Paz e Terra, em 1989.

A tese de Magali Engel foi um dos primeiros trabalhos historiográficos brasileiros sobre a prostituição. Mais do que um trabalho sobre as prostitutas, tratava-se de uma pesquisa sobre o discurso médico a respeito dessa prática. A autora investigou teses realizadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1845 e 1890 – também o período de desagregação do sistema escravista no Brasil com o qual ela faz relações – e encontrou uma série de discursos normativos, carregados de ideologia e chancelados por uma suposta cientificidade. Tratava-se de um trabalho com um enfoque foucaultiano e com uso de conceitos e autores da psicanálise²⁶¹.

Nos agradecimentos do livro, Magali Engel menciona Ciro Cardoso e Francisco Falcon, da UFF, que estavam na banca examinadora; Margarida de Souza Neves, orientadora; colegas da pós-graduação e professores, entre eles, Martha Abreu Esteves e Rachel Soihet; assim como colegas da Unicamp, Maria Clementina Pereira da Cunha, Edgar Salvadori De Decca e Sidney Chalhoub. A relação de trocas e colaboração entre historiadores da UFF e da Unicamp também aparece em outros trabalhos, como no de Martha Abreu, tratado adiante, e decorre, entre outras coisas, da ida de Robert Slenes e Sidney Chalhoub para a universidade de Campinas.

O livro de Martha Abreu foi publicado na coleção *Oficinas da História*, que era dirigida por Edgard de Decca, da Unicamp, junto a outros livros que tinham em comum tratarem da cultura popular ou da cultura dos “de baixo”. Entre eles figuraram autores estrangeiros, cujos livros eram então traduzidos, como Edward Palmer Thompson (que contou com a maior quantidade de livros então traduzidos, 4), Eric Hobsbawm, Natalie Zemon Davis (2), Michelle Perrot (com *Os excluídos da história*) e Eugène D. Genovese (vol. 1 e 2), além de outros. Entre as autoras brasileiras – publicaram apenas mulheres – foram publicados os livros de Silvia Hunold Lara, *Campos da Violência*, de Célia Maria Marinho Azevedo, *Onda negra, medo branco*, e de Maria Auxiliadora Guzzo Decca, *A vida fora das fábricas*.

As duas primeiras autoras eram docentes do Departamento de História da Unicamp, e a terceira, fez mestrado em História na Unicamp e se tornou docente da PUC-SP. Além delas, no momento da publicação do livro, a própria Martha Abreu estava vinculada à Unicamp, como aluna de doutorado. Quer dizer, a coleção publicou livros de

²⁶¹ Principalmente Jurandir Freire Costa.

historiadores vinculados à Unicamp e traduções de livros de historiadores famosos vinculados à “história dos de baixo”, vertente que alguns historiadores da casa reivindicavam, sobretudo o próprio De Decca²⁶².

Em seu livro, Martha Abreu agradeceu uma série de pessoas. Entre elas, estavam Magali Engel, sua colega na pós-graduação da UFF e autora da dissertação mencionada anteriormente; Sidney Chalhoub, seu colega de orientação, recém doutor²⁶³ e professor da Unicamp; Rachel Soihet e Margarida Neves, professoras de Esteves na UFF; Robert Slenes, seu orientador, que fora docente da UFF e em 1989 era docente da Unicamp; e Edgard De Decca, organizador da coleção e docente da Unicamp.

O prefácio do livro foi escrito por Sidney Chalhoub. O historiador apresenta o livro, seus feitos e méritos: uma “análise minuciosa” dos discursos jurídicos sobre a sexualidade no Brasil do começo do XX e uma reconstituição do cotidiano das práticas amorosas dos populares, colocando a “questão da cultura popular novamente no centro do debate historiográfico” (p. 16). Ele aproveita para criticar “vícios de explicação de marxismos mais esquemáticos” que negligenciaram as fontes jurídicas, e exaltar a “verve política que anima e amplia os horizontes” de Esteves, que caracteriza como uma ameaça à ordem predatória por ela recomposta na dissertação e por ela vivida como professora de uma Escola Municipal. Trata-se de um texto afável e respeitoso de um colega e colaborador, então em início de carreira mas já relativamente conhecido, para uma amiga e historiadora com quem compartilhava uma agenda de pesquisa e visão de mundo.

²⁶² Sobre a coleção Oficinas da História e a “história vista de baixo”, De Decca afirmou: “Eu considero uma felicidade minha ter sido responsável pela viabilização da tradução da obra do Thompson no Brasil, *The making of the english labor class*, quando dirigia a coleção Oficinas da História, na editora Paz e Terra. Com ele, começamos a aprofundar a questão do fazer-se dos sujeitos históricos, como os sujeitos históricos se constituíam; esse era o nosso projeto. Nós não vamos estudar os grandes sujeitos históricos, mas os sujeitos anônimos, os “pequenos sujeitos”. Então o nosso projeto tinha um horizonte bastante nítido nesse aspecto. E nós tínhamos um respaldo intelectual enorme. Com o Thompson, com o Hobsbawm, você nunca está mal acompanhado, sempre tem uma retaguarda muito boa. (...) A Unicamp já tinha um projeto de pós-graduação e pesquisa e dirigindo a coleção Oficinas da História tive a chance de divulgar algumas teses do nosso departamento e também a bibliografia internacional que se dedicava a esse tipo de história ‘vinda de baixo’” (MORAES, José Geraldo V., REGO, José Márcio. “Edgard De Decca”. In. *Conversa com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002. Pp. 272). O relato evidencia que além de traduzir obras de Thompson e outros historiadores internacionais associados à “história vista de baixo”, De Decca buscou vincular essa vertente com a História da Unicamp, de modo a construir a imagem de que esse era o tipo de pesquisa histórica produzida pelos docentes e que se produzia no seu programa de pós-graduação. Há um embaralhamento do âmbito teórico-metodológico das pesquisas com o âmbito institucional. Ou melhor, a intenção de colar uma perspectiva teórica a uma instituição. No caso, o Departamento de História da Unicamp.

²⁶³ Defendeu a tese em 04 de maio de 1989 e o prefácio é de setembro de 1989.

Neste trecho vimos que a maior parte das dissertações sobre mulheres do PPGH da UFF foi realizada sob a chancela de Rachel Soihet. A historiadora começou a orientar pesquisas sobre o tema na UFF enquanto fazia seu doutoramento na USP. Outro nome à época já destacado e que apareceu mencionado como aliado prático em mais de uma pesquisa é o do historiador Ciro Flamarion Cardoso. Ele já havia aparecido anteriormente como prefaciador do livro de Soihet. Na ocasião ele inscreveu os estudos sobre mulheres em uma vertente historiográfica que ele criticou duramente, mas destacou os méritos do trabalho da autora. Aqui ele apareceu como um interlocutor de Magali Engel, que tratou de um tema bastante questionado por ele anteriormente. Percebe-se, portanto, um vínculo por instituição e não por opção teórica ou via de análise.

A partir das duas dissertações publicadas também foi possível perceber uma aproximação entre historiadores da UFF e da Unicamp: no livro de Engel e Abreu há menções a figuras das duas universidades, e, mais do que isso, o livro de Abreu foi resultado dessa parceria. Ele estava no centro do projeto do De Decca para a Unicamp, de associar a produção historiográfica realizada na IES à história vista de baixo.

As duas historiadoras, assim como outras das três listas explicitadas anteriormente, também publicaram artigos na edição de nº 18, “A Mulher e o Espaço Público”, da Revista Brasileira de História.

Dossiê “A Mulher e o Espaço Público”, Revista Brasileira de História

A Revista Brasileira de História (RBH) foi criada pela Associação Nacional de História (ANPUH) no início da década de 80. O primeiro número da revista data de 1981. Até aquela década, a Associação foi comandada sobretudo por historiadores da USP. A partir do biênio de 1983-1985, quando Déa Fenelon foi presidente da associação e Edgard De Decca fez parte da comissão editorial da RBH, ambos da UNICAMP, esta casa também passou a ter poder de definição dentro da associação e revista. De 1985 em diante, as publicações da RBH foram organizadas por números temáticos e os temas escolhidos tinham relação direta com o que era pesquisado na UNICAMP²⁶⁴. Ou seja, a partir daquele ano, a UNICAMP passou a exercer maior influência na RBH.

²⁶⁴ GEMINIANO, Wagner. *A invenção da historiografia brasileira profissional*. Pp. 68.

O primeiro dossiê temático inteiramente dedicado a mulher foi publicado em 1989, sob a coordenação de Maria Stella Martins Bresciani, também da UNICAMP, e intitulado “A Mulher e o Espaço Público”. O número anterior a ele já havia contado com alguns textos sobre mulheres, então em meio às relações familiares, pois tratava-se do dossiê “Família e Grupos de Convívio”, organizado por Eni de Mesquita Samara, da USP. Como apresentação àquele dossiê, Samara preparou um balanço sobre a produção brasileira de História da Família e aproveitou para adiantar o tema do dossiê seguinte, afirmando que “a história da mulher e da sexualidade feminina definiram-se como campos de reflexão específica”²⁶⁵.

No dossiê organizado por Samara, de número 17, o artigo de Miriam L. M. Leite tratou centralmente de mulheres. Intitulado “Mulheres e Famílias”, o artigo esmiuçava o papel esperado e exercido por mulheres no interior de suas famílias registrado em relatos de viajantes do século XIX. Nos demais textos da edição é notável a publicação de historiadores que também se dedicaram a estudos sobre mulheres, algumas vezes no interior de estudos sobre famílias e outras não, como Michelle Perrot, Elizabeth Kuznesof, assim como a própria Miriam L. Moreira Leite. Também é perceptível uma interlocução entre as referências bibliográficas comuns aos textos do dossiê, com referências bibliográficas presentes em textos do dossiê seguinte e nas teses e dissertações comentadas anteriormente.

No dossiê de número 18, “A Mulher e o Espaço Público”, algumas das autoras de dissertações e teses mencionadas anteriormente publicaram artigos. São elas Esmeralda B. L. B. Moura, o artigo *Além da indústria Têxtil: o trabalho feminino em atividades "masculinas"*; Rachel Soihet, *Mulheres ousadas e apaixonadas - uma investigação em processos criminais cariocas (1890-1930)*; Martha Abreu Esteves, que publicou junto a Gladys Sabina Ribeiro o texto *Cenas de amor - Histórias de nacionais e imigrantes*; e Magali Engel o artigo *Imagens femininas em romances naturalistas brasileiros (1881-1903)*. Todos eles tinham relação com as pesquisas realizadas pelas autoras na pós-graduação. Outra historiadora que estava então na etapa do doutoramento e publicou um artigo no dossiê, foi Margareth Rago. Na ocasião, ela era doutoranda na UNICAMP e

²⁶⁵ RBH, n. 17, p. 12.

pesquisava a prostituição na sociedade paulista de fins do século XIX e começo do XX²⁶⁶, tema do artigo publicado.

Os artigos de Rachel Soihet, Martha Abreu Esteves e Gladys Sabina, Magali Engel, e Margareth Rago guardam algumas semelhanças temáticas e argumentativas. Os quatro textos trataram, em alguma medida, do amor entre os “populares”, das fronteiras do trabalho, crime e cotidiano, e das tentativas de normatização do comportamento das classes populares. Para tanto, cada um mirou para um fenômeno em curso na passagem do século XIX para o XX. O texto de Soihet tratou do comportamento feminino em relação ao amor e às relações sexuais veiculadas em processos criminais do Rio de Janeiro, evidenciando que ele contrariava o que a ideologia dominante e Medicina Social esperavam das mulheres. O texto de Martha Abreu e Gladys Sabina tratou do mesmo objeto, as “cenar de amor” reveladas a partir de processos judiciais, porém para reconstituir as formas de vida, convivência e hábitos dos “populares” de alguns bairros do Rio de Janeiro. O texto de Magali Engel tratou das imagens produzidas e veiculadas em romances naturalistas sobre as mulheres em associação às ideias científicas também expostas por Soihet, mas dando destaque à imagem da histérica, representada como doente e portadora de uma sexualidade exacerbada. O texto de Rago foi sobre o tráfico de mulheres estrangeiras para o Brasil e Argentina para trabalharem como prostitutas, e as corporações de traficantes e cafetões que se organizaram em torno da prática, a geriram e lucraram com ela.

Os problemas da cidade permeiam todos eles e são revelados a partir do discurso médico, literário ou jurídico. Discursos que sugerem higienizar a cidade e controlar os instintos e hábitos dos “populares”, mas que em alguns casos revelam as formas próprias de organização desses sujeitos. Há assim, um mesmo universo de questões apresentado nos quatro textos: como mulheres e homens das classes populares viveram, reagiram, se organizaram frente às tentativas de disciplinarização que lhes foram sistematicamente impostas.

Esse mesmo universo de questões era então objeto de pesquisas realizadas na UNICAMP e UFF, como vimos anteriormente e como a origem institucional das autoras dos textos revela. Entre as que fizeram uma dissertação ou tese sobre mulher e publicaram

²⁶⁶ Tese concluída em 1990, intitulada “Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)” e orientada por Edgard Salvadori De Decca. A tese da autora não foi mencionada anteriormente pois até aqui só foram mencionados os trabalhos realizados na USP, UFF e PUC-SP.

um artigo no dossiê nº 18 da RBH, Esmeralda B. L. B. Moura e Rachel Soihet estavam vinculadas institucionalmente ao PPGH da USP, mas a segunda, como vimos, tinha mais vínculos institucionais e teóricos com pesquisadores da UFF e UNICAMP. As demais eram ou vinculadas à UFF ou à UNICAMP, às vezes com trânsito entre as duas, como no caso de Martha Abreu Esteves e Magali Engel, que fizeram o mestrado na UFF e o doutorado na UNICAMP²⁶⁷. Além delas, Luiz Marques, Mariza Corrêa, Maria Clementina Pereira da Cunha eram docentes da UNICAMP, de departamentos diversos. Elizabeth-Souza Lobo, Michelle Perrot e Elini Varikas, eram de outras universidades, as duas últimas estrangeiras, mas lecionaram ou tiveram vínculo com a universidade de Campinas. Vale lembrar também que Maria Stella Bresciani foi a organizadora do dossiê. Quer dizer, a publicação do dossiê tinha em boa medida a cara do que se produzia na UNICAMP e, é possível afirmar também, esta já era um ator nos estudos sobre mulheres realizados no período, o que uma mirada exclusiva para as teses e dissertações de História encobre.

No período recortado para este capítulo, de 1985 a 1993, foram realizadas apenas duas pesquisas de pós-graduação em História na UNICAMP com o tema das mulheres: a dissertação de Eliana da Silva Lopes e a tese de Margareth Rago, conforme vê-se no quadro abaixo.

Quadro 4 - Dissertações sobre mulheres defendidas no PPGH UNICAMP (1985-1993)

Ano	Grau	Autor	Título	Orientador	Banca 1	Banca 2	Banca 3	Banca 4
1985	M	Eliana da Silva Lopes	Fragmentos de mulher: dimensões da trabalhadora - 1900/1922	Maira Stella Martins Bresciani	Michael McDonald Hall	Elizabeth Souza Lobo		

²⁶⁷ No momento de publicação do dossiê, Esteves ainda não estava no doutorado na UNICAMP, ela entraria no ano seguinte.

1990	D	Margareth Rago	Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)	Edgar Salvadori De Decca	Maria Stella Martins Bresciani	Alcir Lenharo	Sérgio Adorno	Mariza Corrêa
------	---	----------------	---	--------------------------	--------------------------------	---------------	---------------	---------------

As duas monografias tratavam de mulheres trabalhadoras, a segunda, sobre um segmento bastante estigmatizado, as prostitutas. Se inseriam, assim, nos estudos da “história vista de baixo”, produzida na instituição. Uma foi orientada por Maria Stella Bresciani e outra por Edgard Salvadori De Decca, dois historiadores que estavam à frente dos “novos” estudos produzidos na historiografia. Como se vê, entre os membros da banca estavam de um lado Michael Hall, historiador estadunidense que foi lecionar na Unicamp e a já citada Elizabeth Souza Lobo, e, de outro, a própria Bresciani e Alcir Lenharo, professores do Departamento de História da Unicamp, Mariza Corrêa, do departamento de Antropologia da Unicamp e Sérgio Adorno, da Sociologia da USP, ambos estudiosos de criminalidade e violência.

Voltando ao dossiê da RBH, passada sua publicação, Maria Stella Martins Bresciani publicou um artigo que resume bem o que chamamos acima de um mesmo universo de questões. Em *O anjo da casa*²⁶⁸, texto cujo título remete à figura da mulher, a autora explica que o texto não vinha de uma pesquisa específica sobre mulheres, mas de uma pesquisa sobre a parcela da população excluída de seus direitos políticos. É nessa chave que ela foi averiguar de maneira um pouco mais detida “o anjo da casa”, a mulher. Ela escreveu dois textos sobre o tema no início dos anos 1990, e conforme relembra em seu Memorial,

Nos dois textos, expunha minhas preocupações sobre a questão da representação política e da exclusão de parcela da população, os não-proprietários e as mulheres, mantidos à parte da vida pública, condenados à menoridade da condição de “cidadãos passivos” obedientes à lei e por ela protegidos, impedidos, contudo de tomar parte nas deliberações sobre qualquer dispositivo legal. (...) Essas indagações definiram a organização do nº 18 da Revista Brasileira de História – dedicada exatamente ao tema

²⁶⁸ BRESCIANI, Maria Stella Martins. “O anjo da casa”. São Paulo, SP: UNICAMP/IFCH, 1991. 48p. (Primeira versão, n.29).

A Mulher no Espaço Público – amplo painel do “estado da arte” na época em que a história das mulheres e os estudos de gênero ganhavam lugar e dignidade de temas acadêmicos, com apoios importantes, de Michelle Perrot, Eleni Varikas e Elizabeth Lobo (de saudosa memória)²⁶⁹.

O que o trecho acima mostra é que *mulher* não era um objeto específico dos estudos de Brasciani. Seus textos e o dossiê que organizou miravam a mulher como mais um entre os excluídos da cidadania, e, na medida em que na França já havia uma vertente com nome próprio, chamada de História das Mulheres, que estava adquirindo destaque, Brasciani pôde associar as duas investidas. Mas elas não tinham um ponto de partida comum. No Brasil ainda não havia uma História das Mulheres facilmente identificável, com contornos próprios, como no exterior.

Mais uma vez, vê-se que até os anos 1990 a mulher ainda não era um objeto específico das pesquisas de História realizadas no Brasil, mas começava a se tornar na medida em que aumentavam os estudos sobre as suas especificidades e as especificidades de sua exclusão. No caso dos estudos realizados na UNICAMP e UFF, se pesquisava as especificidades políticas de sua exclusão afirmando as maneiras também políticas como as mulheres populares viviam, se organizavam e reagiam ou se adaptavam aos ordenamentos sociais cada vez mais impositivos a partir de fins do século XIX. Esta era também a toada dos estudos de Maria Odila L. S. Dias, sobretudo a partir de sua livre-docência, mas ela não foi uma interlocutora privilegiada nas demais pesquisas.

Maria Stella Brasciani trabalhou diretamente com Michelle Perrot, importante “historiadora das mulheres” francesa e traduziu o primeiro livro da autora publicado em português, *Os excluídos da história*. Mais uma vez foi sobretudo nessa chave que travaram contato, em estudos sobre as populações excluídas da “vida pública” das cidades. No memorial de Brasciani, o único momento em que menciona Perrot em relação à História das Mulheres, foi como um apoio ao dossiê *A mulher e o espaço público*, conforme exposto no trecho citado acima.

Quanto à tradução do texto que viria a ser o mais citado por autoras que passaram a usar a categoria gênero, o texto da historiadora norte-americana Joan Scott, *Gênero uma categoria útil para a análise histórica*, foram docentes da Educação que estavam por trás de sua primeira tradução, as mesmas que participaram da edição “Mulher e Educação” da

²⁶⁹ Memorial Maria Stella Brasciani, p. 4 e 5.

revista Projeto História. A primeira edição do texto de Scott traduzida para o português foi realizada por Guacira Lopes Louro e publicada na Revista Educação & Realidade²⁷⁰. Na mesma edição da revista há também um balanço sobre a *Histoire des Femmes* francesa, escrito por Eliane Marta Teixeira Lopes, então professora da Faculdade de Educação da UFMG e coordenadora do Grupo de História da Educação da Mulher, GEHEM-UFMG. Ambas as pesquisadoras estiveram na França e travaram contato com Michelle Perrot e Arlette Farge, no que tange a seus estudos sobre História das Mulheres. As historiadoras de formação que estabeleceram contato com as francesas, o fizeram posteriormente.

Neste capítulo mostramos o adensamento de um espaço de estudos sobre mulheres na produção historiográfica brasileira. Vimos que entre 1985 e 1993 foram realizados diversos estudos sobre mulheres na História, que precederam e justificaram que essa produção fosse nomeada de História das Mulheres, conforme vinha ocorrendo em outros países do mundo. Tratou-se, portanto, da *história das mulheres* brasileira antes que adquirisse um nome próprio.

Como no capítulo anterior, a intenção foi mostrar quem realizou tais pesquisas, de que maneira e com o amparo de quem, em termos de orientação e avaliação nas bancas de defesa, e em termos de enfoque metodológico e referências teóricas.

Aproximando as lentes das pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação da USP, UFF, PUC-SP e, ao final, da UNICAMP, foi possível identificar historiadoras mais requisitadas para orientarem e avaliarem pesquisas sobre mulheres: Maria Antonieta Martines Antonacci, na PUC-SP, que, no entanto, não se tornou uma referência na área posteriormente; Miriam Lifchitz Moreira Leite, na USP, que apesar de não ser docente na instituição, participou de muitas bancas sobre o tema e foi uma importante aliada das pesquisadoras do coletivo de mulheres da Fundação Carlos Chagas; e Rachel Soihet, da UFF, que fez pesquisas sobre o tema, orientou e participou de bancas de outras pesquisas, e se associou a um conjunto de historiadores da UFF que, junto a historiadores da UNICAMP, estavam engajados em promover uma renovação historiográfica a partir da “história vista de baixo”.

Miriam L. M. Leite e Maria Odila Leita da Silva Dias também foram interlocutoras de outras pesquisadoras, de disciplinas diversas, que estudavam mulheres

²⁷⁰ Porto Alegre, vol. 16, n. 2, p. 5-22, jul-dez. 1990.

e relações de gênero no período²⁷¹. Entre os aliados em meio aos historiadores, foi possível identificar os nomes de Laima Mesgravis figura importante na USP, Ciro Flamarion Cardoso, na UFF, e ainda, Maria Stella Martins Bresciani²⁷² e Edgard De Decca, na UNICAMP. Os dois últimos, foram nomes importantes da publicação do primeiro dossiê sobre mulheres na Revista Brasileira de História, assim como a publicação de uma das teses publicadas em livro.

Vimos, assim, que algumas das alianças para promover os estudos sobre mulheres e gênero então em curso na História, não foram específicas de estudiosos das mulheres. Foram relativas a uma agenda de pesquisas mais ampla, na qual esse objeto de estudos e abordagem de pesquisas – com a chegada do conceito de gênero a partir de 1990 – eram bem-vindos. Esse foi o caso da relação de historiadores da UFF e UNICAMP voltados ao estudo da “história dos de baixo”.

Argumentou-se, desse modo, que foram produzidos diferentes estudos sobre mulheres, em centros diferentes, e contando com apoio e estímulo de agentes diferentes. Alguns deles contaram com redes de historiadores que vinham se apresentando como inovadores em meio a produção historiográfica universitária brasileira, e outros, com o auxílio e avaliação de pesquisadores vinculados a redes interdisciplinares de estudos sobre mulheres, em formação e/ou consolidação no período. Esses últimos, com uma reverberação não tão acentuada dentro da produção historiográfica, como aconteceria posteriormente. De todo modo, foi no encontro entre esses dois conjuntos de produções que surgiram os trabalhos que nos anos seguintes seria definitivamente chamado de História das Mulheres ou ainda, História das Relações de Gênero.

²⁷¹ Foi assessora da FCC de 1984 a 1990. Cf. Currículo Vitae de Miriam Lifchitz Moreira Leite, disponível no CAPH-FFLCH-USP.

²⁷² Organizadora do dossiê *A mulher e o espaço público*, da RBH n.18, 1989.

Capítulo 4

A conquista de *um teto todo seu*²⁷³ (ou *Nasce a área*) 1994 – 2001

O presente capítulo trata da consolidação de um espaço próprio para os estudos de História sobre mulheres e relações de gênero na produção historiográfica brasileira entre 1994 e 2001: como ele se deu e o que demonstra sua concretização. Para tanto, passamos mais uma vez pela produção de dissertações e teses sobre a temática realizada nos programas de pós-graduação em História, porém aqui de modo mais panorâmico e buscando especificamente as recorrências desse material, pois o número de trabalhos se avolumou muito. Percorremos também as ações das “historiadoras das mulheres” realizadas com a intenção expressa de construir esse espaço e torná-lo reconhecido entre os demais praticantes da disciplina: a formação de grupos, revistas, publicações em conjunto e a produção de balanços historiográficos.

No processo de consolidação desse espaço, os estudos sobre mulheres ganharam definições de contornos específicos, vinculações a vertentes historiográficas recentes, como a História Cultural, e distanciamento de vertentes que estiveram no início desta produção, como a Demografia Histórica e História Econômica. Tais contornos foram definidos pelas historiadoras então autorizadas a falar em nome do conjunto de estudos – que estavam construindo suas próprias pesquisas e carreiras acadêmicas nos períodos retratados anteriormente – uma vez que foram elas que trabalharam e batalharam pelo seu reconhecimento e pela aquisição de um espaço, que é também um *status*, para ele no seio da disciplina.

O presente capítulo abarca, assim, o período em que em torno da *mulher* se constituiu uma agenda específica de pesquisas em História e em que gênero se tornou uma abordagem de análise. Trata-se do momento em que as acadêmicas feministas ou vinculadas à temática da mulher, lograram construir um espaço legítimo de debate sobre o tema. Lograram colocar o conceito no léxico da pesquisa em humanidades e, no caso da História, em construir uma área da pesquisa voltada ao assunto. Esse movimento, no entanto, não foi uma exclusividade da pesquisa em História e muito menos da pesquisa

²⁷³ Em referência ao título e argumento de Virgínia Woolf em *A Room of One's Own*, Nova York, Harvest, 1989, traduzido para o português como *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

realizada exclusivamente no Brasil. Foi o resultado de um movimento maior, transnacional e interdisciplinar, que as historiadoras brasileiras engajadas com o estudo das mulheres aproveitaram e desenvolveram, construindo uma agenda de pesquisas de características próprias.

Além da *mulher* se tornar um objeto frequente de pesquisas de pós-graduação de História, como já vinha ocorrendo nos anos anteriores, a partir de 1994 houve uma repetição bem-marcada de orientadores e avaliadores de teses sobre esse tema. Ou seja, estavam se formando especialistas na temática. Também foram publicadas grandes coletâneas sobre o assunto, para públicos especializados e não especializados, o que demonstra a incorporação da temática à produção nacional. Foram escritos diferentes balanços historiográficos que, além de reconstituir o percurso das pesquisas sobre mulheres, acabaram por definir o que era a História das Mulheres, a História das Relações de Gênero ou ambas²⁷⁴. Além disso, e não menos importante, algumas das autoras desses estudos adquiriram postos institucionais de relevo ou tiveram grande interlocução com pesquisadoras de renome de outros países e regiões. Quer dizer, elas circularam por posições de poder em relação a ao saber historiográfico.

Trata-se assim, do período em que o estudo de História sobre a mulher e as relações de gênero se tornaram uma “coisa” – e não parte de outra coisa, como nos períodos anteriores – com um nome próprio, ainda que ambíguo²⁷⁵, e que foi se consolidando como uma especialidade da pesquisa em História. Isto é, foi durante esse período que historiadoras específicas passaram a ser – e ser identificadas – como especialistas no tema; que passaram a ser mais requisitadas para orientarem e avaliarem pesquisas sobre mulheres ou relações de gênero; além de serem também mais requisitadas para apresentarem e definirem a “historiografia das mulheres” em coletâneas sobre tendências historiográficas. Este foi, assim, um período em que alguns agentes se tornaram autorizados a falar em nome da História das Mulheres e de determinar quais estudos estavam dentro de seus contornos.

²⁷⁴ O primeiro artigo de balanço que traz o termo “relações de gênero” no título é de Joana Maria Pedro e data de 1994. PEDRO, Joana Maria. “Relações de gênero na pesquisa histórica”. *Revista Catarinense de História*, n.2, p.35-44, 1994.

²⁷⁵ Para alguns historiadores da atualidade, História das Mulheres e História das Relações de gênero designam coisas diferentes. Designam operações de pesquisa e de análise do objeto diferentes e, conseqüentemente, histórias diferentes. Para outros, como eu, História das Mulheres e História das Relações de Gênero tem fronteiras nítidas em teoria, mas não na prática. De fato, os dois nomes designam operações de pesquisa e análise diferentes, porém muitas vezes usadas conjuntamente.

Se no capítulo anterior afirmamos que entre os anos 1985 e 1993 a mulher foi se tornando um *objeto de estudos* da História realizada no Brasil, neste, afirmamos que entre 1994 e 2001 a, agora com nome próprio, História das Mulheres e Relações de Gênero, se tornou uma *agenda de pesquisa* e uma *área* da produção historiográfica realizada no país. O capítulo anterior tratava do adensamento de um espaço; este trata da consolidação desse espaço, a conquista de um “teto” próprio.

Dissertações e teses sobre mulheres e relações de gênero na História

Enquanto de 1990 a 1993, os últimos anos do período analisado no capítulo 2, foram defendidas pelo menos cinco dissertações ou teses por ano, no período tratado neste capítulo foram defendidas mais de dez pesquisas por ano, totalizando 114 pesquisas concluídas nos sete anos entre 1994 e 2000. As universidades onde a maioria delas foi realizada foram, mais uma vez, a USP (com 22 monografias ou 19,3% do total sobre o tema), a PUC/SP (17 ou 14,91%) e a UFF (12 ou 13,53%). Porém, diferente do período anterior em que essa produção representou 65% do total, no período ora analisado ela não constituiu a metade das monografias sobre o tema ainda que tenha se aproximado dessa quantidade, representando 44% da produção total. Não se tratava mais de um tema concentrado majoritariamente nas três universidades. O assunto se ampliou e teve um acesso bem distribuído, se tornando presente em pesquisas de vários outros programas e universidades.

Quadro 5 – Total de teses e dissertações sobre mulheres nos PPGHs de IES brasileiras (1994-2000)

IES	Quantidade de monografias	% do total	≥ 12	≥ 8	≥ 6	≥ 5
PUC/SP	17	14.91%	44.74%	68.42%	78.95%	92.11%
USP	22	19.30%				
UFF	12	10.53%				
UNESP/ASSIS	10	8.77%				
PUC/RS	9	7.89%				
UFSC	8	7.02%				
UFPE	6	5.26%				
UNICAMP	6	5.26%				
UFBA	5	4.39%				
UFRGS	5	4.39%				

UNESP/FRANCA	5	4.39%
UFPR	4	3.51%
UNB	2	1.75%
PUC/RJ	1	0.88%
UFMG	1	0.88%
UFRJ	1	0.88%
Total	114	100.00%

Como se vê no quadro acima, no período de 1994 a 2000 o número de programas de pós-graduação em História que passaram a ter monografias sobre mulheres e, então também, gênero, aumentou significativamente. Neste período, onze programas produziram mais de cinco monografias sobre o tema, enquanto no anterior apenas os programas da USP, PUC/SP e UFF tinham mais do que esse número.

Também aumentaram e ao mesmo tempo se especificaram as docentes que mais orientaram pesquisas sobre o assunto. Enquanto no período anterior a *mulher* era um entre outros assuntos do interesse das e dos orientadores, neste as orientadoras mais frequentes foram também aquelas que pesquisavam especificamente a mulher. Na USP, as orientadoras mais frequentes foram Maria Odila Leite da Silva Dias (que orientou 5 monografias), Eni de Mesquita Samara (4) e Esmeralda Blanco Bolsonaro Moura (2). Na PUC/SP, a orientadora mais frequente foi Maria Izilda Santos de Matos (7), seguida por Maria Odila Leite da Silva Dias (3) – que começou a trabalhar na PUC após sua aposentadoria na USP, em 1995 (no total ela orientou oito pesquisas sobre mulheres de 1994 a 2000) –; Marina Maluf (2), que fez uma tese sobre mulheres; e Yara Maria Aun Khoury (2). Na UFF, a orientadora mais frequente foi Ismênia de Lima Martins (3), seguida por Rachel Soihet (2) e Vânia Leite Fróes (2), contrariando um movimento que aconteceu na IES no período anterior, de concentração das orientações com Soihet²⁷⁶.

Além dessas repetições, em outras universidades também houve repetições de orientadores que se destacavam então como pesquisadores de mulheres e relações de gênero. Este é o caso de Joana Maria Pedro, que orientou quatro das oito pesquisas sobre mulheres realizadas na UFSC no período, e Durval Muniz de Albuquerque Jr., que orientou três das seis pesquisas realizadas na UFPE. Na UNICAMP, onde estudos sobre

²⁷⁶ A redução de orientandos de Soihet no período pode estar relacionada com seu pós-doutorado, realizado na França entre 1996 e 1997. No Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da Área de História consta que ela orientou apenas 6 trabalhos no período. Cf. OHARA, João Rodolfo Munhoz (Org.). Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da Área de História. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/>.

mulheres eram realizados em meio aos estudos da “história vista de baixo”²⁷⁷, Leila Mezan Algranti, autora de uma tese sobre mulheres religiosas, orientou duas pesquisas; Maria Stella Bresciani, organizadora do dossiê “A mulher e o espaço público” da RBH, orientou duas pesquisas; e Margareth Rago, autora de uma tese sobre mulheres e os códigos da prostituição em São Paulo, orientou uma pesquisa.

Em relação às bancas, na USP, Miriam Moreira Leite deixou de ser o nome mais comum (participou de apenas duas bancas), e em seu lugar se tornaram recorrentes os nomes de Maria Izilda Santos de Matos (que participou de 5 bancas), Margareth Rago (4), Eni de Mesquita Samara (3), Esmeralda Blanco Bolsonaro Moura (3), Maria Odila Leite da Silva Dias (3) e Maria Inez Machado Borges Pinto (3). Desses nomes, apenas a última não havia realizado pesquisas específicas sobre mulheres. Além disso, chama atenção que os dois nomes mais recorrentes não eram de docentes da própria USP, sugerindo o que afirmamos anteriormente, uma descentralização do tratamento do tema e, ademais, que estava havendo uma profissionalização no tratamento dele que não passava pela USP.

Outro elemento chamativo é a presença de Heloísa Buarque de Holanda em uma das bancas. Docente de estudos literários na UFRJ, Holanda estava então à frente da Revista Estudos Feministas²⁷⁸ e, como Maria Odila Dias, participou de várias iniciativas de promoção dos estudos de gênero junto à Fundação Carlos Chagas. Além das historiadoras já citadas, Joana Maria Pedro e Lana Lage da Gama Lima são outros dois nomes de historiadoras que haviam feito uma monografia sobre o tema das mulheres e que participaram de uma banca na USP cada uma.

Na UFF, o nome de membro de banca mais recorrente foi o de Rachel Soihet, que esteve presente em quatro das doze defesas de tese realizadas na instituição. Logo depois dela vem Magali Gouveia Engel, que participou de três. Ambas, como vimos, fizeram monografias sobre o tema. Suely de Gomes Costa, Ismênia de Lima Martins, Eulália Maria Lahmayer Lobo e Ciro Flamarion Cardoso participaram de duas bancas cada. A primeira havia defendido uma tese sobre o espaço doméstico sob orientação de Rachel Soihet, dois anos antes de sua primeira orientação. De fora da UFF e também autoras de monografias sobre mulheres, participaram de uma banca: Joana Maria Pedro, Margareth

²⁷⁷ Cf. Capítulo 3.

²⁷⁸ Até 1999, quando a revista deixou de ficar sediada na UFRJ e foi pra UFSC. GROSSI, Miriam. “A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: Uma breve história do feminismo no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 12, n. 264, Florianópolis, set-dez/2004.

Rago, Maria Izilda Santos de Matos e Mary Lucy Murray del Priore. Como na USP, uma acadêmica que se destacava nos estudos de gênero fora da História participou de uma das bancas do programa de História da UFF: Maria Luiza Amorim Heilborn, antropóloga e professora do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ)²⁷⁹.

Na PUC/SP, conseguimos identificar 25 nomes, dentre os 34 que participaram das bancas de defesa de dissertação sobre mulheres. Entre eles, o nome mais comum foi o de Heloísa de Faria Cruz, que participou de 3 bancas. Além dela, apenas seis outras docentes – todas mulheres – participaram de mais de uma banca de defesa: Denise B. Sant’Anna, Estefânia Knotz Cangaçu Fraga, Maria Angélica Victoria Miguela Careaga Soler, Maria Izilda Santos de Matos, Yara Maria Aun Khoury e Yvone Dias Avelino. Dentre os membros de banca que também pesquisaram mulheres, participaram de uma banca: Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, Luzia Margareth Rago e Maria Odila Leite da Silva Dias, esta última já como professora da PUC/SP. Além delas, duas estudiosas de gênero de fora da história também participaram de uma banca: Guacira Lopes Louro, professora da Faculdade de Educação da UFRGS, e Cecília Maria Bacellar Sardenberg, professora do Departamento de Antropologia da UFBA, uma das fundadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM – UFBA) e da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre Mulheres e Relações de Gênero – REDOR²⁸⁰.

Seguindo a norma deste tipo de rito, as bancas de defesa de dissertação e tese não foram constituídas somente por docentes das casas onde foram realizadas as monografias. Houve um trânsito de historiadores de universidades e cidades diferentes para avaliarem-nas, porém com a especificidade de que este trânsito se deu a partir das historiadoras que se destacavam no assunto e que se tornavam, portanto, mais requisitadas para avaliarem-no. No decorrer desse processo, apareceram também acadêmicas que se destacavam nos estudos de gênero em outras disciplinas, ainda que mais esporadicamente.

Isto significa que algumas autoras, a despeito da distância geográfica ou área disciplinar, estavam se tornando mais procuradas para darem a “palavra final”, para avaliarem os estudos sobre *mulheres* e, alguns deles, já remetendo a problemática como estudos sobre as relações de gênero.

²⁷⁹ CNPQ. Currículo do sistema de Currículos Lattes. Informações sobre Maria Luiza Heilborn. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0062450728659903>. Acesso em 03/03/2022.

²⁸⁰ CNPQ. Currículo do sistema de Currículos Lattes. Informações sobre Cecilia Maria Bacellar Sardenberg. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5848359202151995>. Acesso em 03/03/2022.

Além do que foi mencionado, nota-se que as pesquisadoras formadas pelas formadoras dos estudos sobre mulheres na História, estavam se tornando, elas também, formadoras e avaliadoras. Assim, as formadoras começaram a ter um legado próprio, uma linhagem. Neste período, os nomes de orientadoras e avaliadoras em bancas mais recorrentes foram os de Maria Odila Leite da Silva Dias, Maria Izilda Santos de Matos, Eni de Mesquita Samara, Joana Maria Pedro, Esmeralda Blanco Bolsonaro Moura, Rachel Soihet e Margareth Rago. Todas elas eram historiadoras que se dedicavam a estudos sobre *mulheres* e estavam se constituindo nas principais especialistas da temática e abordagem de gênero. Já não havia recorrências marcantes de historiadores sem vínculo com o tema, como nos períodos tratados anteriormente.

Quadro 6 – Orientadoras e avaliadoras de monografias de História sobre mulheres mais recorrentes (1993 - 2000)

Nome	IES	Nº de Orientações	Nº de participações em bancas na USP, UFF e PUC/SP
Maria Odila L. S. Dias	USP/PUC-SP	8	4
Maria Izilda Santos	PUC-SP	7	8
Eni Samara	USP	4	3
Joana Maria Pedro	UFSC	4	2
Esmeralda Blanco	UP	2	4
Rachel Soihet	UFF	2	4
Margareth Rago	Unicamp	1	6

Boa parte das historiadoras listadas acima também foi autora dos artigos de balanço e avaliação da História das Mulheres e Relações de Gênero. Elas fizeram parte dos textos de apresentação, avaliação e definição do que configura a História das Mulheres e Relações de Gênero, e, sem dúvida, os textos mais citados sobre o assunto. Como visto no capítulo 1, tais textos construíram uma sociodicéia para a emergência dessa área de estudos propondo sínteses e contornos para aquilo que englobaria ou não. Agora, tendo visto o processo de construção da autoridade dessas autoras, compreende-se melhor a força daqueles enunciados.

Vejamos a seguir como a mulher apareceu nos trabalhos apresentados nos Simpósios Nacionais de História da ANPUH.

A partir de 1983, o termo *mulher* passou a constar em diferentes trabalhos apresentados nos Simpósios Nacionais de História (SNH) organizados pela Associação Nacional de História (ANPUH). Na década de 1990 a recorrência do assunto, registrada nos anais, aumentou significativamente. O XVII Simpósio, realizado na USP em 1993, teve o maior número de trabalhos sobre o assunto até então. Naquele evento, *mulher* foi assunto central em 22 resumos e mencionada em um total de 60 resumos²⁸¹.

Nos SNHs posteriores, a tendência permaneceu. No XVIII SNH, realizado em 1995 na UFPE, *mulher* foi o tema central de 49 resumos de trabalhos e mencionada em 123. Este último foi também o Simpósio em cujos Anais aparece pela primeira vez o descritor *mulher negra*. Apesar da longa historiografia sobre a escravidão e da “história vista de baixo”, o termo não havia sido empregado nos Anais até aquele momento. Isso não quer dizer que mulheres negras não haviam sido pesquisadas até então, mas que a dimensão racial não foi o alvo privilegiado da investigação.

Um dos primeiros trabalhos de fôlego sobre as mulheres, o já mencionado *Quotidiano e poder*, de Maria Odila L. S. Dias, tratava de mulheres “livres e forras”, em uma referência explícita às mulheres negras, mas não só, também às mulheres brancas e pobres do período. Isto é, mulheres negras foram objeto das análises, mas a dimensão racial não foi o âmbito privilegiado delas.

Aqui cabe uma breve nota explicativa. Como é premissa deste trabalho, lembramos que a pertinência e candência de uma temática ou de um conceito têm uma história própria. O que hoje consideramos conceitos fundamentais de compreensão da realidade social, como *mulher negra* e *interseccionalidade*, por exemplo, não foram sempre percebidos como tal. Para que fossem, foi necessário um trabalho árduo de pessoas engajadas com essa compreensão, para tornarem-na importante e perceptível para outros sujeitos – trabalho árduo porque não se tratava somente de emplacar uma temática e dimensão de análise, mas também combater uma importante instituição brasileira, o racismo. Dessa forma, assim como para tornar a *mulher* um objeto de estudos legítimo, para o qual foi investida muita energia, tempo e tinta de muitas mulheres, principalmente brancas – por uma questão de acesso à universidade muito restritivo até muito recentemente, outra faceta do racismo –, para tornar a *mulher negra* um objeto de estudos

²⁸¹ Cf. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 17., 1993, São Paulo. Programa e resumos. XVII Simpósio Nacional de História. História e Utopias. São Paulo: ANPUH, 1996, 519 p.

legítimo e candente também foi investida muita energia, tempo e tinta, sobretudo de mulheres negras²⁸².

Assim, nos anos 1990 o termo *mulher negra* ainda não tinha logrado adquirir o espaço que tem hoje e isso se manifestou nos Anais dos SNHs de História. Como mencionado anteriormente, mulheres negras foram contempladas em estudos sobre mulheres realizados na História, porém a dimensão racial da vivência dessas mulheres não havia sido objeto de análises específicas²⁸³. Além disso, essa dimensão não era enunciada nos termos que tais análises se fazem hoje, como o trabalho de Silva Dias testemunha.

Com relação ao descritor *gênero*, ele não apareceu nenhuma vez como um referente das diferenciações entre homens e mulheres até os Anais do XVI Simpósio (UERJ, 1991). No XVII (1993), no entanto, houve 8 menções a *gênero* como referente desta distinção, sendo que em 5 trabalhos é o conceito fundamental para a análise proposta. Nos Anais do XVIII Simpósio (1995), houve 39 menções a *gênero* com esta acepção, entre os quais, em 18 resumos o conceito é fundamental para a análise proposta.

É notável, portanto, que *mulher* e *gênero* eram assuntos crescentes entre as pesquisas realizadas a partir da década de 1990 e não só aquelas que tratavam centralmente do assunto, como mostram as menções aos termos em trabalhos sobre outros temas. Quer dizer, *mulher* e *gênero* entraram no léxico das pesquisas em História, para além daquelas voltadas para esse assunto. Isso aponta para uma sutil, mas considerável mudança na forma de se escrever uma pesquisa de História: elas passaram a ter que levar em consideração *mulher* e *gênero*, ou pelo menos mencioná-los.

Revistas temáticas especializadas

Fora dos espaços específicos dedicados à produção e reflexão histórica, também foram se constituindo espaços para o debate e a produção de trabalhos sobre as mulheres e as relações de gênero. Alguns deles já foram mencionados no capítulo anterior, como a

²⁸² Esse debate rendeu muitas publicações nos EUA, já à época dos estudos sobre mulheres realizados no Brasil. Lá, a falta de estudos específicos sobre as mulheres negras tratando da dimensão racial e da intersecção das dimensões de classe, raça e gênero, foi percebida e questionada no início dos *women studies*. Um dos textos hoje clássicos que questiona essa ausência é o *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex*, de Kimberlé Crenshaw, de 1989, e a coletânea *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color* organizado por Cherríe Moraga e Gloria E. Anzaldúa, de 1981, para citar apenas dois.

²⁸³ Exceção feita à Maria Beatriz Nascimento, que estava tratando de mulheres negras na história no período, mas cuja trajetória de escamoteamento institucional não a levou a participar desses congressos.

Revista Estudos Feministas, a revista *Cadernos Pagu*, o Coletivo de Mulheres e os Concursos organizados pela Fundação Carlos Chagas. No período deste capítulo, foi criada também a revista *Caderno Espaço Feminino*, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Alguns nomes de participantes da fundação e comissão editorial das revistas são das historiadoras já extensamente mencionadas neste trabalho.

A revista *Cadernos Pagu* foi criada em 1993, pelas pesquisadoras do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, fundado em 1990, na Unicamp²⁸⁴. No momento de sua criação, o núcleo era formalmente vinculado ao departamento de História da Unicamp e coordenado por Margareth Rago. Contudo, desde o início, tratava-se de um grupo interdisciplinar. O nome do grupo homenageava a autora, Patrícia Galvão, Pagu, mas também a socióloga Elisabeth Souza-Lobo, que foi professora visitante do departamento de História da Unicamp, participou das primeiras articulações de pesquisadoras em torno do feminismo e dos estudos de gênero da instituição e era uma entusiasta de Pagu.²⁸⁵

Na primeira edição da revista, em 1993, três historiadoras publicaram artigos baseados em suas pesquisas de doutorado, Margareth Rago, Leila Algranti e Carla Bessanezi.

Quanto a *Revista de Estudos Feministas*, duas historiadoras fizeram parte do comitê editorial desde seu primeiro número: Maria Odila Leite Da Silva Dias e Maria Lucia de Barros Mott, que foi orientanda da primeira em seu doutorado e desenvolveu uma série de outros estudos sobre a temática²⁸⁶.

Assim como os demais elementos apresentados anteriormente – pesquisas, redes de pesquisadores, núcleos de pesquisa e eventos – as revistas temáticas especializadas representaram espaços construídos pelas estudiosas de gênero de maneira interdisciplinar. Os periódicos fizeram parte da formação de uma infraestrutura para os estudos de gênero.

²⁸⁴ Cf. Gênero e Universidade, p. 171.

²⁸⁵ Sobre Elisabeth Souza-Lobo, Cf. HIRATA, Helena. “Elisabeth Souza lobo, 1943-1991”. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 31, pp. 3-5, 1º semestre, 1991. *No site do PAGU, na aba Histórico, está escrito: “A presença de Elisabeth Souza-Lobo, na época professora visitante do Departamento de História, foi um estímulo importante para a criação desse Centro”.*

²⁸⁶ O doutorado de Mott se intitula *Parto, parteiras e parturientes no século XIX: Mme. Durocher e sua época* e foi defendido em 1998, na USP. Ela publicou alguns artigos de relevo entre os estudos de gênero e feminista desde os anos 1980, como *Cad. Pesq.* 1986, “Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra”; “Mme. Durocher, modista e parteira”, *REF*, v. 2 n. 3 (1994); “A parte ignorante: um erro de diagnóstico médico?”, *REF*, n. 1 e 2/1999; *Cadernos Pagu*, 2001; *Revista gênero*, 2005. Mott também trabalhou na FCC, ganhou uma bolsa no 3º concurso organizado pela fundação (198?) e fez parte do jornal *Mulherio*. Cf. *Cad. Pesq.* 1986, “Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra” e Maria Lúcia de Barros Mott: pesquisadora militante. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2011, v. 19, n. 2 [Acessado 5 Julho 2022] pp. 634-636. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200029>>.

Postos institucionais

Os elementos mencionados anteriormente mostram como os estudos sobre mulheres e relações de gênero foram consolidando um espaço próprio dentro da produção historiográfica brasileira. A presença do tema em apresentações de diversos SNHs da ANPUH e em Encontros Regionais da ANPUH – em alguns deles em posição de franco destaque; e a continuidade, boa avaliação e criação de novas revistas temáticas especializadas em mulheres e gênero (as já mencionadas *Revista Estudos Feministas* – 1990, *Cadernos Pagu* – 1993, *Caderno Espaço Feminino* – 1994 e a *Revista Gênero*, criada na UFF em 2000) mostram que a construção desse espaço estava efetivamente acontecendo.

Outro elemento que evidencia isso é a propulsão de carreira das historiadoras e docentes vinculadas à temática, algumas das quais adquiriram postos institucionais de relevo. Aqui, novamente, temos uma via de mão dupla. Para historiadoras em posições de destaque antes de estudarem mulheres ou gênero, o fato de se associarem à temática possibilitou que ela fosse promovida, que fosse objeto de publicações e apresentações. Para as historiadoras que foram orientandas das primeiras gerações desses estudos e que fizeram todo ou boa parte de seu percurso acadêmico pesquisando mulheres ou gênero, construir um espaço sólido para eles alavancou também suas próprias carreiras.

Maria Odila Leite da Silva Dias, por exemplo, teve passagens pelas três agências públicas de fomento à pesquisa, as duas nacionais, CAPES, de 1985 a 1990, e CNPQ entre 1986 e 1987, e a agência do estado de São Paulo, FAPESP, de 1985 a 1990. Suas passagens pelas instituições se deram depois de concluída e publicada sua tese de livre-docência, sobre o cotidiano de mulheres pobres no início da urbanização de São Paulo. Silva Dias também foi assessora da Fundação Carlos Chagas entre 1984 e 1990, onde foi debatedora, coordenadora e júri dos concursos de dotações. Além de também ter sido assessora da Editora da Universidade de São Paulo, entre 1986 e 1990. A historiadora participou de órgãos colegiados, como a Congregação da FFLCH, em 1987, e a Coordenadoria de Ciências humanas da FAPESP; foi conselheira do IEB e do Arquivo do Estado de SP, em 1989²⁸⁷. Em resumo, Silva Dias teve passagens por instâncias de poder na definição, avaliação e financiamento das pesquisas de História realizadas em São Paulo.

²⁸⁷ Curriculum Vitae de Maria Odila Leite da Silva Dias, armazenado no CAPH-FFLCH-USP, p. 8 e 28.

Maria Odila também teve uma circulação internacional bastante intensa, como mencionado no segundo capítulo. Ela foi chamada para escrever, avaliar e fazer palestras pelo Brasil e exterior sobre assuntos diversos, entre eles as mulheres e relações de gênero. A historiadora também fez a fala de abertura do SNH da ANPUH que foi sobre o tema.

Eni de Mesquita Samara fazia parte do comitê editorial da Revista Brasileira de História já nos anos 1980, quando houve a primeira edição integralmente dedicada às mulheres e o espaço público, como já mencionado. Além disso, a historiadora teve uma série de cargos institucionais de relevo: fez parte da coordenação dos dois programas de pós-graduação em História da USP; foi vice-diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma instituição; foi diretora do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL-DH-USP); diretora do Museu Paulista e, ainda, presidente da ANPUH. Como Silva Dias, Eni Samara também foi assessora do CNPq e da FAPESP, ambos a partir de 1989, além de ter prestado assessorias para o CNPq e SBPC em eventos e comissões específicas²⁸⁸. Ela foi membro do Comitê Assessor do CNPq para a área de História entre 1989 e 1990, foi consultora *ad hoc* da área de Demografia Histórica do CNPq entre 1989 e 1990, entre outros cargos e funções que exerceu.

A partir das posições que ocuparam, essas historiadoras puderam fazer circular e promover os estudos sobre mulheres e gênero antes da existência de um espaço para tais estudos e contribuindo para que ele se formasse. Em outras palavras, a posição de destaque dessas historiadoras também as permitiu dar destaque à temática.

Para as historiadoras que foram orientadas delas e de outras docentes a partir dos anos 1990, quando a mulher já era um objeto de pesquisa em História, mas ainda não havia uma especialidade construída em seu entorno, adquirir um espaço institucional de poder possibilitou que a temática também adquirisse espaço institucional e legitimidade. As próprias historiadoras tinham isso claro e afirmaram-no em diferentes ocasiões²⁸⁹. Joana Maria Pedro, por exemplo, foi diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, entre 1996 e 2000, o que possibilitou que a IES acolhesse a *Revista Estudos Feministas*, quando a Fundação Ford avisou que encerraria o financiamento da publicação, sediada até então na UFRJ. Com o amparo institucional e financeiro da UFSC, assim como outros que as pesquisadoras da instituição angariaram, a revista pôde continuar existindo e se estabelecer. Até hoje a REF permanece entre as mais

²⁸⁸ Curriculum Vitae Eni de Mesquita Samara, armazenado no CAPH-FFLCH-USP, p. 13.

²⁸⁹ PEDRO, J. M e SOIHET, R., 2007; POSSAS, 2014.

conceituadas do país. Mais recentemente, Pedro foi pró-reitora de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, entre 2008 e 2012; membro do Comitê de Assessoramento do CNPq, entre 2011 e 2015; e presidente da ANPUH, entre 2017 e 2019²⁹⁰.

A passagem das historiadoras pelas instâncias de poder, agências de fomento e outros espaços de decisão exerceu um poder de atração. A partir dessas posições, elas tiveram mais chance de conseguir bolsas de produtividade, circular pelo país e fora dele, receber mais convites e agradecimentos, tornar seus trabalhos mais conhecidos etc. Isto é, elas puderam alavancar suas carreiras e os estudos de mulheres e gênero. A passagem por postos de poder lançou luz ao assunto sobre o qual elas pesquisavam, foi um fator legitimador.

GT de gênero na ANPUH

A partir de 2001, os estudos sobre mulheres e relações de gênero passaram a contar com um Grupo de Trabalho dentro da ANPUH. O GT de gênero foi criado no XXI SNH da ANPUH, realizado na UFF, em Niterói, em 2001. A ANPUH era então presidida por Edgard De Decca e passava por um período de institucionalização de Grupos de Estudo. Não tive acesso a ata de criação do GT, mas ao relato de Lígia Maria Vianna Possas. A autora recompõe a fundação do GT a partir de suas próprias memórias e das memórias de outras historiadoras presentes na ocasião²⁹¹. De acordo com os relatos, a iniciativa de institucionalização veio da parte de Rachel Soihet, já bastante mencionada nesta dissertação. Na reunião, estiveram presentes Lígia Possas (UNESP); Suely Gomes Costa (da UFF e, como mencionado anteriormente, ex-orientanda de Soihet); Maria Izilda Santos de Matos (PUC-SP); Janine Gomes da Silva (UFSC) e outras historiadoras cujos nomes não foram mencionados.

Para a criação do GT, era necessário estabelecer uma coordenação geral e pelo menos três coordenadorias regionais, exigências previstas em regulamento. Assim, a coordenação geral ficou a cargo de Rachel Soihet e para as coordenadorias regionais

²⁹⁰ CNPQ. Currículo do sistema de Currículos Lattes. Informações sobre Joana Maria Pedro. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0818383116633579>. Acesso em: 16/08/2021.

²⁹¹ Cf. POSSAS, Lígia Vianna. GT Estudos de Gênero/ANPUH: uma trajetória. Fato, acontecimento e memórias. (2001- 2014) Hist. R., Goiânia, v. 19, n. 2, p. 7-10, 2014. Não obtive a ata de criação por conta da pandemia, assim como da dificuldade de encontrar tais documentos nos arquivos da associação quando procurei antes de seu fechamento. Lígia Possas também comenta sobre essa dificuldade no texto. P. 9.

foram indicadas Suely Gomes Costa, para o GT do Rio de Janeiro; Joana Maria Pedro, para Santa Catarina; e Lúcia M. Vianna Possas para São Paulo.

Como mencionado anteriormente, a maioria das primeiras pesquisas sobre mulheres ou relações de gênero foram realizadas na USP, entretanto não havia nenhuma historiadora da IES na reunião de fundação do GT. Quer dizer, as historiadoras uspianas mais recorrentes no tratamento da temática, seja em termos de publicação, seja em termos de orientação, Maria Odila Leite da Silva Dias e Eni de Mesquita Samara, não se envolveram na construção desse espaço dentro da Associação. Na ocasião, ambas já tinham trajetórias consolidadas – Silva Dias já tinha inclusive se aposentado da USP e lecionava na PUC/SP – e não precisavam fazer parte de um grupo nacional para terem suas pesquisas reconhecidas.

Diferente de Rachel Soihet, Maria Izilda de Santos Matos e Joana Maria Pedro – que haviam dedicado toda ou quase toda trajetória acadêmica em estudos sobre mulheres e relações de gênero – Maria Odila L. S. Dias e Eni de Mesquita Samara não tinham, ou não tinham mais, a intenção de formar uma especialidade. Ainda assim, o fato de elas terem uma boa acolhida entre o público historiador, deu respaldo à formalização de uma área.

No início das articulações interdisciplinares com a intenção de construir e legitimar a problemática de gênero, Silva Dias era quem falava em nome das pesquisas de História sobre o tema. Ela participou de eventos, publicações coletivas, foi membro do júri dos Concursos da FCC e da Comissão Editorial da Revista Estudos Feministas desde seu primeiro número. A partir dos anos 2000, entretanto, a historiadora já tinha feito seu legado e não precisava participar das disputas pela construção de outros espaços formais para a área. É inegável que Silva Dias fomentou a produção dessa especialidade, mas àquela altura podia fazê-lo à distância, sem precisar se colocar no jogo, na disputa. Afinal, ela já estava acima dela.

De todo modo, a formalização de um GT foi um instrumento usado pelas autoras da temática para promovê-la e aglutiná-la. Houve um trabalho de articulação conjunta para a criação do GT, no qual estiveram envolvidas muitas das historiadoras já mencionadas. Quanto à PUC/SP, Maria Izilda Santos de Matos é mencionada como uma das idealizadoras da proposta, mas não há menção de sua presença na reunião de fundação do grupo. À frente do coletivo estavam as historiadoras da UFF, UNESP e UFSC, Rachel Soihet, Joana Maria Pedro e Ligia Vianna Possas.

Como se vê, Rachel Soihet esteve em grande parte dos movimentos para a institucionalização dos estudos de gênero como uma área. Ela foi responsável pela criação do GT na ANPUH, esteve em eventos sobre estudos a respeito das mulheres desde os 80, publicou nas revistas temáticas especializadas e em coletâneas sobre a escrita da História, organizou eventos e outras publicações sobre o tema, e formou historiadoras especialistas nos estudos de gênero. Ela foi uma agente muito importante da constituição desse “teto” próprio.

Como visto no início do capítulo e reforçando o argumento de Possas, até a construção do GT as pesquisas sobre as relações de gênero eram crescentes, porém não estavam referidas a uma problemática comum de gênero. A criação do GT forneceu assim, o espaço para que “historiadoras das mulheres”, provenientes de todo o Brasil, pudessem se encontrar e trocar informações sobre suas pesquisas, desenvolvê-las em conjunto e referenciá-las a uma problemática comum. Além disso, e não menos importante, formalizando o grupo, elas passaram a contar com o respaldo institucional da Associação Nacional de História.

Em 2014, quando o texto de Possas foi escrito, a questão da garantia de legitimidade para os estudos de gênero era bastante forte. Nas palavras da própria autora, “ao analisar a trajetória de nosso grupo, crio não apenas ‘a coisa dita’, mas legitimo nossa existência. Tornamo-nos história e historicamente fato e acontecimento na trajetória de existência da ANPUH Nacional”²⁹². Nota-se aí, que legitimar o espaço da problemática de gênero era uma questão importante para o grupo e ela só aconteceria com a inserção cada vez mais forte da categoria gênero no léxico acadêmico e historiográfico, assim como, com a ocupação de postos nas universidades e agências de fomento pelas historiadoras dedicadas ao estudo das relações de gênero.

²⁹² POSSAS, “GT Estudos de Gênero/ANPUH” *Op. Cit.*: “Além disso é necessário implementar ações concretas para a inserção da categoria nos cursos de Graduação de modo a ocuparmos espaços acadêmicos em nossas Universidades e junto as Agências de Fomento.” p. 21.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História das Mulheres e Relações de Gênero é uma importante área da historiografia brasileira hoje. Quando a registro em letra maiúscula e afirmo que adquiriu um nome próprio, refiro-me a uma área específica da produção historiográfica e não somente a pesquisas genéricas que tratem de mulheres. Ganhar um nome é também ganhar uma especificidade e, mais do que isso, o ato de nomeação é crucial para que a área ganhe realidade. Assim, falar em História das Mulheres e Relações de Gênero hoje significa falar em textos, pessoas e debates específicos que formam essa área. Seu nome faz referência a um tema amplo, mas encerra uma tradição particular. As “historiadoras das mulheres”, historiadoras formadoras desse campo de estudos, lograram construir essa tradição. Não é possível fazer História das Mulheres e Relações de Gênero no Brasil atual, sem fazer referência a parte do repertório comum construído pelo campo até aqui, sem conhecer, por exemplo, os nomes de Joana Maria Pedro, Rachel Soihet, Maria Odila Leite da Silva Dias ou Margareth Rago; sem pesquisar a *Revista Estudos Feministas* ou *Cadernos Pagu*; ou ainda, sem mencionar, mesmo que de passagem, os debates acerca do conceito de gênero e as formulações de Joan Scott.

Tendo como questão principal a pergunta ‘como se deu o processo de construção desse repertório próprio?’, ou, em outras palavras, ‘como as mulheres se tornaram um objeto de estudos da historiografia brasileira em torno do qual se construiu uma agenda de pesquisas?’ e, como questão de fundo, ‘como se forma um campo de estudos?’, arrisquei algumas respostas ao longo desta dissertação.

Houve processos e sequências de eventos que, combinados, possibilitaram a gênese e o desenvolvimento da área. Eles mesclaram produção de pesquisas, vinculação das historiadoras do novo tema a historiadores com capital social constituído, formação de grupos e grandes publicações para a divulgação das pesquisas, busca de recursos de financiamento e produção de sínteses. Assim listados, contudo, esses movimentos soam lineares e realizados de caso pensado, e não foi assim que o processo aconteceu. Até os anos 1990, não havia intenção de se construir uma área. Ou seja, a área não resulta de ações planejadas desde os primeiros estudos sobre mulheres, mas de ações realizadas a partir de meados da década de 1990, quando a intenção de constituição de um espaço próprio era manifesta.

Por compreender que a intenção de se criar uma área é posterior aos primeiros estudos e concomitante a escrita de balanços historiográficos, o capítulo 1 trata desse período e material. O exame dos balanços me permitiu identificar os mecanismos coletivos de construção de uma crença na continuidade totalizadora da história dessa historiografia. Na medida em que estabelecem uma coesão entre os primeiros e os últimos estudos que não estava dada de antemão, eles impõem, retrospectivamente, um sentido a um processo que foi caótico. Nada é inventado, no entanto, apenas organizado de modo a parecer que a intenção de formar uma área estivesse sempre lá. Isto mostra que os contornos do campo não são anteriores aos textos sobre ele, mas que as sínteses e avaliações também o produzem e não simplesmente o descrevem.

No capítulo 2, nos dirigimos às primeiras monografias sobre mulheres. Vimos que de 1973 a 1984, a mulher foi um interesse difuso de pesquisas de História. Tratava-se de um objeto de estudos induzido pela Fundação Carlos Chagas, com verbas da Ford, mas que no período penetrou pouco a historiografia. À época, a mulher era pesquisada a partir de metodologias quantitativas e demográficas que buscavam compreender a vida e o cotidiano das populações, a forma como as famílias se organizavam, a sexualidade etc. Isto é, era um entre os outros objetos que se tornavam cognoscíveis a partir das então novas metodologias.

A partir de 1985, os trabalhos sobre mulheres se tornaram mais frequentes, embora permanecessem sendo pesquisados em meio a outros temas e agendas de pesquisa. De 1985 a 1993, período abordado no capítulo 3, além do aumento de monografias, as historiadoras que as orientaram também se tornaram mais recorrentes. À diferença do período anterior, neste as pesquisas se avolumaram e as metodologias que as embasaram foram variadas. A principal agenda de pesquisas de onde partiam tais estudos permanecia, contudo, apenas *incluindo* as mulheres, não se centrava nas relações entre os sexos como seria o foco uma vez criada a área. Tratava-se da “história vista de baixo”, uma vertente que se apresentava como inovadora em relação às vertentes anteriores preocupadas com os oprimidos, dos quais a mulher fazia parte. Duas universidades tiveram papel preponderante nesta vertente de pesquisas: a UFF e UNICAMP. Boa parte das “historiadoras das mulheres” contaram com apoios de historiadores dessas instituições.

Foi apenas em meados dos anos 1990 que os estudos sobre mulheres, então ampliados para estudos sobre as relações de gênero, passaram a constituir um campo autônomo, uma área, uma agenda própria. Período tratado no capítulo 4, foi aí que nasceram as revistas *Cadernos Pagu* e *Revista Estudos Feministas*; que os trabalhos sobre

mulheres e gênero se avolumaram imensamente entre as pesquisas de pós-graduação em História; que algumas das historiadoras e formadoras do campo se tornaram orientadoras frequentes de estudos e referências incontornáveis sobre o tema. Foi por volta de 1994 que a área adquiriu um espaço próprio e ganhou contornos visíveis. Concomitantemente a isso, foi nesse período que os estudos dispersos começaram a ser compreendidos como parte de um esforço comum, aqueles retratados no capítulo 1.

Assim, retomamos a conclusão principal deste trabalho: se for preciso datar o campo, afirmamos que ele nasceu em meados dos anos 90. Diferentemente do que costuma aparecer nos balanços, antes dessa época, não havia uma área. Havia pesquisas sobre mulheres, que respondiam a agendas de pesquisa diversas, mas não uma área mais ou menos autônoma dedicada ao tema. A partir do momento em que outros aparatos para o desenvolvimento de tais estudos foram criados – revistas, grupos institucionalizados, grandes projetos de pesquisa e as sínteses expressas nos balanços – começou a existir uma área.

Diante do percurso seguido, fica claro que tomar a mulher como objeto de estudos não é e nem poderia ser o mesmo do que construir uma especialidade em torno da mulher ou das relações de gênero. Fazê-lo foi um movimento posterior, esse sim, pensado e estruturado, e que só pôde acontecer porque existiam estudos prévios. Mas além deles, foi necessário que as historiadoras colocassem energia, mobilizassem pessoas e fizessem publicações para constituir e legitimar esse espaço. Além disso, ao constituí-lo, elas se tornaram suas porta-vozes.

No projeto de colocar a mulher e as relações de gênero em evidência nas pesquisas acadêmicas dos anos 1990, foram realizadas ações de ordem diversa que englobavam profissionais ora da História, ora de outras disciplinas. Houve um trabalho coletivo em diferentes frentes para criar grupos, divulgar pesquisas, colocar pesquisadoras em contato e promover o reconhecimento dos trabalhos sobre a temática – na História e fora dela. Esse processo torna patente como é de fundamental importância a criação de recursos humanos e materiais para a constituição de uma especialidade.

Ademais, sem um trabalho de legitimação da problemática, não há questão de pesquisa que se viabilize. Há sempre questões tidas como prioritárias em relação àquelas que ainda não foram postas no rol de questões possíveis. Se hoje a agenda de pesquisas em torno da “questão da mulher” ou da “questão de gênero” tem a relevância que tem, isso não se deu por geração espontânea, simplesmente porque a questão é importante por natureza. A propósito, as estudiosas de gênero já demonstraram abundantemente como a

natureza também é construída. No caso sob análise, suas sementes já tinham sido plantadas antes de 1995, mas foi apenas a partir daí que elas começaram a dar frutos e se tornaram incontornáveis na produção historiográfica nacional.

Ao reconstituir o caminho pelo qual a História das Mulheres e Relações de Gênero adquiriu um nome e espaço próprio, narrou-se a si e aos outros e conquistou o direito de cidadania na historiografia brasileira – ou seja, conquistou *um teto todo seu* – esta dissertação pretendeu, além de compreender como emerge uma agenda de pesquisas, contribuir para a reflexividade e consequente avanço dessa área de estudos.

Anexo 1: Levantamento de teses e dissertações de História sobre mulheres

Ano	IES	Nível	Autor	Título	Orientador
1973	UNESP/ RIO CLARO	Doutorado	Wanda Rosa Borges	Siminário de Mininas Orphãos e Educandas e Nossa Senhora da Gloria (Primeiros Ensaios para a Profissionalização Feminina em São Paulo - 1825-1935)	Laima Mesgravis
1974	UFF	Mestrado	Rachel Soihet	Bertha Lutz e a ascensao social da mulher, 1919-1937	Stanley Eon Hilton
1977	USP	Mestrado	Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura	O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890/1920)	Maria Thereza Schorer Petrone
1981	USP	Mestrado	Sarah Znayde Ianchel	A inquisição na Bahia: estudo do processo de Ana Rois	Sonia Aparecida de Siqueira
1983	USP	Doutorado	Miriam Lifchitz Moreira Leite	Caminhos de Maria Lacerda de Moura: contribuição à história do feminismo no Brasil	Maria Thereza Schorer Petrone
1983	UNESP/FRA NCA	Mestrado	Martha Maria dos Santos	A ocupação da população feminina livre da Paróquia da Sé de São Paulo no final do século XVIII	Suely Machado da Silva
1985	UNICAMP	Mestrado	Eliana da Silva Lopes	Fragmentos de mulher: dimensões da trabalhadora - 1900/1922	Maira Stella Martins Bresciani
1985	UFF	Mestrado	Magali Engel Vainfas	Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro - 1845 a 1890	Margarida de Souza Neves
1986	UFBA	Mestrado	Maria Amélia Ferreira de Almeida	Feminismo na Bahia, 1930 - 1950	Alda Brito de Motta
1986	UFPR	Mestrado	Sonia Cristina da Fonseca Machado Lino	As ideias feministas no Brasil (1918-1932)	Altiva Pilatti Balhana
1986	USP	Doutorado	Rachel Soihet	Vivências e formas de violência: mulher de classe subalterna no Rio de Janeiro, 1890-1920	Laima Mesgravis
1987	PUC/SP	Mestrado	Laura Burman	Os cadernos de viagem de Maria Graham. A visão de um novo Império	Estefânia Knotz Cangaçu Fraga
1987	UFBA	Mestrado	Lígia Bellini	A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil Colonial	Luiz Roberto de Barros Mott
1987	UFF	Mestrado	Martha de Abreu Esteves	Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque	Robert Wayne Slenes

1987	UFRJ	Mestrado	Selma Alves Pantoja	Nzinga Mbandi. Comércio e escravidão no litoral angolano no século XVII	Ciro Flamarion Cardoso
1988	USP	Doutorado	Orlando Fideli	Elementos Esotéricos e cabalísticos nas visões de Anna Katharina Emmerick	Victor Deodato da Silva
1989	UFF	Mestrado	Sylvia Maria da Costa	Ego e o outro: uma apreensão do corpo; o masculino e o feminino no discurso médico produzido nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro - 1838-1887	Vânia Leite Fróes
1989	UFF	Mestrado	Maria Paula Nascimento Araújo	Um mundo ao avesso: um ensaio sobre a cultura popular e a condição feminina no Rio de Janeiro da virada do século XIX	Rachel Soihet
1989	USP	Doutorado	Ivan Aparecido Manoel	Igreja e educação feminina: os colégios das irmãs de São José de Chamberry, 1859-1919	Augustin Wernet
1990	USP	Doutorado	Mary Del Priore	Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia	Maria Luiza Marcílio
1990	UFF	Mestrado	Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi	Mulher, ofício e missão, os mundos do feminino nos romances de Machado de Assis e Aluísio de Azevedo	Margarida de Souza Neves
1990	UFGO	Mestrado	Maria Lúcia Vannuchi Tomazini	Mulher Gari: história e memória da formação do trabalho feminino - Goiânia, 1979 a 1988	Eliane Garcindo Dayrell
1990	UFRJ	Mestrado	Regina Maria da Cunha Bustamante	O casamento e esposa: a visão de Agostinho de Hipona	Maria Sonsoles Guerras
1990	UNICAMP	Doutorado	Margareth Rago	Os prazeres da noite : prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)	Edgar Salvadori De Decca
1991	PUC/SP	Mestrado	Cristina Scheibe Wolff	As mulheres da colônia Blumenau - cotidiano e trabalho (1850-1900)	Déa Ribeiro Felon
1991	PUC/SP	Mestrado	Maria Cândida Delgado Reis	Tessitura de destinos (Mulher e educação, São Paulo 1910/20/30)	Maria Antonieta Martines Antonacci
1991	USP	Mestrado	Vera Lúcia Puga de Souza	Entre o bem e o mal: educação e sexualidade nos anos 60 - Triângulo Mineiro	Eni de Mesquita Samara
1991	USP	Doutorado	Sandra Lúcia Lopes Lima	Espelho de mulher: Revista Feminina, 1916-1925	Ulysses Telles Guariba Neto
1991	USP	Doutorado	Lana Lage da Gama Lima	A Confissão pelo Averso: O Crime de Solicitação no Brasil Colonial	Fernando Antonio Novais

1991	UFPR	Mestrado	Diva Conceição R. Mezzomo	Médicos e educadores: a disciplinarização da família curitibana, 1890-1930	Oksana Olga Boruszenko
1991	UFRJ	Mestrado	Maria da Glória Lima Rabelo	O saber feminino: os apaixonantes labirintos do século XII	Maria Elizabeth Graça de Vasconcellos
1992	PUC/RJ	Mestrado	Maria Christina Guido	A mulher civiliza-se: educação feminina católica e francesa no Brasil republicano: o Colégio Sacre-Coeur de Jésus	Ilmar Rohloff de Mattos
1992	PUC/SP	Mestrado	Maria Bueno Bastos	Outras palavras, outras imagens - movimentos feministas na cidade de São Paulo nos anos 70/80	Maria Antonieta Martines Antonacci
1992	PUC/SP	Mestrado	Sueli Tereza de Oliveira	Uma colméia gigantesca: escola profissional feminina - 1919/20/30	Maria Antonieta Martines Antonacci
1992	PUC/SP	Mestrado	Lygia Pracchia	Os libertários e os caminhos da emancipação feminina. São Paulo/ Rio de Janeiro - 1900/1930	Yara Maria Aun Khoury
1992	USP	Mestrado	Carla Silva Beozzo Bassanezi	Virando as páginas, revendo as mulheres: relações homem-mulher e revistas femininas, 1945-1964	Laima Mesgravis
1992	USP	Doutorado	Leila Mezan Algranti	Honradas e devotas: mulheres da colônia: (estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do Sudoeste, 1750-1822)	Fernando Antonio Novais
1992	USP	Doutorado	Joana Maria Pedro	Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Papeis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis - 1880-1920	Maria Odila Leite da Silva Dias
1992	USP	Doutorado	Etelvina Maria de Castro Trindade	Clotildes ou Marias - Mulheres de Curitiba na Primeira República	Maria Beatriz Marques Nizza da Silva
1992	UFPR	Mestrado	Ana Paula Vosne Martins	"Um lar em terra estranha": a aventura da individualização feminina. A Casa da Estudante Universitária de Curitiba na década de 50 e 60	Carlos Roberto Antunes dos Santos
1993	PUC/RS	Mestrado	Silvio Marcus de Souza Correa	A sexualidade e poder na Belle Époque de Porto Alegre	Astor Antônio Diehl
1993	PUC/RS	Mestrado	Maria da Conceição Abel Missel Machado	Submissão e poder: mulheres operárias de Caxias do Sul (1900-1950)	René Ernani Gertz
1993	PUC/SP	Mestrado	Dolores Pereira Ribeiro Campos	Mulher e família na trajetória dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo - 1970/1980	Estefânia Knotz Cangaçu Fraga

1993	PUC/SP	Mestrado	Deborah Silva Santos	Memória e oralidade: mulheres negras no Bixiga - São Paulo 1930/40/50	Yara Maria Aun Khoury
1993	UFF	Mestrado	Sonia Regina Rebel de Araújo	O colégio de Nossa Senhora das Dores e a formação do magistério feminino em Nova Friburgo (1940-1943)	Rachel Soihet
1993	UFF	Mestrado	Juçara Luzia Leite	A República do Mangue: controle social e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)	Rachel Soihet
1994	PUC/RS	Mestrado	Carmem Lúcia Santos Castro	Ferro de brasa, tacho de cobre, puxados úmidos: cotidiano das mulheres escravizadas em Porto Alegre (século XIX)	Mário José Maestri Filho
1994	PUC/SP	Mestrado	Joelma Varão Lima	A mulher na obra de Jorge Amado	Yvone Dias Avelino
1994	UNESP/ASSIS	Mestrado	Lourdes Madalena G. C. Feitosa	Homens e mulheres romanos: o corpo, o amor e a moral, segundo a literatura amorosa do primeiro século d. C. (Ovídio e Petrônio)	Sidinei Galli
1994	UNESP/ASSIS	Mestrado	Marlene Aparecida de Souza Gasque	Amores ilícitos, discursos sobre a moral e a sexualidade feminina em crimes de sedução. Comarca de Assis - 1940-1968	José Ribeiro Jr
1994	UNICAMP	Mestrado	Karla Adriana Martins Bessa	Jogos de sedução: praticas amorosas e praticas juridicas, Urberlandia, 1950 a 1970	Maria Stella Martins Bresciani
1994	UFBA	Mestrado	Cecília Conceição Moreira Soares	Mulheres negras na Bahia no século XIX	João José Reis
1994	UFBA	Mestrado	Alberto Heraclito Ferreira Filho	Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular, Salvador 1890/1940	Luiz Roberto de Barros Mott
1994	USP	Mestrado	Rita Cristina Carvalho Medeiros Couto	Eugenia, loucura e condição feminina no Brasil - As pacientes do Sanatório Pinel de Pirituba e o discurso dos médicos e dos leigos durante a década de 1930	Carlos Roberto Figueiredo Nogueira
1994	USP	Doutorado	Marina Zancaner Brito Maluf	Ruídos da memória (A presença da mulher fazendeira na expansão da cafeicultura brasileira)	Maria Odila Leite da Silva Dias
1994	UFF	Mestrado	Maria José de Carvalho Nascimento	O (Des)Prestígio da Normalista e as Relações de Gênero no Cotidiano do Instituto de Educação do Rio de Janeiro	Ismênia de Lima Martins
1994	UFF	Mestrado	Marta Mega de Andrade	A "cidade das mulheres". Alteridade do feminino e cidadania ateniense (455-322 a.C.)	Vânia Leite Fróes
1994	UFF	Mestrado	Beatriz Kushnir	Baile de Máscara. As polacas num exercício de solidariedade e sociabilidade	Ângela Maria de Castro Gomes
1994	UFF	Doutorado	Luis Felipe Miranda de	Mulheres de papel. Um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis	Vânia Leite Fróes

			Souza Ribeiro		
1994	UFRGS	Mestrado	Ana Maria Colling	"Choram Marias e Clarices". Uma questão de gênero no regime militar brasileiro	Céli Regina Jardim Pinto
1994	UFPR	Mestrado	Cynthia Roncaglio	Pedidos e recusas: mulheres, espaço público e cidadania (Curitiba, 1890-1934)	Etelvina Maria de Castro Trindade
1994	UFPR	Mestrado	Ana Maria Ganz	Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945	Euclides Marchi
1995	PUC/RS	Mestrado	Beatriz dos Santos Landa	A mulher guarani: atividades e cultura material	José Joaquim Justiniano Proenza Brochado
1995	PUC/RS	Mestrado	Clarisse Ismério Roznieski	A mulher na República Velha: o imaginário e a realidade no RS: 1889-1930	Moacyr Flores
1995	PUC/RS	Mestrado	Cláudia Pons Cardoso	O importante papel das mulheres sem importância: Porto Alegre, 1889-1910	Margaret Marchiori Bakos
1995	PUC/SP	Mestrado	Angelica Lucia Carlini	Mulheres de bairro de São Paulo e o Partido dos Trabalhadores: Política no feminino?	Yara Maria Aun Khoury
1995	PUC/SP	Mestrado	Luzia de Fátima Alves	Mulheres em movimento, movimento de mulheres - um estudo sobre as lutas de mulheres em São Bernardo do campo na década de oitenta	Maria Izilda Santos de Matos
1995	PUC/SP	Mestrado	Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	Vestígios do tempo: memórias de mulheres católicas (1929/1942)	Marina Zancaner Brito Maluf
1995	PUC/RJ	Mestrado	Mariana Pereira Nunes Varzea	Mulheres de Bronze	Margarida de Souza Neves
1995	PUC/RS	Doutorado	Cleci Eulália Favaro Klein	Imagens Femininas: Contradições, Ambivalências, Violências - Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul - 1875/1950	Braz Augusto Aquino Brancato
1995	UFF	Doutorado	Vera Lucia Soares	A Escrita do silêncio - Assia Djebar e o discurso do colonizado no feminino	Ronaldo Vainfas
1995	UFPE	Mestrado	Pedro Vilarinho Castelo Branco	Mulheres plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República	Antonio Paulo de Marais Rezende
1995	UNB	Mestrado	Joelma Rodrigues da Silva	Mulher: "Pedra preciosa": prostituição e as relações de gênero em Brasília (1957-1961)	Tânia Navarro Swain
1995	UNICAMP	Mestrado	Ricardo Santa Rita Oliveira	Educação, maternidade e progresso. Uma análise sobre a educação de mulheres entre 1870 e 1910	Luzia Margareth Rago

1995	USP	Mestrado	Maria do Socorro de Abreu Lima	A participação da mulher trabalhadora nos anos 50: buscando espaço, construindo identidades	Maria Odila Leite da Silva Dias
1995	USP	Mestrado	Maria Luísa Albiero Vaz	Mulheres da elite cafeeira em São Paulo: conciliação e resistência, 1890/1930	Maria Odila Leite da Silva Dias
1995	USP	Mestrado	Antônio Emílio Morga	Práticas Afetivas Femininas em Nossa Senhora do Desterro no Século XIX	Eni de Mesquita Samara
1995	USP	Doutorado	Jane de Fátima Silva Rodrigues	Perfis femininos: simbologia e representação na sociedade uberlandense, 1920-1958	Inez Garbuio Peralta
1996	PUC/SP	Mestrado	Simone Bizaco	Itinerários de paixões: o feminino, o masculino e a paulicéia em Oswald de Andrade	Maria Izilda Santos de Matos
1996	UFBA	Mestrado	Adriana de Carvalho Luz	Mulheres e doutores: discurso sobre o corpo feminino. Salvador, 1890-1930	Lígia Bellini
1996	UFBA	Mestrado	Nélia de Santana	A Prostituição Feminina em Salvador (1900-1940)	Lígia Bellini
1996	USP	Doutorado	Wanda Maleronka Ferron	Fazer roupa virou moda: um figurino de ocupação da mulher (São Paulo - 1920-1950)	Vera Lúcia Amaral Ferlini
1996	USP	Doutorado	Concessa Vaz de Macedo	Mulheres, seus ofícios e suas técnicas: processo de trabalho nas indústrias têxteis britânicas antes da revolução industrial	José Jobson de Andrade Arruda
1996	USP	Mestrado	Magali Suemi Tanaka	Mulheres fatais: códigos de subjetivação no cinema norte-americano (1914-1930)	Eni de Mesquita Samara
1996	UFF	Mestrado	Giselle Martins Venâncio	Mulher, política e trabalho: contando uma outra história	Marco Antônio Villela Pamplona
1996	UFF	Doutorado	Suely Gomes Costa	Metáforas do Tempo e do Espaço Doméstico (Rio de Janeiro: Século XIX)	Rachel Soihet
1996	UFF	Doutorado	Anayansi Correa Brenes	Um Olhar Brasileiro sobre o Caso Paris: O Conflito Parteiros-Parteiras e seus Desdobramentos no Rio de Janeiro do Século XIX	Ismênia de Lima Martins
1996	UFMG	Mestrado	Anna Flavia Arruda Lanna Barreto	Movimento feminino pela anistia: a esperança do retorno à democracia	Lucília de Almeida Neves Delgado'
1996	UFPR	Mestrado	Wilma de Lara Bueno	Curitiba, uma cidade bem-amanhada. Vivência e trabalho das mulheres polonesas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX	Ana Maria de Oliveira Burmester
1996	UFPR	Mestrado	Léa Resende Archanjo	Relações de Gênero e Educação Escolar: Colégio Estadual do Paraná (1950/1960)	Euclides Marchi
1996	UFRGS	Mestrado	Elisabete da Costa Leal	O positivismo, o partido republicano riograndense, a moral e a mulher (1891-1913)	Silvia Regina

					Ferraz Petersen
1996	UFSC	Mestrado	Marlene de Fáveri	Moços e moças para um bom partido; Itajaí e a construção das elites (1929-1960)	Joana Maria Pedro
1996	UFSC	Mestrado	Ivonete Pereira	"As Decaídas": Mulheres no Quotidiano de Florianópolis (1900-1940)	Joana Maria Pedro
1996	UNESP/ASSIS	Mestrado	Edméia Aparecida Ribeiro	Meninas Ingênuas: Uma Espécie em Extinção? A Sexualidade Feminina: Entre Práticas e Representações. Maringá, 1950-1980	Zélia Lopes da Silva
1997	PUC/SP	Mestrado	Andrea Borelli	Matei por amor! Representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo nos anos 20 e 30	Maria Izilda Santos de Matos
1997	PUC/SP	Mestrado	Marly Gonçalves Bicalho Ritzkat	Uma Estrangeira dentro de Casa: O Cotidiano sob o Olhar de Ina Von Binzer	Marina Zancaner Brito Maluf
1997	UNESP/ASSIS	Mestrado	Valéria Critina Basílio	A mulher em Roma: a condição feminina na literatura pliniana	Carlos Roberto de Oliveira
1997	UFBA	Mestrado	Márcia Maria da Silva Barreiros Leite	Educação, cultura e lazer das mulheres de elite em Salvador, 1890-1930	Lígia Bellini
1997	UFRGS	Mestrado	Sandra da Silva Carelli	Texto e contexto: virtude e comportamento sexual adequados às mulheres na visão da imprensa portogalesa da segunda metade do século XIX	Luiza Helena Schmitz Kliemann
1997	UFSC	Mestrado	Rosa Maria Steiner Schroeder	Uma Mulher Além do seu Tempo: Maura de Senna Pereira	Maria Teresa Santos Cunha
1997	UFSC	Mestrado	Carlos Renato Carola	Dos Subterrâneos da História: As Trabalhadoras das Minas de Carvão de Santa Catarina (1937-1964)	Joana Maria Pedro
1997	UFSC	Mestrado	Lucy Cristina Ostetto	Vozes que Recitam, Lembranças que se Refazem: Narrativas de Descendentes Italianas/os. Nova Veneza - 1920-1950	Maria Bernardete Ramos Flores
1997	UNESP/ASSIS	Mestrado	Carlos Alberto Maio	A igreja, a mulher e o matrimônio cristão em Ponta Grossa (1930-1965)	Célia de Carvalho Ferreira Penço
1997	UFF	Mestrado	Moema de Rezende Vergara	As figuras de Flora Tristán: uma abordagem de gênero sobre a mulher, a viajante e a socialista	Leandro Augusto Marques Coelho Konder
1997	USP	Mestrado	Maria Thereza Rímoli	Os tipos femininos do imaginário medieval nos Lais de Marie de France	Jônatas Batista Neto

1998	PUC/RS	Doutorado	Márcio Pizarro Noronha	Corpos & figuras: imagens do corpo feminino e as figurações do sujeito na iconografia de Goya: o caso de A Maja Desnuda	Braz Augusto Aquino Brancato
1998	PUC/RS	Mestrado	Maria Amélia Gonçalves da Silva	Rompendo o silêncio: mulheres operárias em Pelotas e Rio Grande: 1890-1920	Margaret Marchiori Bakos
1998	PUC/SP	Mestrado	Claudete Ribeiro de Araujo	Imagens, Cotidiano e Doutrinas na Colônia: Uma Abordagem de Gênero sobre Discursos e Vivências Morais no Século XVIII	Maria Izilda Santos de Matos
1998	UFRJ	Doutorado	Míriam Andréa de Oliveira	A mulher e as artes: as pintoras da Primeira República, no Rio de Janeiro	Eulália Maria Lahmayer Lobo
1998	USP	Mestrado	Cláudia Costa Guerra	Descortinando o Poder e a Violência nas Relações de Gênero: Uberlândia - MG - 1980/1995	Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura
1998	USP	Doutorado	Vera Lúcia Puga de Souza	Paixão, Sedução e Violência - 1960-1980	Eni de Mesquita Samara
1998	USP	Doutorado	Cristina Scheibe Wolff	Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre, 1870-1945	Maria Odila Leite da Silva Dias
1998	USP	Doutorado	Diva do Couto Gontijo Muniz	Do lar para a escola e da escola para o lar. Mulher e educação em Minas Gerais no século XIX (1834-1889)	Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright
1998	USP	Doutorado	Maria Lucia de Barros Mott	Partos, Parteiras e Parturientes - Mme. Durocher e sua Época	Maria Odila Leite da Silva Dias
1998	USP	Mestrado	Marisa Fernandes	Sob os focos d'A Lanterna: a mulher na imprensa anticlerical de 1909 a 1916	Eni de Mesquita Samara
1998	UFF	Mestrado	Maria da Glória Guimarães Correia	Nos fios da trama: quem é essa mulher. Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século	Rachel Soihet
1998	UFF	Mestrado	Patrícia Loyola Amaral	Entre a cruz e o progresso: o processo de normatização do comportamento feminino no Rio de Janeiro republicano (1890-1916)	Gizlene Neder
1998	UNICAMP	Mestrado	Marilda Santana da Silva	As mulheres no tribunal eclesiástico do bispado de Mariana (1748-1830)	Leila Mezan Algranti
1998	UFF	Doutorado	Alberto Moby Ribeiro da Silva	A noite dos Kygua Vera. A mulher e a reconstrução da identidade nacional paraguaia (1869-1904)	Ismênia de Lima Martins

1998	UFSC	Mestrado	Marise da Silveira Veríssimo	Marias do Socorro - Mulheres presas, mulheres torturadas	Élio Cantalício Serpa
1998	UNESP/FRANCA	Mestrado	Patrícia Carla de Melo Martins	O catolicismo ultramontano e o colégio feminino nossa senhora de Lourdes de Franca (1888-1920)	Teresa Maria Malatian
1998	UNESP/FRANCA	Mestrado	Regina Célia Lima Caleiro	História e crime: quando a mulher é a ré (Franca, 1890-1940)	Ida Lewkowicz
1998	UNESP/FRANCA	Mestrado	Luciana de Campos	Senhoras de corpos velidos: imagens da mulher nas cantigas galego-portuguesas dos séculos XII e XIII	Alzira Lobo de Arruda Campos
1999	PUC/RS	Doutorado	Áurea Terezinha Tomatis Petersen	Trabalhando no banco: trajetórias das mulheres gaúchas desde 1920	Núncia Maria Santoro de Constantino
1999	PUC/SP	Mestrado	Iara Aparecida Beleli	Gênero e Amor: Experiências, Encontros e Desencontros - 1970-1990	Maria Izilda Santos de Matos
1999	PUC/SP	Mestrado	Neivalda de Freitas de Oliveira	Representações e Práticas de Gênero em Distratos de Casamento: Salvador, 1890 a 1920	Maria Odila Leite da Silva Dias
1999	PUC/SP	Mestrado	Benedita Celeste de Moraes Pinto	Nas Veredas da Sobrevivência: Memória, Gênero e Símbolos de Poder Feminino em Povoados Amazônicos de Antigos Quilombolas	Maria Odila Leite da Silva Dias
1999	PUC/SP	Mestrado	Eliana Ramos Ferreira	Em tempo cabanal: cidade e mulheres no Pará Imperial - Primeira metade do século XIX	Maria Izilda Santos de Matos
1999	PUC/SP	Mestrado	Ione Celeste Jesus de Souza	Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana - 1925-1945, Bahia	Maria Antonieta Martines Antonacci
1999	PUC/SP	Mestrado	Marcia Conceição Martins Correia	Formações Familiares Negras: Vozes de Gerações de Mulheres - Salvador - 1920 a 1970	Maria Odila Leite da Silva Dias
1999	PUC/SP	Mestrado	Mardônio e Silva Guedes	O preço da recusa: violência e limites morais do meretrício em Fortaleza (1930-1940)	Maria Izilda Santos de Matos
1999	PUC/SP	Mestrado	Raimundo Dalvo da Costa Silva	Cotidiano, memória e tensões: a trajetória artística das cantoras do rádio de Salvador	Yara Maria Aun Khoury
1999	PUC/SP	Mestrado	Sirlei Antoninha Kroth	Atalhos da luta: trajetórias e experiências das mulheres agricultoras e do movimento de mulheres agricultoras de Santa Catarina (1983-1993)	Denise B. Sant'Anna
1999	UFPE	Mestrado	Keila Queiroz e Silva	Entre normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60 e 70 na Paraíba	Durval Muniz de Albuquerque Jr

1999	UFPE	Mestrado	Zilda Maria Menezes Lima	Mulheres de romance: perfis femininos da cidade de Fortaleza (1880-1900)	Silvia Cortez Silva
1999	UFSC	Mestrado	Vanderlei Machado	O Espaço Público como Palco de Atuação Masculina: A Construção de um Modelo Burguês de Masculinidade em Desterro (1850-1884)	Joana Maria Pedro
1999	UFSC	Mestrado	Sônia da Silva Purceno	Entre a Vontade e o Poder: Vida Pedagógica, Silêncio e Criação do Sujeito (Professorinhas em Boa Vista-RR)	Maria Teresa Santos Cunha
1999	UNB	Mestrado	Liliane Maria Macedo Machado	O espelho do Narciso: imagens da mulher goiana no discurso urbano do século XIX	Tânia Navarro Swain
1999	UNESP/ASSIS	Mestrado	Adriana Vidotte	Isabel de Castela: uma mulher para um reino	Maria Guadalupe Pedrero-Sánchez
1999	UNESP/ASSIS	Mestrado	Silvia Marcia Alves Siqueira	A Mulher e a Visão Cristã Paulina do I Século d.C.	Ivan Esperança Rocha
1999	USP	Doutorado	Giulia Crippa	Imaginário e construção da experiência: as representações do corpo feminino nas artes plásticas brasileiras (1900-1940)	Nicolau Sevckenko
1999	USP	Doutorado	Lina Gorenstein Ferreira da Silva	"O sangue que lhes corre nas veias": mulheres cristãs-novas do Rio de Janeiro, século XVIII	Anita Waingort Novinsky
1999	USP	Doutorado	Lídia Maria Vianna Possas	Mulheres, trens e trilhos beirando uma história do impossível. Sociedade brasileira no anos 30-40	Maria Inez Machado Borges Pinto
1999	UNESP/FRANCA	Mestrado	Paulo Eduardo Teixeira	Mulheres, domicílios e povoamento: Campinas, 1765-1850	Laima Mesgravis
1999	UNESP/FRANCA	Mestrado	Hilton César de Oliveira	A Devassa da Vida Quotidiana: O Delito do Concubinato em Minas Gerais Setecentista	Laima Mesgravis
1999	USP	Doutorado	Terezinha Santarosa Zanlochi	Mulheres beatas e militantes na igreja de Bauru (1960-1990)	Augustin Wernet
2000	PUC/RS	Doutorado	Ana Maria Colling	A construção da cidadania da mulher brasileira: igualdade e diferença	Ruth Maria Chittó Gauer
2000	UFPE	Mestrado	Alômia Abrantes da Silva	As escritas femininas e os femininos inscritos: imagens de mulheres na imprensa parahybana dos anos 20	Durval Muniz de Albuquerque Jr
2000	UFPE	Mestrado	Chrislene Caravilho dos Santos	Construção social do corpo feminino: Sobral - 1920/1925	Antonio Torres Montenegro

2000	UFPE	Mestrado	Silêde Leila Oliveira Cavalcanti	Mulheres modernas, mulheres tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes - Campina Grande 1930/1950	Durval Muniz de Albuquerque Jr
2000	UNESP/ASSIS	Mestrado	Adriana Aparecida de Oliveira	A imagem da mulher na sociedade de consumo: a publicidade tabagista revelando novos hábitos, modos e modas (1920-1950)	Claudinei Magno Magre Mendes
2000	UNESP/ASSIS	Mestrado	Eliane Motta Arantes	Mulheres Macuxi: da aldeia para o cenário político indígena e ingenista do século XX	Célia de Carvalho Ferreira Penço
2000	UNESP/ASSIS	Mestrado	Lilian Henrique de Azevedo	Mulher em revista: representações sobre o feminino nas revistas paulistanas O pirralho e a cigarra (1914-1918)	Tânia Regina de Luca
2000	UFRGS	Mestrado	Paulina Nólivos	Encontrando mulheres: Eurípedes, o feminino e o imaginário sexual na tragédia "As troianas"	Francisco Marshall
2000	UFRGS	Mestrado	Anelda Pereira de Oliveira	Mulher fim-de-século: as representações sociais da mulher através da imprensa	Sandra Jatahy Pesavento
2000	UNICAMP	Doutorado	Ana Paula Vosne Martins	A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX	Leila Mezan Algranti
2000	UNICAMP	Mestrado	Maria Claudia Bonadio	Moda: costurando mulher e espaço público. Estudo sobre a sociabilidade feminina na cidade de São Paulo 1913-1929	Vera Hercília Pacheco Borges
2000	UNICAMP	Doutorado	Karla Adriana Martins Bessa	(Entre)cruzando histórias: gênero e historiografia brasileira (1961-1996)	Maria Stella Martins Bresciani
2000	USP	Mestrado	Maria Iza Gerth da Cunha	Educação Feminina numa Instituição Total Confessional Católica: Colégio Nossa Senhora do Patrocínio	Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura
2000	USP	Doutorado	Maria do Carmo Parente dos Santo	O poder feminino na península ibérica da Reconquista	Victor Deodato da Silva

Fontes e Bibliografia

Fontes

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Mulheres sem história”. *Revista de História*, n. 114, 1983.

SILVA, Maria B. Nizza da. “A História da Mulher no Brasil: tendências e perspectivas”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, nº27: p. 75-91, 1987.

DIAS, M. O. L. S. “Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano”. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. (orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAMARA, Eni de Mesquita. “A mulher e a família na historiografia latino-americana recente”. *Anos 90 - Revista de Pós-Graduação em história*, UFRGS, v. 1, n. 1 (1993).

DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças”. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1994.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. “História das Mulheres”. *Revista USP*, n. 23, 1994.

RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. In: LOPES, Zélia (org.) *A história em debate*. São Paulo: Marco Zero/SEEC, 1995.

MATOS, Maria Izilda Santos. “História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas”. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia: UFU, Vol. 3, nº1/2, 1996.

SOIHET, Rachel. “História das mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997a.

SOIHET, Rachel. “História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate”. In: AGUIAR, Neuma (org.) *Gênero e Ciências Humanas. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997b.

SOIHET, Rachel. “História das mulheres e história de gênero: um depoimento”. *Cadernos Pagu* (11). 1998: pp.77-87.

RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana e GROSSI, Miriam. (orgs.). *Masculino e, feminino e plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da história das mulheres”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

Bibliografia

- ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. *A produção de balanços historiográficos no Brasil: entre o poder político e o poder discursivo (1990-2011)*. Revista História Unisinos, Vol. 22, Nº 3 - setembro/outubro de 2018.
- AGUIAR, Neuma (org.) *Gênero e Ciências Humanas. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.
- AULETE, Caldas. *Novíssimo dicionário contemporâneo da língua portuguesa/ Caldas Aulete; [organizador Paulo Geiger]*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011. Pp. 195
- BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*. vol. 16, n.º 1, p. 207-228, jan.-abr. 2008.
- BARROSO, Carmem. “Cristina Bruschini (1945-2012)”. *Cad. Pesq.* v. 42, n. 145. jan/abr. 2012.
- BARROSO, Carmen ; COSTA, Albertina de Oliveira, (Orgs.), *Mulher, mulheres*. São Paulo: Cortez; FCC/DPE, 1983.
- BARROSO, Carmem; COSTA, Albertina de Oliveira; SARTI, Cynthia. “Pesquisa sobre a mulher no Brasil, do limbo ao gueto?” *Cadernos de Pesquisa*, n. 54, ago/1985, p.5-15. Pp. 5.
- BEN-DAVID, Joseph e COLLINS, Randall. “Social Factors in the Origins of a New Science: The Case of Psychology”, *American Sociological Review*, vol. 31, n. 4, 1966, pp. 451-465.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. “O campo científico” [1976]. In: *Pierre Bourdieu: Sociologia* (org. de Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *Méthode scientifique et hierarchie sociale des objets*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Année 1975 vol1-n.1, pp. 4-6. P. 5, 6.
- BRUSCHINI, Cristina, ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs.). *Vivência (História, Sexualidade e Imagens Femininas)*. Brasiliense Editora, 1980.
- CAPELATO, M. H. R (coord.) *Produção histórica no Brasil: 1985 -1994: catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história*. São Paulo, xamã, 1995.
- CAPELATO, Maria Helena; GUTIERREZ, Horácio; PRADO, Maria Lígia. “Eni de Mesquita Samara (1948-2011)”. *Revista Brasileira de História*, vol.31, no. 62, São Paulo, dezembro- 2011.
- COSTA, Albertina, BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Rebeldia e Submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo, FCC/Vértice - Ed. Rev. dos Tribunais, 1989.

COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. (orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. “A dialética invertida: 1960-1990”. In: *Revista Brasileira de História*. Brasil: 1954-1964. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n.27, p. 9-26, 1994.

CRENSHAW, Kimberlé. “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”. *Stanford Law Review*, Vol. 43, No. 6 (Jul., 1991), pp. 1241-1299.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. Pp. 77.

ELIAS, Norbert. “Scientific establishments”. In: ELIAS, Norbert; MARTINS, Erminio; WHITLEY, Richard D. (orgs.). *Scientific Establishments and Hierarchies*. Dordrecht: D. Rieder, 1982, pp. 3-69.

ESTIMADO, Roberta Baessa; FORTUNATO, Thomáz; CRUZ, João Filipe Araujo; HOTIMSKY, Marcelo Caio Nussenzweig; BASSANI, Alexandre Duarte. “Entrevista: Margaret Rago”. *Revista Humanidades em diálogo*. Vol. 7, São Paulo, 2016.

FICO, Carlos, POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*. Série Dados. Ouro Preto: UFOP, 1994. 344 p. (v. 2)

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos pagu* (24), janeiro-junho de 2005, pp.127-152.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Gênero em debate: problemas metodológicos e perspectivas historiográficas. In: *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas / Mariana Villaça, Maria Ligia Coelho Prado (Orgs.) – São Paulo : Humanitas: CAPES, 2015.*

GROSSI, Miriam. “A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: Uma breve história do feminismo no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, 12 (N.E.): 264, Florianópolis, set-dez/2004.

GRYNSZPAN, Mário. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 255p.

HAHNER, June Edith. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas, 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 140p.

MACHADO, Daiane V. Entrevista com Maria Beatriz Nizza da Silva. In: ROIZ, D. da S.; ZIMMERMANN, T. R.; GONTIJO, R (Orgs.). *As mulheres e a pesquisa acadêmica: as pioneiras nos estudos históricos brasileiros*. Campinas: Mercado de Letras, 2020. (Ainda não publicado).

MACHADO, Daiane Vaiz. *Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX*. *Rev. hist. historiogr.* Ouro preto. n. 22. Dezembro de 2016.p. 134-151. doi: 10.15848/hh.v0i22.1147.

MATOS, Maria Izilda Santos. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. *Revista Mandrágora*, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15.

MATOS, Marlise. “A Institucionalização do Feminismo no Brasil. Os núcleos de estudos de relações de gênero e o feminismo como produtores de conhecimento: a experiência da RedeFem”. In: *Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005, 2006/* Presidência da República. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. 112 p.

MERTON, Robert (2013). *Ensaio de sociologia da ciência*. Trad. de Sylvia Gemignani Garcia e Pablo Rubén Mariconda. Editora 34 & Associação Scientiae Studia.

MICELI, Sérgio (org.), *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1995. v. 2.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

PEDRO, Joana Maria; BARLETTO, Marisa. “Movimentos feministas e academia: tensões e alianças”. *Revista Feminismos*. Vol.7, N.1, Jan., Salvador, Abr. 2019.

PEDRO, Joana Maria. “Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância”. *História*, Unisinos. Vol. 9 Nº 3 - setembro/dezembro de 2005.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi* (RJ) . 2011, vol.12, n.22, p.270-283.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PERROT, Michelle. “Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência”. In: *Fazendo história das mulheres. Cadernos Pagu*, nº 4, 1995.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila; PISCITELLI, Adriana; GOLDANI, Ana Maria (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH, Unicamp, 2002.

PRIORE, Mary Del. História das mulheres: As Vozes do Silêncio. In: FREITAS, Marcos César (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHIENBINGER, L. *O Feminismo Mudou a Ciência?* Bauru/SP: EDUSC, 2001.

SCHPUN, M. R. “Maria Lacerda de Moura: trajetória de uma rebelde - Entrevista com Miriam Moreira Leite”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 22, p. 329–342, 2016.

SCHPUN, Mônica Raisa. “L’histoire des femmes et du genre au Brésil: enquête sur trois générations”. *Clio – Histoire, femmes et sociétés*, Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, n.19, p.193-207, 2004.

SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre. Vol. 16, nº 2, p. 5-22, jul.-dez. 1990.

SORJ, Bila. “Estudos de gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país”. In. COSTA, Albertina de Oliveira; MARTINS, Angela Maria; FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 119-140.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.